

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TANI MARIA WURSTER

O *OUTRO* ENCARCERADO:
SER MULHER IMPORTA PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA?

CURITIBA
2019

TANI MARIA WURSTER

O *OUTRO* ENCARCERADO:
SER MULHER IMPORTA PARA O SISTEMA DE JUIÇA?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Direito.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Carla Harmatiuk Matos

CURITIBA

2019

W968o

Wurster, Tani Maria

O outro encarcerado: ser mulher importa para o sistema de justiça? / Tani Maria Wurster; orientadora: Ana Carla Harmatiuk Matos. – Curitiba, 2019.

170 p.

Bibliografia: p. 143-147.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2019.

1. Mulheres. 2. Processo penal. 3. Direito penitenciário. 4. Tráfico de drogas. 5. Crime e criminosos. I. Matos, Ana Carla Harmatiuk. II. Título.

CDU 343.1

**Catálogo na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB 9/1626**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -
40001016017P3

TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **TANI MARIA WURSTER** intitulada: **O OUTRO ENCARCERADO: Ser mulher importa para o sistema de justiça?**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Março de 2019.


ANA CARLA HARMATIUK MATOS
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


TAYSA SCHIOCCHET
Avaliador Interno (UFPR)


GUSTAVO RAPOSO PEREIRA FEITOSA
Avaliador Externo (UNIFOR)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -
40001016017P3


ATA Nº32

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DIREITO

No dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove às 10:00 horas, na sala De Defesas - 317, Praça Santos Andrade, 50 - Centro - PPGD - UFPR, foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda **TANI MARIA WURSTER** para a Defesa Pública de sua dissertação intitulada **O OUTRO ENCARCERADO: Ser mulher importa para o sistema de justiça?**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: ANA CARLA HARMATIUK MATOS (UFPR), TAYSA SCHIÖCCHET (UFPR), GUSTAVO RAPOSO PEREIRA FEITOSA (UNIFOR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela aprovação da aluna. A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ANA CARLA HARMATIUK MATOS, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 27 de Março de 2019.


ANA CARLA HARMATIUK MATOS
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


TAYSA SCHIÖCCHET
Avaliador Interno (UFPR)


GUSTAVO RAPOSO PEREIRA FEITOSA
Avaliador Externo (UNIFOR)



AGRADECIMENTOS

Se, afinal, alcancei a linha de chegada, foi porque caminhei acompanhada.

Agradeço à minha orientadora, Ana Carla Harmatiuk Matos, pela paciência, gentileza e firmeza com que trilhou esse caminho ao meu lado. Agradeço por ter acreditado no meu trabalho, quando muitas vezes eu mesma duvidei dele. Seu apoio incondicional foi indispensável para o término dessa jornada.

À Professora Melina Fachin, pelas lições de Direitos Humanos. Foram com elas que iniciei o primeiro semestre do Programa de Pós-Graduação. Dois anos se passaram, e quem poderia imaginar que tais lições pudessem ter adquirido tamanha importância no contexto jurídico e político nacional.

À Professora Taysa Schiocchet, pela paciência em abrir para mim os caminhos da metodologia da pesquisa jurídica, essa estranha e incompreendida disciplina. Agradeço também por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa, pelo que agradeço também ao Professor Gustavo Feitosa.

À Professora Priscilla Placha Sá, cujo trabalho no Projeto *Mulheres pelas Mulheres* serviu de inspiração para dar início a essa pesquisa.

Aos queridos amigos do Programa de Pós-Graduação, Camille Vieira da Costa, Victor Sugamoto Romfeld, Ligia Ziggotti, Jacqueline Lopes Pereira, Andressa Regina Bissolotti dos Santos, Antonio Vitor de Almeida Barbosa e Dhyego Câmara de Araújo, pela acolhida na minha chegada, pela companhia na caminhada, pelas palavras de apoio e por partilharem ideias, críticas, sugestões e material de estudo. A jornada ficou mais interessante ao lado de vocês.

Meu especial agradecimento ao amigo Ricardo Lucas Calderón pelo incentivo nos momentos de dúvida. Ninguém antes de você acreditou que isso poderia dar certo. É um privilégio contar com sua amizade. Sem seu apoio, eu sequer teria me submetido ao processo seletivo, quando também pude contar com o auxílio do amigo Paulo Mazini, a quem estendo meus agradecimentos.

À querida amiga Melina Faucz Kletemberg sou grata não apenas pela companhia durante toda essa caminhada, que ficou mais leve e mais divertida ao seu lado. Agradeço também por essa amizade *tardia*. Se tê-la conhecido tivesse sido o único fruto desse Programa de Pós-Graduação, já teria valido a pena.

À Cristiane Arns, Ana Lúcia Langner e Lindomar Wessler Bonet agradeço pela oportunidade de conhecer a realidade das mulheres presas, uma experiência transformadora. Seus conselhos e sugestões foram indispensáveis à elaboração desse trabalho, assim como o foram as reflexões da amiga Rita de Cássia Rodrigues Costa Naumann.

Aos juízes de direito Fernanda Orsomarzo e Eduardo Fagundes Júnior agradeço por me guiarem no caminho das pedras que me levou aos dados da pesquisa empírica.

Às amigas Ana Carolina Morozowski, Letícia Pohl, Luciane Gonçalves Tessler, Karina Rachinski de Almeida e Silvia Brollo agradeço a companhia na caminhada. A amizade de vocês, vivenciada nas cadeiras da Universidade, entre os compromissos do estágio, e depois mais tarde, na companhia de Sayonara Gonçalves da Silva Mattos, entre discussões jurídicas, nas mesas de nossos almoços e jantares, nas maternidades quando nasceram nossos filhos, nas festas de aniversário de cada um deles, fizeram de mim uma mulher melhor porque posso trazer comigo, todos os dias, um pouco de vocês.

Sou eternamente grata também pela companhia, nessa vida, de Fernanda Andreazza, a irmã que eu nunca tive e que a vida me deu. Agradeço pelo dia em que a conheci, em algum mês de junho do século passado. Você é uma mulher cuja sensibilidade, inteligência e perspicácia me inspiram.

Às colegas da magistratura, Clara da Mota, Gabriela Sales, Célia Bernardes, Priscilla Corrêa, Patricia Daher, Cláudia Dadico e ao Desembargador Federal Roger Raupp Rios, agradeço por partilharem comigo o desejo de termos no futuro um Poder Judiciário com mais diversidade e com um olhar voltado para aqueles a quem o direito não alcança. Com vocês aprendi que, quando todos remamos contra a maré, podemos um dia, talvez, mudar o curso dos mares.

Agradeço ainda aos meus pais. À minha mãe Maria Iraci Padilha Wurster, mulher simples, corajosa e brava, agradeço por ter me ensinado que não há liberdade para uma mulher sem instrução formal. E que não há autonomia fora dos livros, aqueles mesmos que ela nunca teve a oportunidade de folhear. Foi entre os balcões de uma loja de roupas e tecidos em uma pequena cidade do oeste de Santa Catarina que aprendi com a minha mãe a prestar atenção à vida sofrida das mulheres do campo, que, embora trabalhassem tão duro na lavoura quanto os homens e que tivessem ainda de cuidar da casa e dos filhos, acabavam sua vida sem o direito a uma aposentadoria.

Ao meu pai, Toni Wurster, homem sensível, sábio e de poucas letras, agradeço

por ter me ensinado o respeito ao *Outro*, assim como o valor e o sentido da igualdade.

Com os meus irmãos Christian Robert Wurster, Toni Wurster Filho e Egon Renê Wurster, aprendi a desejar a liberdade daqueles que podem caminhar e correr sem amarras. Agradeço por estarem ao meu lado e pelo apoio e pela torcida nas *partidas* da vida. Algumas a gente perde, outras a gente ganha, mas o importante é seguir jogando.

Ao meu marido, Marlus Arns de Oliveira, agradeço por cumprir, todos os dias, a promessa de liberdade. Sou grata por sonhar meus sonhos comigo e por me permitir fazer parte dos seus. Essa aventura da vida é certamente mais divertida e emocionante ao seu lado, bem mais interessante que uma travessa de brigadeiro.

Aos meus filhos, Luiz Carlos Wurster Arns de Oliveira e Maria Wurster Arns de Oliveira, agradeço por existirem. Imaginar que o mundo pode ser um lugar melhor para todas as pessoas faz sentido por vocês. Sou grata pela torcida ruidosa, desde as provas do processo seletivo, até o último minuto do depósito da dissertação. Agradeço também pela compreensão com as horas em que me perdi entre livros, e na frente do computador. Prometo compensar esse tempo com muito cinema e sorvete.

Agradeço, igualmente, à Izabella Mira e a todos os servidores da 3ª Vara Federal de Ponta Grossa, pela paciência e compreensão com as minhas ausências. À Letícia, bibliotecária da Justiça Federal da Seção Judiciária do Paraná, pelo suporte com a pesquisa bibliográfica e à Ana Paula Mira pela colaboração na revisão bibliográfica.

À Marina Haline de Souza agradeço pelo auxílio na pesquisa dos processos que compuseram o objeto da investigação e na catalogação dos dados, sem o que essa pesquisa não teria terminado. Sou grata também pela paciência de trabalhar com alguém que deixa tudo para o último minuto.

Por fim, agradeço a ajuda silenciosa das mulheres que estiveram longe dos próprios filhos, para que pudessem estar cuidando dos meus, cada uma a seu tempo, nesses dois anos enquanto eu me dedicava a essa pesquisa, Fátima Ribeiro de Lima e Janice Godoy Dias.

RESUMO

O presente estudo analisa em que medida gênero importa para o sistema de justiça que determina o encarceramento de mulheres. Debate-se como a neutralidade do direito, constituído a partir do paradigma masculino, obscurece as singularidades que caracterizam o feminino, relacionadas de modo especial ao tratamento dispensado às mulheres no ambiente do cárcere, nas dinâmicas entrelaçadas com raça e classe e nas interações que determinam a sobre-representação feminina entre o número de pessoas presas em razão de crimes relacionados ao tráfico de drogas. A análise se faz a partir de informações contidas em bancos de dados sobre encarceramento de mulheres, pesquisa bibliográfica, bem como investigação de dados empíricos coletados junto à Penitenciária Feminina do Paraná, relacionados a presas gestantes e mães acompanhadas de seus filhos na prisão. A investigação debruçou-se sobre o número de presas antes e depois da publicação da Lei 13.257/16, que alterou o art. 318 do Código de Processo Penal para autorizar a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, bem como sobre o impacto da decisão do Supremo Tribunal Federal, que concedeu ordem de *habeas corpus* para deferir a prisão domiciliar para as presas que cumprissem as condições legais, no desencarceramento feminino. Foi analisado também o conteúdo de decisões judiciais proferidas nos processos relacionados às mulheres objeto da pesquisa. Os resultados levam a concluir o baixo impacto da norma do art. 318 do Código de Processo Penal, bem como a tendência do Poder Judiciário de buscar argumentos para deixar de cumprir a ordem no *Habeas Corpus* 143.641/SP. As razões concentram-se na ausência de uma política institucional oficial de tratamento dos dados sobre o número de presas e seus filhos, bem como na utilização pelo Poder Judiciário de argumentos, informados pela lógica patriarcal e por presunções e pré-compreensões sobre o papel histórico e culturalmente reservado às mulheres, que mitigam a influência da racionalidade dos argumentos jurídicos e acabam por interferir no resultado geral da prestação jurisdicional.

Palavras-chave: encarceramento feminino. gênero. tráfico de drogas. prisão domiciliar.

ABSTRACT

The present study examines the extent to which gender matters for the criminal justice system. It is debated how the neutrality of the law, constituted from the masculine paradigm, obscures the singularities that characterize the feminine, related in a special way to the treatment given to women in the prison environment, the intertwined dynamics of gender, race and class and in the interactions which determine female over-representation among the number of people arrested for crimes related to drug trafficking. The analysis is based on information contained in databases on female incarceration, bibliographical research, as well as investigation of empirical data collected from the Paraná Women's Penitentiary, related to pregnant prey and mothers accompanied by their children in prison. The investigation focused on the number of women arrested before and after the publication of Law 13.257 / 16, which amended art. 318 of the Code of Criminal Procedure to authorize the replacement of custody by house arrest, as well as on the impact of the decision of the Federal Supreme Court, which granted *habeas corpus* order to grant house arrest for prisoners who fulfilled the legal conditions, into de number of female deprivation. We also analyzed the content of judicial decisions rendered in the cases related to the women being investigated. The results lead to the conclusion about the low impact of the norm of art. 318 of the Code of Criminal Procedure, as well as the tendency of the Judiciary to seek arguments to stop complying with the order in Habeas Corpus 143.641 / SP. The reasons are centered on the absence of an official institutional policy on data processing on the number of women prisoners and their children, as well as on the use by the Judiciary of arguments, informed by the patriarchal logic and by presumptions and preconceptions about the role historically and culturally reserved for women, which mitigate the influence of the rationality of the legal arguments and end up interfering in the general result of the jurisdictional provision.

Key-words: female incarceration. gender. drug trafficking. home prison.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Porcentagem de decisões favoráveis à substituição da prisão em relação ao total de decisões proferidas.....	130
QUADRO 2 – Relação entre pedidos da defesa e deferimentos.....	133
QUADRO 3 – Panorama das peças processuais.....	136

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Total de decisões favoráveis à substituição da prisão em relação ao total de decisões proferidas.....	129
TABELA 2 – Relação entre pedidos da defesa e deferimentos.....	132
TABELA 3 – Panorama das peças processuais.....	135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 MULHERES ENCARCERADAS: CEMITÉRIO DOS VIVOS.....	22
1.1 PRISÃO DE MULHERES: LUGAR DA INVISIBILIDADE.....	26
1.2 MULHERES, ESPAÇO E PRISÃO.....	33
1.2 PRISÃO E PARTO: O CORPO EM QUESTÃO.....	37
1.4 DISTANTE E INVISÍVEL.....	41
2 GÊNERO, RAÇA E VULNERABILIDADE: A ENCRUZILHADA DO TRÁFICO....	46
2.1 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: GÊNERO, MATERNIDADE E VULNERABILIDADE.....	47
2.2 GÊNERO, RAÇA E CLASSE: O CAMINHO ATÉ O CÁRCERE.....	55
2.2.1 O racismo institucional como pilar do sistema de justiça criminal.....	59
2.2.2 Interseccções entre gênero e raça: ingredientes da vulnerabilidade.....	63
2.3 TRÁFICO DE DROGAS: TRABALHO DE MULHER E LUGAR DE MULHER..	72
3 O MITO DA PRISÃO DOMICILIAR PARA MULHERES GRÁVIDAS E MÃES..	80
3.1 NORMAS PRECURSORAS DE UMA POLÍTICA DE DESENCARCERAMENTO..	80
3.2 METODOLOGIA.....	87
3.2.1 Do universo da pesquisa.....	87
3.2.2 Do percurso metodológico.....	90

3.2.3 Dos achados de pesquisa.....	93
3.3 MÃES: UM PONTO CEGO NO SISTEMA.....	94
3.3.1 Dados relativos ao cumprimento da Lei 13.257/16.....	94
3.3.2 Dados relativos ao cumprimento da ordem no <i>Habeas corpus</i> 143.641/SP.	98
3.3.3 O déficit de dados e seu impacto na aplicação da Lei 13.769/18.....	106
4 AS DECISÕES JUDICIAIS: DA CEGUEIRA AO SEXISMO.....	108
4.1 BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	108
4.2 MÃE E PRESA: A ANTÍTESE DO MITO DO AMOR MATERNO.....	110
4.2.1 Ausência de prova da imprescindibilidade dos cuidados da mãe.....	111
4.2.2 Ausência de prova da inadequação do espaço.....	115
4.2.3 Vinculação automática entre crime e negligência materna.....	119
4.2.4 Tráfico praticado na residência: presunção de negligência materna..	123
4.2.5 Gravidade genérica do delito e necessidade da garantia da ordem pública.	127
4.3. MULHERES PRESAS: O OLHAR DO SISTEMA DE JUSTIÇA.....	129
4.3.1 Comparação entre o total de decisões proferidas e o total de decisões de deferimento.....	129
4.3.2 Comparação entre o total de pedidos de substituição da prisão e o total de decisões de deferimento.....	132

4.3.3 Análise das peças processuais quanto à mobilização da presença da gravidez e da maternidade.....	135
5 CONCLUSÃO.....	139
REFERÊNCIAS.....	143
ANEXOS.....	148

INTRODUÇÃO

A realidade concreta atual das mulheres encarceradas brasileiras é emblemática por sua especial *invisibilidade* e *vulnerabilidade*. Segundo dados do Infopen Mulheres, 2ª edição¹, o segundo levantamento oficial já elaborado com recorte de gênero, o número de mulheres custodiadas em 2016 correspondia a aproximadamente 6% do total de presos no Brasil.

No período entre 2000 e 2016, no entanto, o aumento da população carcerária feminina, em números absolutos, correspondeu proporcionalmente a mais do que o dobro do aumento do encarceramento masculino, 656% e 293% respectivamente², revelando a existência de fatores que alteraram ou a lógica do cometimento do crime, ou o sistema que conduz ao seu aprisionamento.

No contexto internacional, o Brasil é o quarto país no mundo que mais encarcera mulheres. Em relação aos números absolutos da população prisional feminina, o país fica atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia. Em termos relativos, ou seja, na comparação entre o aprisionamento feminino e o número de habitantes no país, o Brasil encontra-se na terceira posição, com uma taxa de aprisionamento de 40,6 (número de mulheres presas para cada grupo de 100 mil habitantes), atrás apenas dos Estados Unidos e da Tailândia³.

A expansão do encarceramento feminino no Brasil, no entanto, não encontra paralelo entre os grupos de países que mais aprisionam mulheres no mundo. Na comparação entre os anos de 2000 e 2016, enquanto a taxa de aprisionamento no Brasil aumentou 455%, as taxas nos Estados Unidos, China e Tailândia aumentaram apenas 18%, 105% e 14%, respectivamente, enquanto na Rússia houve uma diminuição de 2%.

A mulher presa é em sua maioria jovem (50% têm entre 18 e 29 anos), negra (62%), apresenta baixa escolaridade (50% não possuem o ensino fundamental completo)

¹ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf> Último acesso em 19 de fevereiro de 2019.

² MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf> Último acesso em 19 de fevereiro de 2019.

³. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf> Último acesso em 19 de fevereiro de 2019.

e tem filhos (74%)⁴.

Na apresentação do Infopen Mulheres de 2014, o primeiro levantamento oficial com recorte de gênero, informou-se que elas são oriundas dos extratos sociais mais desfavorecidos economicamente, exercem trabalho informal em período anterior ao aprisionamento e são as principais responsáveis pela provisão do sustento familiar⁵.

As particularidades que caracterizam o encarceramento feminino, sobretudo aquelas relacionadas à expansão do número de mulheres presas e ao respectivo grupo social a que pertencem, estão entrelaçadas a condicionamentos de ordem cultural e social que imputaram à mulher singularidades relacionadas à sua saúde, à relação com a família, cuidado com os filhos, gravidez e amamentação.

Tais singularidades, de modo especial sua destinação cultural como principal responsável pelo espaço doméstico (que por tanto tempo lhes roubou o direito ao trabalho, à voz, às decisões sobre sua própria vida e seu corpo), continuam a impor ao feminino especial condição de invisibilidade e vulnerabilidade, circunstâncias essas que são estruturantes da perspectiva de tratamento adotado pelo sistema de justiça.

Nesse contexto, torna-se necessário discutir em que medida gênero (não) importa para o sistema de justiça, de modo especial aquele desenhado para selecionar os que adentram ao sistema penitenciário, bem como de que maneira a *invisibilidade* e o *silenciamento* das particularidades que caracterizam o feminino, de modo muito particular aquelas relacionadas à gravidez e à maternidade, atuam no sistema penitenciário e produzem violações de direitos humanos das mulheres.

Nesse sentido, pretende-se debater como a neutralidade do direito, constituído a partir da hegemonia do masculino, abre espaço para a atuação de estereótipos e pré-compreensões construídos histórica e culturalmente a respeito do feminino, os quais *naturalizam* a posição de inferioridade e submissão imposta às mulheres e, sutil e inconscientemente, determina violações de direitos sob uma perspectiva de gênero.

No propósito de alcançar esse objetivo, o presente trabalho se estrutura em quatro capítulos.

O primeiro capítulo explora como o apagamento ao qual foi histórica e

⁴ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf> Último acesso em 19 de fevereiro de 2019.

⁵ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2014. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>> Último acesso em 19 de fevereiro de 2019.

culturalmente submetida a mulher acompanha a sua existência na prisão. Ocupar-se-á em reconhecer como o lugar em que a mulher foi alocada na sociedade é determinante para a sua *invisibilidade* no espaço público e, como consequência, no sistema de justiça penal e no cárcere.

Nesta parte do trabalho, serão analisados dados estatísticos oficiais e oriundos de pesquisas acadêmicas e desenvolvidas por entidades de defesa dos direitos humanos para denunciar as ausências ou as lacunas que pairam sobre a existência das mulheres na prisão, assim como para correlacionar a *invisibilidade* feminina com o modelo de aprisionamento a que são submetidas.

Aprecia-se, ainda, o entrelaçamento entre corpo, especialmente o corpo marcado pela gravidez e pela maternidade, e o espaço prisional, no qual se produzem e se renovam ferramentas de controle, as quais remetem a antigas práticas de domínio que procuram estabelecer um determinado *status* à mulher e mantê-la em seu devido lugar.

O segundo capítulo propõe-se a demonstrar que a atribuição social e cultural de papéis marcados para as mulheres, relacionados à maternidade e ao cuidado, assim como a divisão sexual do trabalho, ao mesmo tempo em que inviabilizam sua participação ampla e em igualdade de condições com os homens no espaço público, do trabalho e da política, impõem a elas especial condição de *vulnerabilidade*, a qual constitui ingrediente do caminho até a prisão.

Neste mesmo capítulo, será objeto de análise como as questões relacionadas à raça se interseccionam com o gênero para atribuir um caráter particular à *vulnerabilidade* que marca as mulheres negras. Procura-se apreciar o papel que o racismo desempenha nos contextos de naturalização das desigualdades sociais e das hierarquias que se estruturam a partir das diferenças biológicas, as quais constituem elemento fundamental da sobre-representação de prisioneiras negras no cárcere.

Será discutido como o entrelaçamento dessas realidades interfere no exercício do poder estatal relacionado ao combate à prática de crimes vinculados ao tráfico. Propõe-se apreciar como as dinâmicas do sistema de justiça que circunscrevem a aplicação da lei penal relacionada ao tráfico de drogas têm imposto às presas no Brasil uma punição desproporcional, com repercussões de gênero.

O terceiro capítulo tem o propósito de analisar como o poder judiciário cumpriu, ou deixou de cumprir, o Estatuto da Primeira Infância, Lei 13.257/16, que alterou a redação do Art. 318 do Código de Processo Penal e autorizou a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar quando o agente for gestante ou mãe com filho de até doze anos incompletos.

O projeto de pesquisa desenvolvido inicialmente em 2016, quando do ingresso no programa da pós-graduação, não previa o estudo sob tal viés. Na ocasião, a Lei 13.257/16 havia sido recentemente editada, em 08 de março de 2016, e não era possível prever as condições do seu cumprimento.

Em fevereiro de 2018, no entanto, o questionamento a respeito da aplicação da substituição de pena prevista no Art. 318 do Código de Processo Penal ganhou relevância em razão da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no *habeas corpus* 143.641, a qual concedeu ordem de natureza coletiva para substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar em favor de todas as presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, desde que estivessem sendo processadas por crimes cometidos sem violência ou grave ameaça, ou crimes contra seus descendentes.

O voto condutor do acórdão, da lavra do Ministro Ricardo Lewandowski, lançou luzes sobre uma suspeita a respeito de uma circunstância previamente oculta: a não aplicação pelo sistema de justiça da faculdade prevista na lei. Foi então que, passados alguns meses da concessão da ordem, surge a inquietação a respeito dos motivos que determinaram a não substituição da prisão preventiva pela domiciliar e, particularmente, incerteza ou desconfiança quanto ao cumprimento da própria ordem do *habeas corpus*.

Foi em agosto de 2018, então, passados seis meses da concessão da ordem, que se decidiu realizar uma pesquisa empírica sobre essa realidade. A limitação do tempo, dado o prazo para conclusão do trabalho em fevereiro de 2019, condicionou a amplitude do objeto de pesquisa, mas permitiu a coleta de alguns dados e a análise de um número limitado de achados. Considera-se-os, no entanto, suficientes para lançar luzes sobre a natureza das circunstâncias que impedem a aplicação da faculdade prevista na lei, problematizando-as, ainda que de modo incipiente.

A partir de questionário encaminhado à administração penitenciária, pretendeu-se efetuar a comparação entre o número de presas grávidas e com filhos menores de 12 anos custodiadas na Penitenciária Feminina do Paraná, em momento imediatamente anterior e seis meses após a publicação da lei, com o objetivo de apreciar qual foi o impacto da edição da Lei 13.257/16 no desencarceramento de mulheres naquela unidade prisional.

Posteriormente, a pesquisa analisa como se deu o cumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no *habeas corpus* 143.641, no qual foi concedida ordem de natureza coletiva para substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar em favor de todas as presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, desde que estivessem sendo processadas por crimes cometidos sem violência ou grave

ameaça, ou contra seus descendentes.

Foram comparados os números de mulheres presas em momento anterior à prolação da decisão, e a quantidade de presas custodiadas na Penitenciária Feminina do Paraná seis meses após a concessão da ordem, com o propósito de apreciar o impacto da decisão no desencarceramento de grávidas e mães.

No quarto capítulo, o trabalho debruçou-se sobre as decisões judiciais que negaram o benefício da prisão domiciliar previsto no Art. 318 do Código de Processo Penal em relação ao grupo de presas selecionado pela pesquisa empírica, conforme os critérios expostos anteriormente, para observar em que medida o fato de serem grávidas ou mães de filhos menores de 12 anos *importou* na decisão, bem como se a circunstância de ser mulher, grávida ou mãe foi (ou não) mobilizada pelos atores do sistema de justiça.

Nesta parte do trabalho, pretende-se investigar e problematizar os fundamentos utilizados pelas decisões judiciais, de modo a descortinar as pré-compreensões e estereótipos que informam o agir do sistema de justiça criminal, e debater como a neutralidade do direito, a partir do silenciamento das singularidades do feminino, determina violações de direitos sob uma perspectiva de gênero.

Para finalizar, considerou-se ainda importante revelar os contextos nos quais se optou por desenvolver esta pesquisa. A percepção a respeito das condições do encarceramento feminino no país, sobretudo sua expansão acelerada e a inadequação do espaço em que a mulher está confinada, inquieta qualquer observador que se proponha a *olhar com olhos de ver*.

A decisão de realizar uma investigação nessa área está conectada com duas experiências pessoais da pesquisadora. A primeira delas em razão da participação, mesmo que breve, como voluntária no Projeto *Ciência e Transcendência: Educação, Profissionalização e Inserção Social*, desenvolvido pela PUC/PR até o ano de 2016. O programa tinha por finalidade fornecer às mulheres custodiadas na Penitenciária Feminina do Paraná acesso a direitos básicos de cidadania, alicerçados em três eixos: educação, profissionalização e inserção social. Apesar da experiência como juíza federal havia mais de 13 anos na época, as visitas como voluntária na Penitenciária Feminina do Paraná impactaram profundamente a percepção do sistema de justiça.

Conhecer os filhos e as filhas das presas que as acompanham no ambiente carcerário e que, de certa forma, são também prisioneiros, foi um divisor de águas na representação pessoal da realidade do sistema prisional. A experiência comum da maternidade, apesar da distância que separa a realidade da pesquisadora e a vivência cotidiana das presas, certamente foi determinante para a inquietação que moveu a

investigação.

Paralelamente a esse trabalho voluntário, deu-se a participação no início do ano de 2017 em uma comissão formada por juízas federais junto à Associação dos Juízes Federais, com o propósito de debater a participação feminina no Poder Judiciário. A atuação nessa Comissão abriu caminho para a consciência de que os mecanismos através dos quais os papéis são construídos e designados histórica e culturalmente às mulheres estruturam uma sociedade que viola seus direitos.

A intersecção dessas duas experiências — a tomada de consciência a respeito da vivência das mulheres presas e a percepção de que os estereótipos de gênero atravessam a estrutura do sistema de justiça — foi o ingrediente que deu ensejo à inquietação que conduziu ao propósito de desenvolver esta pesquisa.

1 MULHERES ENCARCERADAS: CEMITÉRIO DOS VIVOS⁶

Conforme já referido na Introdução deste trabalho, considerando o recrudescimento do encarceramento feminino no Brasil, sem paralelo de comparação sequer entre os países que mais aprisionam mulheres no mundo, torna-se relevante investigar em que medida ser mulher importa para o sistema penitenciário, bem como se o sistema de justiça se importa com elas.

Na tarefa de procurar compreender fatores sociais e culturais que determinam a *invisibilidade* e o *silenciamento* das particularidades que caracterizam o feminino, os quais atuam sobre o sistema de justiça e produzem violações de direitos humanos, necessário reconhecer o papel que o mito da criação e do pecado original presente no Gênesis e na tradição judaico-cristã desempenhou na construção de um lugar no qual a mulher é alocada social e culturalmente; e, ainda, como essa posição é determinante para sua invisibilidade no espaço público e, por consequência, no sistema de justiça penal e no cárcere.

Antonio Manuel Hespanha, na obra *Imbecillitas*⁷, afirma que o relato da criação, bem como o papel de Eva no pecado original, e sua parte na tentação de Adão (Gênesis, I, 3, 16), “têm efeitos devastadores muito duradouros sobre a imagem da indignidade da mulher”⁸, e fundamentam as premissas atuais de sua inferioridade e menor dignidade.

A curiosidade⁹ e a lascívia das mulheres¹⁰, presentes nos mitos do pecado original, são, portanto, as características do espírito feminino que teriam dado origem a todos os males do mundo. A descrição do mito da criação, explica Rose Marie Muraro, narrativa básica da cultura patriarcal, tem servido há milênios ao propósito de garantir um *status* à mulher e, desde a época do Gênesis, de mantê-la, com muita eficiência, aliás, em seu “devido lugar”¹¹.

⁶ “Cemitério dos vivos” é uma expressão que dá título à obra de Julita Lemgruber; cf.: LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

⁷ HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

⁸ OP. cit., p. 107.

⁹ “A luxúria chamava a curiosidade — que já perdera a mulher do Éden — e a astúcia.” (HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010, p. 114.)

¹⁰ “Carente, vulnerável, seu desejo é o centro da sua punição.” (MURARO, Rose Marie. Introdução. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feitiças**. Tradução Paulo Fróes; Rose Marie Muraro; Varlos Byingotn. 3 ed., Rio de Janeiro: Bestbolso, 2016, p. 16).

¹¹ MURARO, Rose Marie. Introdução. KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feitiças**. Tradução Paulo Fróes; Rose Marie Muraro; Varlos Byingotn. 3 ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2016, p. 16.

É deste lugar construído historicamente que derivam as pré-compreensões que influenciaram a construção jurídica do feminino.

Não surpreende, portanto, a vigilância religiosa e a repressão sexual que se impõem às mulheres, como que uma forma de expurgar o mal que habita o seu corpo.

A historiadora francesa Michelle Perrot explica a obsessão pela virgindade das mulheres. A virgindade¹² é consagrada pela Igreja como virtude suprema porque é a partir dela que a mulher pode se redimir do pecado original que a acompanha histórica e culturalmente. A castidade afasta a mulher do pecado de Eva, e a aproxima do modelo de Maria, virgem e mãe¹³.

O véu constitui um dos símbolos mais fortes da imprescindibilidade da vigilância, que determina, por sua vez, a sua invisibilidade. Constitui também uma marca do pertencimento da mulher ao homem, bem como sinal da sua pureza. Como a mulher traz, por natureza, o pecado, o véu simboliza a negação desse defeito ou fraqueza.¹⁴

Perrot¹⁵ esclarece os múltiplos sentidos do uso do véu. É sinal de autoridade,¹⁶ a marca de propriedade: como a mulher é propriedade de alguém, de um homem ou de Deus, deve ser velada. É também sinal de pudor: o corpo e os cabelos das mulheres, sinais de tentação, devem ser escondidos¹⁷. É símbolo da virgindade, e representa o hímen, que apenas o marido deve retirar.

Constitui simbolicamente, ainda, o afastamento da mulher do espaço público, representando uma forma de confinamento. É peça de um jogo entre aprisionamento e liberdade. Ao mesmo tempo em que a confina, também a liberta: “num mundo de homens,

¹² “Infeliz daquela que se deixa capturar. Torna-se para sempre uma suspeita de ser uma mulher fácil. Uma vez deflorada, principalmente se foram muitos os que o fizeram, não encontrará nem quem a queira como esposa. Desonrada, está condenada à prostituição. No século XIX, somente o estupro coletivo é suscetível de punição pelos tribunais. No caso do estupro cometido por apenas um homem, a jovem (ou a mulher) é quase sempre considerada complacente: ela poderia ter-se defendido.” (PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016, p. 45).

¹³ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016, p. 45.

¹⁴ Assim, o véu reveste-se de significações múltiplas, religiosas e civis, para com Deus, e para com o homem, seu representante. Ele é sinal de dependência, de pudor e de honra. (PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016, p. 56).

¹⁵ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016, p. 56 e 57.

¹⁶ “O véu é um símbolo de dominação das mulheres e de seu corpo. Eu te ponho um véu porque tu me pertences.” (PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016, p. 58).

¹⁷ “A mulher é antes de tudo uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu. A mulher é feita de aparências. E isso se acentua mais porque, na cultura judaico-cristã, ela é constrangida ao silêncio em público. Ela deve ora se ocultar, ora se mostrar. Códigos bastante precisos regem suas aparições assim como as de tal ou qual parte de seu corpo. Os cabelos, por exemplo, condensam sua sedução.” (PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016, p. 49-50).

o véu é, para elas, a única possibilidade de circular no espaço público”¹⁸.

Hespanha evidencia essa correlação entre o mal que habita o corpo da mulher e a imperiosidade de vigiar¹⁹ suas atitudes e pensamentos. Ele afirma que se impõem o pudor e a honestidade²⁰ às mulheres como um remédio contra seus defeitos, os quais provêm da natureza. Justifica-se, assim, “uma constante vigilância sobre os seus costumes e seu rigoroso confinamento ao mundo doméstico”²¹. Tais preceitos influenciaram historicamente as presunções de incapacidade e da menor dignidade das mulheres.

Tal situação acompanhou os séculos e já no Antigo Regime a mulher deixava de ser sujeito, passando a ser um *estado*, que lhe atribuía um lugar na “ordem do mundo”: o lugar da inferioridade²² e da indignidade, o que a incapacitava para o exercício de direitos, os quais se reservava a alguns homens: os poderes de mando, a capacidade de herdar, de testemunhar, de dar fiança e de julgar.

Para a compreensão do fenômeno não basta revelar, porém, a mera existência de tal lugar, pois é necessário sobretudo assimilar que esse *locus* era percebido como natural, derivado da própria criação do mundo, imutável e predeterminado, o que implicava a impossibilidade de discuti-lo e colocá-lo em questão. Não surpreende, portanto, que a determinação de um espaço específico às mulheres seja profundamente resistente à passagem do tempo.

Da culpa que se atribui culturalmente às mulheres decorrem presunções que sustentam a disposição estatal de manter e reproduzir ferramentas de controle dos seus corpos, as quais persistem no tempo e podem ser localizadas nas dinâmicas do sistema penitenciário.

¹⁸ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016, p. 57.

¹⁹ “Mesmo esposa, mãe ou filha dedicada carregava consigo o peso do pecado original e, por esse motivo, era vigiada muito de perto. Daí porque, no tempo colonial, vigorar a regra segundo a qual a mulher somente podia sair de casa três vezes durante toda a sua vida: para ser batizada, para casar e para ser enterrada.” (MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 147).

²⁰ “A honestidade é, de facto, ‘a virtude moral oposta à lascívia’. De alguma maneira, é a virtude que consiste em usar do sexo segundo a recta razão da natureza”. Bento Gil (Benedictus Aegidius) *Tratatus de iure, privileggiis honestatis, Ulyssipone, 1618, art. proem., n. 2*. (Cf.: HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010, p. 115 e 116).

²¹ HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010, p. 115.

²² “O homem, por exemplo, foi criado ‘à imagem e semelhança de Deus’. Já a mulher não teria essa natureza de espelho divino. A sua dignidade seria menor; a sua face podia (e devia) andar coberta, enquanto a face do homem - imagem de Deus - não deveria ser velada”. (HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010, p. 57).

As presunções de menor dignidade e fraqueza de caráter passaram a incapacitá-la, ademais, para o exercício de direitos e lhe impuseram ainda a necessidade da eterna vigilância sobre seus costumes e seu rigoroso confinamento ao mundo doméstico.

O especial pertencimento da mulher ao espaço doméstico constitui as bases das expectativas em relação ao seu papel social e cultural. Essas expectativas permeiam as dinâmicas relacionadas ao trabalho reprodutivo e à divisão sexual do trabalho, que pavimentam seu caminho até a prisão.

A determinação de um estado de invisibilidade do feminino pressupõe a constituição de um lugar para a mulher, onde é alocada e confinada, um lugar onde possa (não) existir. Na constituição desse espaço, a distinção entre o público e o privado desempenha um papel fundamental.

Historicamente à mulher foi reservado o espaço privado, do lar, do recato, da maternidade. O espaço público, da luta, da razão e do pensamento, aquele que merece destaque e interesse, é histórica e socialmente associado ao masculino.

Susan Moller Okin²³ afirma que os conceitos de esfera pública e privada ganharam centralidade no pensamento político do Ocidente desde o século XVII. Sustenta que a dicotomia público/privado pode ser utilizada tanto para referir-se à distinção entre Estado e sociedade, como para distinguir um espaço doméstico (privado) do espaço não doméstico (público). Interessa, para o presente estudo, a segunda configuração.

Segundo a autora, a divisão sexual do trabalho tem sido fundamental para essa dicotomia: “os homens são vistos como vinculados e responsáveis pelas ocupações da esfera da vida econômica e política, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e da reprodução”²⁴.

Para a autora, na mesma esteira, as mulheres são vistas como “naturalmente inadequadas” à esfera pública, além de dependentes dos homens e subordinadas à família²⁵. Essa inadequação ao espaço público, construída social e culturalmente, sujeita a mulher à especial condição de invisibilidade.

²³ OKIN, Susan Moller. Gender, the Public and the Private. In PHILLIPS, Anne. **Feminism and Politics**. New York: Oxford University Press, 1998, p. 116-141.

²⁴ “Fundamental to this dichotomy from its theoretical beginnings has been the division of labour between the sexes. Men are assumed chiefly preoccupied with and responsible for the occupations of the sphere of economic and political life, and women with those of the private sphere of domesticity and reproduction”. (OKIN, Susan Moller. Gender, the Public and the Private. In PHILLIPS, Anne. **Feminism and Politics**. New York: Oxford University Press, 1998, p. 118). [Do trecho original em inglês, em tradução nossa.]

²⁵ Cf.: no original, em inglês: “Women have been regarded as ‘by nature’ both unsuited to the public realm and rightly dependent on men and subordinated within the family.” (OKIN, Susan Moller. Gender, the Public

Assim, se é a aparência que constitui a existência, o que não aparece não existe historicamente ou socialmente. O confinamento ao espaço privado desconstrói a existência e torna invisível o sujeito que o habita, dada sua irrelevância.

Ao se construir um espaço cultural de confinamento para a mulher, ela passa a ser constituída culturalmente como *invisível*. O lugar da invisibilidade, assim, como um (não) espaço deliberadamente construído, fica reservado para aquilo que é irrelevante, e para aquilo que deve ser mantido fora do olhar público.

O silêncio, o confinamento, o apagamento acompanham, portanto, a (não) história das mulheres. Esse apagamento acompanha as mulheres em diversos ambientes públicos, no trabalho, na política, nos espaços de poder. No espaço do cárcere, não é diferente.

A invisibilidade das singularidades que acompanham o feminino são uma marca do sistema de justiça que constitui o caminho da mulher até a prisão, bem como o espaço onde são confinadas. A *neutralidade* desse sistema, que apaga as experiências femininas determinadas pelo seu espaço de pertencimento, promove a violação de direitos das mulheres, conforme será exposto a seguir.

1.1 PRISÃO DE MULHERES: LUGAR DA INVISIBILIDADE

Dados oficiais sobre encarceramento no Brasil são historicamente precários. O sistema penitenciário se sustenta sob um modelo em que o Poder Judiciário decreta a prisão e inspeciona seu cumprimento, enquanto cabe ao Poder Executivo, em geral através dos estados da federação, cumprir a ordem de prisão. O Departamento Nacional Penitenciário depende de informações prestadas pelos sistemas penitenciários estaduais, os quais não dispõem de dados precisos sobre os presos, ou não os repassam com exatidão. Os sistemas não eram integrados, e a coleta de informações depende de dados nem sempre atualizados. O número de presos é estimado.

No ano de 2018, o Conselho Nacional de Justiça deu um importante passo no sentido de preencher uma grave lacuna no sistema de informações sobre o número de presos no país. Em 04/09/2018, foi editada a Resolução nº 251 do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu e regulamentou o Banco Nacional de Monitoramento de Presos —

BNMP²⁶, o qual tem por objetivo identificar, em tempo real e de forma individualizada, as pessoas privadas de liberdade, procuradas e foragidas, com a listagem nominal e identificação única, com atribuição de número de Registro Judiciário Individual — RJI.

O primeiro Cadastro Nacional de Presos foi publicado em agosto de 2018²⁷. A demora para a formulação de uma política pública no sentido de prover informações sobre os sujeitos encarcerados constitui uma das facetas da segregação e do esquecimento a que se atribui socialmente à população carcerária, produto da seletividade do sistema penal.

Sobre o sistema de encarceramento como uma resposta do Estado ao fenômeno da criminalidade, Zygmunt Bauman alerta que o “refugo humano” necessita ser “lacrado em contêineres fechados com rigor”²⁸, contêineres esses fornecidos pelo sistema penal.

Na obra *Vidas Desperdiçadas*, Bauman trata da questão da produção de pessoas,²⁹ a quem ele chama de “refugo humano, excessivos ou redundantes”, serem humanos em excesso, que não foram e jamais serão reconhecidos ou terão “permissão para ficar”, como um produto da modernidade, “um efeito colateral da construção da ordem” ou do “progresso econômico”. São seres humanos destituídos de meios de sobrevivência, que tornam-se “sobras do processo do desenvolvimento humano”. São

²⁶ Íntegra da Resolução disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3545>>. Constam na Resolução as finalidades do programa: Art. 2º O Cadastro Nacional de Presos, estruturado com as das informações constantes do banco de dados do BNMP 2.0, tem por finalidades: I – identificar, em tempo real e de forma individualizada, as pessoas privadas de liberdade, procuradas e foragidas, com a listagem nominal e identificação única, com atribuição de um número de Registro Judiciário Individual - RJI; II – verificar se, em diferentes comarcas, seções judiciárias ou unidades da Federação foram cumpridas ou pendem de cumprimento ordens de prisão e se há outros documentos cadastrados em relação à mesma pessoa; III – identificar a natureza jurídica das prisões decretadas e em cumprimento, e o tipo penal atribuído na investigação, acusação ou condenação; IV – possibilitar a produção de relatórios de gestão para os membros e servidores do Poder Judiciário; V – permitir ao Poder Judiciário a produção de estatísticas sobre o cumprimento das ordens de prisão e da população prisional; VI – permitir o cadastramento das vítimas e dos familiares para que estes sejam cientificados do cumprimento das ordens de prisão e de soltura da pessoa, na forma do art. 201, § 2º, do Código de Processo Penal; VII – permitir a notificação por agente policial e penitenciário para que seja comunicado o cumprimento das ordens de prisão; VIII – permitir o monitoramento dos prazos da prisão provisória, com o objetivo de prover à autoridade judicial competente de instrumentos de gestão de seu acervo de processos com réu preso; IX – permitir a identificação das pessoas privadas de liberdade que devem ser recambiadas para outras unidades da Federação; X – promover a interoperabilidade entre os dados do BNMP 2.0 com o Documento Nacional de Identidade (DNI).

²⁷ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. <**Banco Nacional de Monitoramento de Prisões**. Cadastro Nacional de Presos. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/08/987409aa856db291197e81ed314499fb.pdf>>. Último acesso em 19 de fevereiro de 2019.

²⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 108.

²⁹ BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 12.

para as quais, tal qual o lixo, não há mais espaço. Entre esses sujeitos estão aqueles marcados pelo sistema penal:

O “refugio humano” não pode mais ser removido para depósitos de lixo distantes e fixado firmemente fora dos limites da “vida normal”. Precisa, assim, ser lacrado em contêineres fechados com rigor. O sistema penal fornece esse contêineres. (...) Para um ex-presidiário sob condicional ou *sursis*, retornar à sociedade é quase impossível, mas é quase certo retornar à prisão. Em vez de orientar e facilitar o caminho “de volta à comunidade” para presidiários que cumpriram sua pena, a função dos agentes de condicional é manter a comunidade a salvo do perigo perpétuo temporariamente à solta. (...) Em suma, as prisões, como tantas outras instituições sociais, passaram da tarefa de reciclagem para a de depósito de lixo³⁰.

A condição de preso, qualquer que seja seu sexo, lança o indivíduo à situação de invisibilidade³¹, caracterizado como “refugio humano, excessivo e redundante”³².

Historicamente, a prisão produz a uniformização dos indivíduos e o apagamento das suas identidades pessoais, por meio do controle dos comportamentos³³. Segundo Michel Foucault, a prisão exerce seu poder sobre o corpo do apenado e a disciplina fabrica “corpos submissos e exercitados, corpos dóceis”³⁴.

Para Goffman³⁵, as instituições totais promovem a “mortificação do eu” e a uniformização dos indivíduos, mediante a retirada dos bens pessoais na entrada, a separação do preso das relações que mantinha com o mundo externo, a rotina, a perda do espaço, da intimidade e da privacidade. A prisão é, por natureza, um espaço de segregação e esquecimento.

Nesse contexto, se a invisibilidade é uma peculiaridade que acompanha a história das mulheres em geral, e se a prisão é o depósito por excelência “daqueles de quem preferimos não lembrar”³⁶, uma prisão de mulheres constitui-se em um lugar de esquecidas, “cemitério dos vivos”³⁷.

³⁰ Op. cit. p. 108-109.

³¹ SÁ, Priscilla Placha. Eles não são recicláveis. **Revista da Faculdade de Direito**. Curitiba, n. 53, p. 68 e ss. 2011.

³² BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 12.

³³ BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. Os efeitos (in)visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional. **Revista Psicologia**. 2014, Vol. 28 (2), p.63.

³⁴ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 135

³⁵ GOFFMAN, Ervin. **Manicômio, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva. 1996, p. 24.

³⁶ SÁ, Priscilla Placha. Eles (não) são Recicláveis”. **Revista da Faculdade de Direito** nº 53, UFPR: Curitiba, 2011.

³⁷ LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

Nas palavras de Priscilla Placha Sá, “se o cárcere é o lugar último do real e da concretização do direito penal com seus muros, seus cadeados e sua disciplina, o cárcere feminino é a essência das permanências de um modelo hegemônico excludente”³⁸.

Como enunciado por Antonio Manuel Hespanha, a gramática é constitutiva da realidade, e o todo jamais é designado pela parte. Assim, ao contrário das prisões cujos internos são homens, que são denominadas apenas prisões, as prisões de mulheres são sempre “prisões femininas”. Ou seja, quando a “palavra prisão é mencionada, ela parece se referir invariavelmente ao universo masculino”³⁹.

Michelle Perrot já denunciava que as estatísticas, por serem assexuadas, sempre colaboraram para o apagamento da mulher. Desse modo, não haveria por que esperar alguma diferença no que diz respeito às estatísticas sobre prisões de mulheres.

Dados sobre o encarceramento feminino são ainda mais escassos do que as informações sobre presos em geral. A primeira estatística oficial sobre encarceramento realizada sob uma perspectiva de gênero foi publicada apenas em 2014, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias — Infopen Mulheres.⁴⁰

Em se tratando de um levantamento específico sobre mulheres, não surpreende que tenha sido parcial e que contivesse injustificáveis omissões. Para a análise do perfil⁴¹ da população feminina encarcerada, foram desconsideradas as informações de vários estados da federação, inclusive do Estado de São Paulo.⁴² Historicamente, São Paulo é o estado da federação que apresenta o maior percentual de presos no país, cuja porcentagem atingiu 39% do total de mulheres presas no país no mesmo levantamento⁴³.

O Departamento Penitenciário Nacional reconheceu no relatório do Infopen que havia “uma deficiência grande de dados e indicadores sobre o perfil de mulheres em privação de liberdade nos bancos de dados oficiais dos governos, o que contribui para a

³⁸ SÁ, Priscilla Placha. O que é o projeto mulheres pelas mulheres? In: SÁ, Priscilla Placha (coord. e org.). **Diário de uma Intervenção**: sobre o cotidiano de mulheres no cárcere. Florianópolis: EMais, 2018, p. 22.

³⁹ BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. Os efeitos (in)visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional. **Revista Psicologia**, 2014, Vol. 28 (2), p. 64.

⁴⁰ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres. Junho de 2014. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>> Último acesso em 19 de fevereiro de 2019.

⁴¹ A omissão do Estado de São Paulo se refere às informações quanto ao perfil das mulheres presas, o que exclui dados em relação à faixa etária, raça, cor ou etnia, estado civil, escolaridade, tempo total de pena, atividade laboral, atividade educacional e agravos.

⁴² MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres. Junho de 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>> Último acesso em 19 de fevereiro de 2019.

⁴³ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres. Junho de 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>, p. 13. Último acesso em 19 de fevereiro de 2019.

invisibilidade das necessidades dessas pessoas”⁴⁴.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania — ITTC sobre aprisionamento feminino⁴⁵ apontou que a inconsistência do relatório do Infopen Mulheres 2015 decorreu de sua metodologia. Os dados foram obtidos a partir das informações prestadas pelas unidades prisionais, estaduais e federais, sem que tivesse havido obrigatoriedade de que essas unidades cumprissem prazos para prestar as informações e que preenchessem adequadamente todos os campos do formulário. Segundo o relatório da pesquisa, o Infopen Mulheres “não foi capaz de reverter a desatenção sistêmica às mulheres, afinal, dados há muito aguardados continuam ausentes, como o número de filhos das mulheres presas — informação essa que aparece no relatório de junho em relação aos homens”⁴⁶.

Um segundo relatório oficial com recorte de gênero foi apresentado apenas em 2018, o Infopen Mulheres, 2ª edição⁴⁷. Em ambos os levantamentos ficou evidenciada, no entanto, a desproporção entre o aumento do encarceramento masculino e do feminino, bem como a expansão do encarceramento feminino em níveis que não se encontram nem mesmo entre os países que mais encarceram mulheres no mundo.

O aumento desproporcional da população carcerária feminina em comparação com o aprisionamento masculino, no entanto, não foi suficiente para apagar o silêncio e a invisibilidade que marcam a condição das mulheres presas. Ao contrário, o baixo percentual de mulheres encarceradas em comparação aos homens colabora para o seu desprezo.⁴⁸

No levantamento publicado em 2018, também há omissões relevantes. A principal delas diz respeito à ausência, em grande parte dos estados brasileiros,⁴⁹ de dados sobre

⁴⁴ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres. Junho de 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>> , p. 05. Acesso em 06/02/2019.

⁴⁵ ITTC (Instituto Terra Trabalho e Cidadania). **Relatório Mulheres sem prisão**. Disponível em <http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio_final_online.pdf> , p. 14. Acesso em 06/02/2019.

⁴⁶ ITTC (Instituto Terra Trabalho e Cidadania). **Relatório Mulheres sem prisão**. Disponível em <http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio_final_online.pdf> , p. 14. Acesso em 06/02/2019.

⁴⁷ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf> Último acesso em 19/02/2019.

⁴⁸ “A reduzida presença numérica da mulher no sistema prisional tem provocado o desinteresse, tanto de pesquisadores como das autoridades, e a decorrente ‘invisibilização’ das necessidades femininas nas políticas penitenciárias, que em geral se ajustam aos modelos tipicamente masculinos.” (Cf.: ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004, p. 122).

⁴⁹ “Os estados do Acre, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Tocantins não informaram o total de pessoas custodiadas em carceragens de delegacias em junho de 2016. Esses estados somam 11% da população presente nas unidades do sistema prisional. No caso dos estados de Amazonas, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Sergipe, a informação disponível sobre o total de pessoas

mulheres custodiadas em delegacias ou outros órgãos destinados à custódia de pessoas, administrados por órgãos do sistema de segurança pública estaduais. A subnotificação desses dados gera impacto, sobretudo, na taxa geral de encarceramento feminino, podendo mitigar a posição ocupada pelo país no ranking mundial do encarceramento⁵⁰.

É a invisibilidade feminina determinando o déficit no tratamento de dados sobre presas no país.

Sujeitos encarcerados são em geral, mas de modo especial em delegacias, contabilizados apenas como presos. A ausência de problematização quanto ao gênero desses sujeitos faz supor que sejam eles homens, e o sistema carcerário atua sobre eles a partir da perspectiva do masculino. A “suposta” neutralidade do sistema age para invisibilizar as mulheres e as suas singularidades. É que o sistema não é neutro, é masculino.

A ausência de dados sobre o número de presas em delegacias de polícia é simbólica não apenas em razão da simples omissão quanto aos dados, mas sobretudo porque as delegacias de polícia costumam ser os lugares nos quais é característica a ausência de atendimento às particularidades dos presos. São em geral meros “depósitos” de pessoas, sem que seja possível o exercício de direitos básicos, como banho de sol e a separação adequada de custodiados.

Se o atendimento às necessidades específicas das mulheres relacionadas à sua saúde, gravidez, amamentação, presença de filhos, é inadequado nos presídios, a presença delas em delegacias de polícia é um agravante da ausência de tratamento adequado às necessidades relacionadas ao gênero.

A reserva histórica e cultural de um espaço às mulheres, relacionado às tarefas domésticas e ao cuidado da casa, de crianças, doentes e idosos, impõe a elas singularidades que foram reconhecidas pela Constituição Federal e pela legislação ordinária, especificamente na lei de execução penal. Tais garantias não são observadas, todavia, no cotidiano das mulheres em cárcere.

A Constituição Federal garante no Art. 5º a igualdade entre homens e mulheres

custodiadas em carceragens de delegacias não apresentava o recorte de gênero, considerado pelo levantamento do INFOPEN em todas as suas categorias. Esses estados somam 17% da população presente nas unidades do sistema prisional.” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf> p. 12. Último acesso em 19/02/2019.

⁵⁰ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>, p.09. Último acesso em 19/02/2019.

(I), a proibição de tortura e tratamento desumano e degradante (III), o direito à individualização na pena (XLVI), a integridade física e moral (XLIX) e a proibição de penas cruéis (XLVI, e).

O texto constitucional prevê ainda que nenhuma pena passará da pessoa do condenado (XLV) e, especificamente sobre as mulheres, que a pena será cumprida em estabelecimentos distintos de acordo com o sexo (XLVIII), e que às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação (L).

A Lei de Execução Penal, a seu turno, embora tímida no reconhecimento das especificidades da condição feminina, garante à mulher presa acompanhamento médico específico, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido (Art. 14, §3º), assim como espaço adequado para gestante (Art. 89), e berçário, onde as presas possam cuidar de seus filhos e amamentá-los (Art. 83, §2º). Prevê, ainda, a existência de creche para abrigar crianças maiores de seis meses e menores de sete anos, assegurado atendimento por pessoal qualificado, e horário de funcionamento que garanta melhor assistência à criança e à mãe (Art. 89).

O Estatuto da Primeira Infância, Lei 13.257/16, incluiu novos dispositivos à Lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a todas as mulheres acesso a programas e políticas de saúde da mulher e planejamento reprodutivo, e às gestantes nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto, ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal no âmbito do Sistema Único de Saúde (art. 8º da Lei 8.069/90).

Apesar de alguns esforços do sistema de justiça para mapear o número de mulheres encarceradas, e embora existam prescrições legais que atentem para a condição feminina, a realidade da execução penal é reveladora de um universo completamente diferente. Ser mulher ainda é irrelevante para o sistema penitenciário⁵¹.

A invisibilidade do feminino não se resume à omissão quanto aos dados sobre encarceramento de mulheres. Ela está presente no descumprimento das normas constitucionais e legais editadas com propósito de atender às singularidades do feminino,

⁵¹ “Dada a histórica construção hierárquica dos papéis sociais de gênero, as mulheres, de modo geral, carregam sozinhas a pesada carga da sobrevalorização da maternidade em relação à paternidade, a realização de tarefas de cuidado, o trabalho doméstico, o menor acesso ao mercado formal de trabalho e as remunerações mais baixas(...). Também não é por acaso que o encarceramento das mulheres traz duras consequências sobre a família, principalmente para suas mães e seus filhos”. (ITTC — Instituto Terra Trabalho e Cidadania). **Relatório Mulheres sem prisão**. Disponível em < http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio_final_online.pdf>, p. 108. Acesso em 06/02/2019).

de modo especial, na falta de estrutura física das unidades prisionais, bem como no modelo de confinamento, que reproduz a lógica do aprisionamento masculino.

1.2 MULHERES, ESPAÇO E PRISÃO

A circunstância de estar/ser preso conecta o sujeito de um modo muito particular com o espaço. O preso se constitui entre as paredes de seu confinamento. É também constituído por elas.

A mulher, como já referido, também é constituída enquanto sujeito feminino na sua relação com o espaço, nas convergências entre o espaço privado e o espaço público. Ela se constitui no pertencimento social e cultural ao espaço privado e na ousadia de “aparecer em público”. Ser mulher é, antes de tudo, pertencer a um lugar. A relação da mulher presa com as paredes da prisão é, no entanto, mediada por fatores estranhos à sua relação com *as paredes* do espaço privado.

O confinamento masculino é a matriz do histórico das prisões, e essa moldura se torna presente na vida cotidiana das mulheres encarceradas⁵². A conformação ao modelo masculino vai desde questões menos visíveis, como o uso do mesmo uniforme dos presídios masculinos, até outras mais aparentes, como a falta de infraestrutura para abrigar gestantes, lactantes, e crianças⁵³.

Do total dos estabelecimentos prisionais no país, 74% são masculinos e 16% são caracterizados como mistos. Os estabelecimentos mistos contam com alas ou celas específicas para o aprisionamento de mulheres dentro de um estabelecimento originariamente masculino.

Apenas 7% dos estabelecimentos prisionais são voltados exclusivamente ao público feminino, o que não significa dizer que tenham sido projetados para abrigar mulheres. Em geral, são espaços criados para encarcerar homens que foram (mal)

⁵² “O aparato penal é predominantemente masculino em todos os níveis, como gestão, estrutura física, normas e procedimentos de segurança, serviços penais, quantidade de servidores masculinos muito superior ao número de mulheres, portanto o raciocínio não acontece em função das necessidades e especificidades de gênero, e sim sob a ótica masculina, causando violações de direitos mais acentuados com as mulheres. A realidade no Brasil mostra que as prisões femininas são, em muitos casos, adaptações de unidades masculinas que não estão sendo utilizadas, ou que foram desativadas, impossibilitando um tratamento digno às mulheres, e reforçando a discriminação contra as mulheres em vários aspectos. Há outra dificuldade nessa perspectiva, que são os estabelecimentos mistos, ou seja, a mesma estrutura física atende homens e mulheres, havendo frágeis separações, que não impedem os retrocessos e as violações.” (NAUMANN, Rita de Cássia Rodrigues Costa. **Rebelião e Direitos Humanos na Prisão Feminina**. 96 p. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018, p. 32).

⁵³ TEIXEIRA, Alessandra; FERNANDES, Marisa. Presidiárias: equidade e liberdade, difíceis caminhos. Apud ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004, p. 122-123. [Em nota de rodapé].

adaptados para confinar mulheres.

Ou seja, mais do que o dobro dos estabelecimentos que abrigam presas são estabelecimentos mistos, cuja administração, arquitetura prisional e serviços foram formulados a partir do paradigma de funcionamento do estabelecimento masculino, compatível com a lógica patriarcal, portanto. Nas palavras do relatório do Departamento Penitenciário Nacional, incapazes de observar as especificidades de espaços e serviços destinados às presas⁵⁴.

A arquitetura configura, a partir da premissa de uma suposta neutralidade, como um espaço que invisibiliza a condição feminina e produz efeitos muito profundos na vivência das mulheres na prisão, de modo especial no que diz respeito ao exercício da maternidade.

Nas palavras de Mariana Barcinski e Sabrina Daiana Cúnico⁵⁵:

O fato de a prisão em si ser masculina e masculinizante em grande parte de suas práticas torna as mulheres presas mais invisíveis. Tal afirmação se reflete no imprevisto institucional que marca a situação da mulher no cárcere, a qual é tratada a partir das adaptações do sistema já existente, refletindo o caráter androcêntrico do sistema prisional.

Segundo dados do Infopen Mulheres 2018, 74% das presas são mães⁵⁶. Pesquisas indicam que muitas delas são as principais responsáveis pelos cuidados dos filhos⁵⁷. Os estabelecimentos prisionais, no entanto, carecem de espaços que viabilizem o aleitamento materno, o atendimento dos filhos menores, a custódia das gestantes e a presença de equipes de atenção à saúde da mulher⁵⁸.

⁵⁴ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>, p. 22. Acesso em 19/02/2019.

⁵⁵ BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. Os efeitos (in)visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional. In: **Revista Psicologia**, 2014, Vol. 28 (2), 65.

⁵⁶ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>, p. 51. Acesso em 19/02/2019.

⁵⁷ A pesquisa “Saúde materno-infantil nas prisões” realizada pela Fiocruz, que se debruçou sobre a realidade de gestantes em situação de privação de liberdade e traçou um perfil da população feminina encarcerada que vive com seus filhos, bem como as condições e práticas relacionadas à atenção à gestação e ao parto durante o encarceramento, indica que um terço das mães pesquisadas são chefes de família. (LEAL, Maria do Carmo *et al.* “Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil”. In **Ciênc. saúde coletiva** [online], 2016, vol.21, n.7, 2061-2070. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>>, p. 2064.). Acesso em 19/02/2019.

⁵⁸ “O encarceramento amplia a vulnerabilidade social, individual e programática desta população, dificulta o acesso aos serviços de saúde seja para prevenção, assistência ou vigilância, bem como compromete o bem-estar e o exercício pleno da cidadania. (...) Esta vulnerabilidade se agrava pelas especificidades ligadas à maternidade e ao nascimento dos seus filhos no ambiente da prisão. A maioria dessas mulheres está em idade fértil e estima-se que 6% estejam grávidas.” (Cf.: LEAL, Maria do Carmo *et al.* Nascer na

Nesse contexto, não surpreende que apenas 16% das unidades prisionais que abrigam mulheres (mistas ou exclusivamente femininas) disponham de cela ou dormitório adequado para custodiar gestantes e que apenas 14% possuam berçário ou centro de referência materno-infantil, que compreendem espaços destinados a bebês de até 2 anos de idade⁵⁹.

A lei garante a permanência das crianças no cárcere com suas mães até os sete anos de idade⁶⁰. As unidades que contam com espaço destinado para receber crianças acima de 2 anos somam, no entanto, apenas 3%⁶¹.

Um levantamento realizado pela Fiocruz se debruçou sobre a realidade de gestantes em situação de privação de liberdade⁶² e traçou um perfil da população feminina encarcerada que vive com seus filhos, bem como as condições e práticas relacionadas à atenção à gestação e ao parto durante o encarceramento.

Entre as mulheres presas que compuseram a população pesquisada, mais de um terço delas tiveram quatro ou mais gestações⁶³, 20% tinham cinco filhos ou mais e 8% já haviam tido outro filho durante encarceramento anterior. Do total, 61% delas não pretendiam engravidar⁶⁴.

O relatório demonstra com precisão as consequências que a lógica patriarcal imprime nas prisões de mulheres.

prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. In: **Ciênc. saúde coletiva** [online], 2016, vol.21, n.7, 2061-2070. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>>. Acesso em 19/02/2019.

⁵⁹ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>, p. 32-33.

⁶⁰ O presente trabalho tem ciência das críticas que se faz à previsão legal que garante a permanência dos filhos em cárcere, em companhia de suas mães até os 7 anos de idade, em razão das consequências ao adequado desenvolvimento dos menores, mas deixará de abordar tal questão porque esta não compõe o objeto de estudo selecionado. O interesse é demonstrar a incapacidade do sistema de cumprir a previsão legal.

⁶¹ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>, p. 33. Acesso em 19/02/2019.

⁶² "O projeto *Saúde materno-infantil nas prisões* foi um censo de base institucional realizado entre agosto de 2012 e janeiro de 2014 nas unidades prisionais femininas que abrigavam mães vivendo com seus filhos, localizadas nas capitais e regiões metropolitanas de 24 estados brasileiros e Distrito Federal." (Cf.: LEAL, Maria do Carmo *et al.* Nacer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. In: **Ciênc. saúde coletiva** [online], 2016, vol.21, n.7, 2061-2070. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>>. Acesso em 19/02/2019.

⁶³ Pesquisa realizada pelo projeto de extensão universitária *Mulheres pelas Mulheres* revelou que, em entrevista com 20 mulheres grávidas, em tratamento por doença, ou cumprindo medida de segurança, custodiadas no Complexo Médico Penal do Paraná em 2015, 80% tinham até 3 filhos.

⁶⁴ A população entrevistada foi de 495 mulheres presas, 206 gestantes e 289 mães. A população pesquisada era de mães vivendo com seus filhos, o que exclui mulheres presas mães, mas cujos filhos se encontravam fora da prisão. (LEAL, Maria do Carmo *et al.* Nacer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil In **Ciênc. saúde coletiva** [online], 2016, vol.21, n.7, 2061-2070. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>>. Acesso em 19/02/2019.

Segundo o relatório da pesquisa, embora 93% das mães tenham tido acesso à atenção pré-natal, o atendimento foi inadequado⁶⁵ para 36% delas⁶⁶. Um parcela de 8% dessas mulheres relataram a demora no atendimento de mais de 5 horas a contar do início do trabalho de parto⁶⁷. Durante o período de hospitalização, 15% declararam ter sofrido algum tipo de violência física, verbal ou psicológica⁶⁸ e 36% delas foram transportadas em viaturas policiais e não em ambulâncias.

A pesquisa da Fiocruz confirma o que acabou por revelar o Infopen Mulheres 2014, segundo o qual, nos estados do Acre e do Rio de Janeiro, mais de 70% da população feminina encontra-se em unidades que não contam com módulo de saúde.

A ausência de módulos de saúde nas unidades prisionais sujeita as presas à discricionariedade da direção do estabelecimento para que obtenham autorização de saída e acesso à saúde básica. Neste caso, ficam sujeitas às dificuldades logísticas de movimentação pelos agentes do Estado para terem acesso aos equipamentos públicos de saúde da localidade próxima ao estabelecimento penal⁶⁹.

⁶⁵ A pesquisa considerou como pré-natal adequado aquele baseado nas recomendações do Ministério da Saúde, ou seja, aquele que teve início antes da décima-sexta semana gestacional, com no mínimo uma consulta no primeiro trimestre, duas no segundo e três no terceiro trimestre. (LEAL, Maria do Carmo et al. *Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil*, in **Ciênc. saúde coletiva** [online], 2016, vol.21, n.7, 2061-2070. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>>. Acesso em 19/02/2019.

⁶⁶ O índice de atendimento adequado de mulheres fora do sistema prisional, atendidas pelo SUS, Sistema Único de Saúde, foi de 76%, segundo a pesquisa *Nascer no Brasil*. (LEAL, Maria do Carmo et al. *Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil*, in **Ciênc. saúde coletiva** [online], 2016, vol.21, n.7, pp.2061-2070. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>>. Acesso em 19/02/2019.

⁶⁷ Segundo o relatório, “a demora observada em nosso estudo entre o início do trabalho de parto e o primeiro atendimento, ainda na unidade prisional (em um quarto dos casos o tempo foi de 1 a 5 ou mais horas), mostra a incapacidade do sistema de saúde prisional de atender de maneira adequada as gestantes, que são, muitas vezes, dependentes da avaliação dos agentes de segurança penitenciária quanto à necessidade de transferência para a maternidade.” (LEAL, Maria do Carmo et al. *Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil*, in **Ciênc. saúde coletiva** [online], 2016, vol.21, n.7, pp.2061-2070. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>>. Acesso em 19/02/2019.

⁶⁸ LEAL, Maria do Carmo et al. *Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil*. In: **Ciênc. saúde coletiva** [online], 2016, vol.21, n.7, pp.2061-2070. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>>. Acesso em 19/02/2019.

⁶⁹ Simbólico da situação das mulheres grávidas que dão à luz na prisão é o relato da Diretora da Penitenciária Feminina de Salvador que consta na pesquisa *Dar à Luz na Sombra*: “a mulher foi pro hospital, sentiu dor, mandaram ela ficar de repouso. Aí a delegada me liga, ‘olha, Luz, estou andando uma presa, viu?’ Mas ela não me disse que a mulher já tinha ido pro hospital, só disse que ‘olha, está grávida’. Oh, meu Deus! a mulher já veio se arrastando, seis horas da tarde chegou. E as mulheres me disseram ‘Luz, a mulher já foi pro hospital e tudo’. Ela [delegada] nem me disse isso. Como é que decreta uma prisão dessas, baixa um flagrante? Ela tinha que colocar outra medida cautelar senão a prisão, porque a lei ampara esta mulher, ela já estava próxima a parir. Aí ela pegou, canetou e mandou. Chegou e começou a dizer que estava sentindo umas dores. Aqui dentro tem uma central médica penitenciária. Aí ela foi pro médico, não estava mais com dor. Quando eram cinco da manhã ela gritou, ‘gente, tô com dor! Prezada – porque ela chama [as agentes] de prezada ironicamente – prezada, prezada!’ Quando a prezada foi ouvir, ‘eu tô com dor, eu tô com dor’, ela foi correndo dentro da central médica, chamou a médica. Por sorte a médica tava aqui. Quando ela volta, a médica estava vindo, o bebê

A submissão das mulheres grávidas à discricionariedade dos agentes do Estado quanto à decisão sobre o encaminhamento da presa a um atendimento médico, bem como o modo como a liberdade de decidir a respeito da necessidade ou não de atendimento hospitalar, podem vir a ser utilizados pelo Estado como uma forma extralegal de punição à mulher, e tal situação constatada por Heloisa Vieira Simões e Priscila Conti Bartolomeu⁷⁰:

Tal situação parece ser resultado da necessidade de as mulheres serem obrigadas — por um enfermeiro — a “comprovar” que estavam em trabalho de parto, usando um absorvente íntimo para demonstrar o sangramento. (...) A necessidade de observação desse “método” foi responsável por muitos partos terem ocorrido dentro das próprias celas. (...) A necessidade da escolta policial, entretanto, muitas vezes atrasava tal encaminhamento, e por isso ouvimos relatos de que uma mulher havia dado à luz dentro da ambulância enquanto esperava a viatura policial que a escoltaria até o hospital.

As autoras relataram que a necessidade de escolta policial muitas vezes atrasava o encaminhamento da mulher até à maternidade, o que impedia que chegassem a tempo para o atendimento médico. O cárcere é um misto de muitas violências: entre a violência institucional, embrenha-se a violência obstétrica, seja através da discricionariedade dos agentes do Estado no encaminhamento da grávida à unidade hospitalar, seja em razão da violência verbal ou psíquica, sendo as mulheres vítimas de humilhação pelos agentes penitenciários ou pelos profissionais da saúde. O relatório da pesquisa Fiocruz descortinou a avaliação que as presas fizeram a respeito da atenção recebida nas maternidades, a qual está muito aquém da avaliação feita pelas mães não presas atendidas pelo SUS. Entre as mães encarceradas, apenas 14% avaliaram o atendimento como excelente, em contrapartida a 42% do outro grupo.⁷¹

1.3 PRISÃO E PARTO: O CORPO EM QUESTÃO

estava saindo. Aí começou a gritar, todo mundo veio e a médica fez o parto dentro da cela. Aí a médica veio, conseguiu uma tesoura para cortar o cordão. Aí ela foi pro hospital por causa da placenta. Quando chegou lá, foi fazer os exames no bebê, porque não deu tempo de fazer o pré-natal.” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Dar à luz na sombra**: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-longo-de-sua-mae201d-diz-pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf>>, p. 46). Acesso em 19/02/2019.

⁷⁰ SIMÕES, Heloisa Vieira. BARTOLOMEU, Priscila Conti. O que leva (m) mulheres grávidas à prisão? In: SÁ, Priscilla Placha (coord. e org.). **Diário de uma Intervenção**: sobre o cotidiano de mulheres no cárcere. Florianópolis: EMais, 2018, p. 94.

⁷¹ LEAL, Maria do Carmo et al. Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. In: **Ciênc. saúde coletiva** [online], 2016, vol.21, n.7, pp.2061-2070. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>>. Acesso em 19/02/2019.

A ausência de módulo de saúde nas unidades prisionais constitui grave violação dos direitos de qualquer preso, independentemente do seu sexo. No caso das mulheres, no entanto, a eventual condição de se encontrar presa e grávida eleva a uma outra categoria a lesão à dignidade humana: à categoria de discriminação em razão do sexo. Isso revela uma das práticas mais cruéis de tortura estatal contra as presas: a falta de atendimento médico durante o parto⁷² e o uso de algemas durante o procedimento.

A mulher é antes de tudo uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu⁷³. A diferença dos sexos marca o corpo, mas não qualquer corpo; marca o corpo feminino, aquele que é desviante do corpo masculino, o modelo-padrão-absoluto.

Luigi Ferrajoli relaciona a liberdade das mulheres à liberdade do seu corpo, um corpo sexuado. As prisões e opressões do feminino são também as opressões e prisões do seu corpo. Um corpo subordinado, objeto de alguém, e submetido a toda sorte de discursos e intervenções:

A liberdade feminina se concebe, se teoriza, como uma reivindicação em estreita conexão com o corpo. A liberdade feminina é, direta ou indiretamente, uma liberdade do corpo, e precisamente, do corpo sexuado, se um corpo feminino: quer se trate de liberdade sexual, isto é, de imunidade do corpo feminino frente às violações, abusos sexuais, assédios, mutilações genitais ou servidões conjugais; quer se trate de autodeterminação da maternidade e de suas formas e, em qualquer caso, da não constrição a gravidezes forçadas⁷⁴.

Para o autor italiano, ainda, a liberdade feminina é uma liberdade paradigmática: a mulher constitui o paradigma do outro. Por tal motivo, “sua opressão e discriminação são paradigmáticas de todas as desigualdades que hoje persistem sob o véu da igualdade de direitos”⁷⁵.

É através do seu corpo, que carrega a culpa, que a mulher deve expiá-la. Após a descoberta do pecado capital, Deus dá um castigo a Eva: “com sofrimento você dará à luz

⁷² Este trabalho não se debruçou sobre dados de presas que tenham dado à luz dentro da prisão, sem atendimento médico, mas há relatos na imprensa de que eventos como esse ainda não desapareceram do sistema penitenciário nacional. A respeito, vide notícia sobre um parto ocorrido dentro de uma solitária, em isolamento, na Penitenciária Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, apesar dos gritos de socorro das demais detentas. O jornal ainda informa que outra detenta deu à luz na mesma unidade prisional porque a escolta não chegou a tempo para o parto: Cf.: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,presa-da-a-luz-dentro-de-solitaria-em-penitenciaria-do-rio,1786404>> . Acesso em 19/02/2019.

⁷³ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016, p. 49.

⁷⁴ FERRAJOLI, Luigi. Prólogo. In PITCH, Tamar. **Um derecho para dos**. La construção jurídica de gênero, sexo y sexualidad. Trad. De Cristina Garcia Macual. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

⁷⁵ FERRAJOLI, Luigi. Prólogo. In PITCH, Tamar. **Um derecho para dos**. La construção jurídica de gênero, sexo y sexualidad. Trad. De Cristina Garcia Macual. Madrid: Editorial trotta, 2003.

filhos. Seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará”⁷⁶. No curso da história, um corpo dominado e subjugado⁷⁷. Um corpo que dá à luz.

A prisão aprisiona o corpo. O corpo feminino, porém, é ele mesmo objeto de opressões e apreensões, de controles formais e informais extramuros. A prisão feminina confina um corpo já aprisionado pela violência simbólica.

Se as paredes do cárcere constituem violentamente a vivência das presas, e se a maternidade é “o grande caso das mulheres”⁷⁸, a dominação masculina apresenta seu símbolo mais cruel e infame na prática estatal de restringir a liberdade corporal enquanto estão a dar à luz, ao submeter as gestantes ao uso de algemas durante o trabalho de parto.

O mito do pecado original na face em que pune a mulher pela traição a Deus permanece constitutivo das práticas estatais por meio da tortura do seu corpo no ato mais simbólico da condição feminina: a gestação e o parto.

Na pesquisa realizada pela Fiocruz⁷⁹, o uso de algemas em algum momento da internação para o parto foi relatado por mais de um terço das mulheres, sendo que, em 8% dos casos⁸⁰, a gestante permaneceu algemada mesmo durante o parto, “não lhes tendo sido permitidos os benefícios da deambulação e da livre movimentação que são recomendados para o melhor desempenho nessa ocasião”.⁸¹

Com o propósito de coibir a prática estatal do uso de algemas em grávidas, em 26 de setembro de 2016 foi editado o Decreto 8.858/16, e posteriormente, em abril de 2017, a Lei 13.434/17, que vedaram o emprego de algemas em mulheres presas em qualquer unidade do sistema penitenciário nacional, durante o trabalho de parto, no trajeto da parturiente entre a unidade prisional e a unidade hospitalar e após o parto, enquanto a mulher permanecer hospitalizada.

É sintomático da dominação masculina que as presas permaneçam algemadas durante o trabalho de parto. Em primeiro lugar, porque o uso de algemas constitui uma restrição à liberdade do sujeito que apenas se justifica nos casos de resistência e de

⁷⁶ Gênesis, 3:16.

⁷⁷ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016, p. 76.

⁷⁸ Op. cit., p. 68.

⁷⁹ Os dados da pesquisa foram coletados entre os anos de 2012 e 2014.

⁸⁰ LEAL, Maria do Carmo et al. Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. In: **Ciênc. saúde coletiva** [online], 2016, vol.21, n.7, 2068. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>>. Acesso em 19/02/2019.

⁸¹ LEAL, Maria do Carmo et al. Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. In: **Ciênc. saúde coletiva** [online], 2016, vol.21, n.7, 2068. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>>. Acesso em 19/02/2019.

fundado receio de fuga ou perigo à integridade física própria ou alheia. É evidente que tais requisitos materiais não estão presentes no momento do trabalho de parto, o que dispensaria a edição de qualquer ato normativo para regulamentar a prática de atos estatais de restrição física no momento em que a mulher dá à luz. Em segundo lugar, porque muito antes da edição da lei e do decreto acima citados já havia previsão constitucional dos princípios da proteção e promoção da dignidade da pessoa humana e da proibição de submissão à tortura e ao tratamento desumano e degradante (Art. 1º, III e Art. 5º, III).

Está presente no sistema jurídico vigente também a *Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher*. Entre as prescrições da convenção, encontra-se a obrigação dos Estados Parte de proteger a mulher contra todo ato de discriminação, assim como de abster-se de praticar atos discriminatórios contra elas.

Constitui discriminação, nos termos da Convenção:

"Toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

Do mesmo modo, as Regras de Bangkok, regras das Nações Unidas para tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras, reconhecem a presença de necessidades distintas das presas e impõem adequado tratamento a tais condições, inclusive no que diz respeito à proibição do uso de algemas durante o parto.

Neste caso, submeter a gestante à restrição corporal desnecessária e desproporcional, mediante o uso de algemas durante o trabalho de parto, constitui evidentemente prática discriminatória, uma vez que se trata de restrição baseada no sexo, que tem por resultado anular o reconhecimento dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

"É, sobretudo, no corpo e através dele que se estabelece o controle institucional às mulheres encarceradas"⁸². Não se trata de mero acaso, portanto, o uso de algemas durante o parto. A prática é desnecessária e vedada pela Constituição Federal. A violência simbólica e a dominação masculina, no entanto, atuam à margem do sistema

⁸² BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. Os efeitos (in)visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional. In: **Revista Psicologia**, 2014, Vol. 28 (2), 65.

jurídico e apesar dele. Trata-se em medida estatal institucionalizada que cumpre uma função não declarada do direito penal, qual seja, promover e manter o controle dos corpos das mulheres, um corpo que deve ser vigiado e punido em razão do seu sexo.

1.4 DISTANTE E INVISÍVEL

A condição de estar grávida ou acompanhada de filhos na prisão é constitutiva para as mulheres, ainda, de uma outra realidade: o distanciamento da família, que aprofunda a marca do seu confinamento e solidão.

As delegacias de polícia, unidades prisionais existentes na maioria dos municípios brasileiros, são locais inadequados para abrigar grávidas e com filhos, uma vez que não dispõem de condições mínimas de atendimento médico e abrigo de crianças.

O baixo número de mulheres presas em comparação ao encarceramento masculino, por sua vez, não justifica, sob os olhos da administração penitenciária, a criação de espaços especiais para encarcerá-las nas cidades do interior. Elas são, assim, encaminhadas a presídios femininos, geralmente localizados nas capitais, unidades prisionais que possibilitam a segregação entre homens e mulheres. A transferência, no entanto, significa distanciá-las do seu domicílio.

Esse deslocamento priva a detenta da convivência com os seus familiares no momento da gestação e do parto, e intensifica a lógica da invisibilidade que as acompanha desde o momento anterior à prática do crime. O fato de ser mãe de inúmeros filhos e de ser majoritariamente a responsável pelo seu sustento não impede, portanto, que venham a ser deles separadas.

Assim, reserva-se à mulher presa dois destinos igualmente violadores de direitos: ou é detida em unidade prisional localizada próximo à família, mas ausente de estrutura para atender às singularidades que caracterizam o feminino, ou é transferida para uma unidade específica de aprisionamento feminino, distante dos parentes e amigos.

Assim, se o cárcere é um espaço de invisíveis, a *invisibilidade* que qualifica o feminino aprofunda a circunstância de abandono às mulheres, e as destina à condição de “sujeitos apagados de vista”⁸³, ou o refugio do refugio.

A pesquisa *Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil* evidenciou o desprezo e o esquecimento a que são submetidas as mulheres grávidas ou

⁸³ CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologias Feministas**: três possibilidades para a configuração de um campo de estudo. Disponível em <www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c112115f1c81e4f4>. Acesso em 06/02/2019.

com filhos. Segundo o relatório, 40% das mulheres não receberam visita de parentes ou amigos durante a gestação⁸⁴ e o início do trabalho de parto foi informado à família em apenas 10% dos casos, sendo que apenas 16% delas receberam a visita do pai da criança. Somente 3% tiveram assegurado o direito a um acompanhante durante o parto⁸⁵, em flagrante violação ao Art. 8º, § 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante o direito da parturiente a um acompanhante de sua preferência durante o trabalho de parto e o pós-parto imediato.

A lei não distingue, como não poderia deixar de fazê-lo, a mãe presa da gestante em liberdade, e reafirma a necessidade de o poder público garantir à grávida e à mulher com filho na primeira infância, que se encontrem sob custódia do Estado, um ambiente que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para acolhimento do filho (Art. 8º, § 10). Nesse caso, a punição pelo crime não se limita à esfera jurídica da mulher, mas se estende a seus filhos e família.

O relatório do Infopen Mulheres 2018 confirma que as condições de acesso aos estabelecimentos femininos interfere no número de visitas às presas, e informa que a média de visitas nos estabelecimentos femininos é menor do que nos estabelecimentos masculinos⁸⁶. Nos estados do Amazonas, Maranhão e Rio Grande do Norte, a média de visitas realizadas nos estabelecimentos masculinos é mais de cinco vezes maior que a média nos estabelecimentos femininos⁸⁷.

O isolamento e solidão das mulheres já havia sido observado por Julita Lemgruber, no livro *Cemitério dos Vivos*, obra resultado de uma pesquisa na Penitenciária

⁸⁴ A distância relatada por familiares das mulheres privadas de liberdade na Penitenciária Feminina do Estado do Paraná se constitui um limitador para as visitas, particularmente se somada à questão econômica dos mesmos familiares. (Cf.: LANGNER, Ana Lúcia. **A visita da família na penitenciária feminina do Estado do Paraná**: relação com o contexto prisional, escolaridade e condição social. 107 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, , 2016, p. 76).

⁸⁵ LEAL, Maria do Carmo et al. Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. In: **Ciênc. saúde coletiva** [online], 2016, vol.21, n.7, 2065. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>>. Acesso em 10/02/2019.

⁸⁶ "É tanta a disparidade entre os estabelecimentos masculinos e femininos no tocante à visita, que se torna inevitável discutir essa temática a partir de uma perspectiva de gênero. As presas contrastam a situação das visitas delas com a de seus companheiros e familiares, em sua maioria presos no CDP (Centro de Detenção Provisória) de Franca. Elas destacam que lá as visitas são realizadas aos domingos e que uma vez no mês tem "dobradinha", isto é, as visitas se realizam no sábado e no domingo. Além disso, o tempo da visita no CDP é maior. Outro ponto que merece destaque é que grande parte das mulheres tem origem em cidades da região, de modo que muitas das familiares não residem na cidade da Cadeia. O custo do transporte e a distância constituem entraves na vinda das familiares às visitas semanais." (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Dar à luz na sombra**: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-longe-de-sua-mae201d-diz-pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf>, p. 39-40).

⁸⁷ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Último acesso em 19/02/2019.

Talavera Bruce realizada na década de 1970. Segundo a autora, várias presas eram praticamente abandonadas pela família, e a privação da liberdade, embora seja “a mais óbvia das privações por que passa o preso”⁸⁸, é particularmente dolorosa para elas, em razão do rompimento da convivência com seus filhos⁸⁹. Na obra, a autora deixa clara a indignação das mães para quem, com razão, a lei havia cominado pena de prisão, e não a *pena de deixar de ser mãe*, o que constituía sua maior dor.

Posteriormente, entre os anos de 1984 e 1985, Maruza Bastos de Oliveira, em observação na mesma unidade penitenciária, deixou registrado na obra *Cárcere de Mulheres* exatamente a mesma realidade no relato de um dos funcionários:

Cadeia masculina é diferente... a mulher é mais frágil, carente. Mas se a gente pensar melhor, a cadeia de mulher é mais prejudicada pela distância que se encontra do centro, dos centros assistenciais. Além de ser a única cadeia feminina, é muito desprestigiada (...) ⁹⁰.

Um estudo específico sobre o contexto das visitas, realizado na Penitenciária Feminina do Estado do Paraná, descreveu que nesta unidade prisional existia, na época da pesquisa, em janeiro de 2016, aproximadamente 460 mulheres privadas de liberdade, e que apenas 92 delas recebiam visitas normalmente⁹¹.

Especificamente sobre a Penitenciária Feminina do Paraná, localizada em Piraquara, na Região Metropolitana da Capital, necessário esclarecer que se trata da única unidade prisional do Estado do Paraná que recebe mulheres grávidas ou acompanhadas dos seus filhos. Neste caso, todas as gestantes e/ou mães acompanhadas dos seus filhos, mesmo que residentes no interior do Estado do Paraná, serão recolhidas a esta unidade prisional.

Procurando compreender os condicionamentos da dinâmica da visita, a pesquisa revelou quais as principais dificuldades relatadas pelos familiares das presas.

⁸⁸ LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 96.

⁸⁹ "Para aquelas cujos filhos estão em escolas governamentais, a perda da liberdade reveste-se de características dramáticas: 'Meu problema maior são as minhas filhas que estão num colégio na FUNABEM. Eles não trazem elas pra me visitar e o juiz não me dá ordem de ir lá. Isso me revolta porque a lei me prendeu mas não me tirou o direito de ser mãe.' Estar presa parece ser desonra de tal ordem que alguns familiares preferem que as crianças acreditem estar a mãe morta: 'Estou aqui há cinco anos e quando me prenderam meu marido disse a meus filhos que morri.'" (LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 97).

⁹⁰ OLIVEIRA, Maruza Bastos de. **Cárcere de Mulheres**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, ano, p. 68.

⁹¹ LANGNER, Ana Lúcia. **A visita da família na penitenciária feminina do Estado do Paraná**: relação com o contexto prisional, escolaridade e condição social. 107 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, p. 76.

Entre os entraves, encontra-se⁹² a distância entre o local da residência da família e a unidade prisional, especialmente quando observadas as condições sociais e econômicas das famílias⁹³.

A pesquisa revelou que o nível socioeconômico das famílias é compatível com o das próprias presas, ou seja, são pessoas oriundas dos extratos socialmente mais desfavoráveis, os quais ocupam empregos em categorias economicamente desvalorizadas e atividades informais. A pesquisa pontuou, ainda, que o encarceramento de uma pessoa geralmente agrava os problemas financeiros no entorno familiar, seja pela perda de uma força de trabalho, seja em razão da necessidade de contratar advogados, ou de pagar despesas de alimentação, itens de higiene pessoal e deslocamentos.

A pesquisa revelou, entre outros fatores, que a distância entre o local da prisão e a residência dos familiares, aliada à baixa renda familiar, atua para reservar às mulheres um lugar de esquecimento e solidão⁹⁴. O afastamento entre a unidade prisional e o local de residência da presa intensifica, portanto, o isolamento que permeia toda forma de encarceramento, mas é especialmente característico do aprisionamento feminino, tendo em vista as singularidades que caracterizam a gravidez e a maternidade.

A prática do encarceramento reproduz, dessa forma, a lógica de dominação patriarcal já existente nos mais diversos espaços sociais, qualificada pela peculiaridade de que o *locus* da criminalidade, bem como o sistema que determina o encarceramento, é o *locus* por excelência do masculino.

A dominação masculina se impõe, seja em razão da invisibilidade da condição feminina na elaboração das pesquisas sobre número e perfil dos presos no país, ou em

⁹² Entre os condicionamentos que interferem na visitação na Penitenciária Feminina do Paraná, a pesquisa relacionou ainda: a) as regras e normas próprias do contexto prisional que favorecem o distanciamento entre a realidade prisional e o mundo social, neste caso, de modo muito particular, a necessidade de os familiares se submeterem à revista íntima; e b) o impacto social da prisão para a família, estigmas, tensões e constrangimentos. (Cf.: LANGNER, Ana Lúcia. **A visita da família na penitenciária feminina do Estado do Paraná: relação com o contexto prisional, escolaridade e condição social**. 107 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2016.

⁹³ A mesma correlação entre o abandono das mulheres e a distância da família/baixa renda é apontada por Heloisa Vieira Simões e Priscila Conti Bartolomeu: "O tempo corria, entrava mulher, saía mulher e a história continuava sempre a mesma. Uma gravidez abandonada, sozinha e sem visita. (...) Algumas esquecidas pela sociedade, pelo sistema, pela família e pelo companheiro. Outras, obrigadas a serem esquecidas, já que a visita não era uma opção, devido à distância da cidade de origem (54% das entrevistadas eram do interior do estado) associada à baixa renda familiar (...)." (SIMÕES, Heloisa Vieira. BARTOLOMEU, Priscila Conti. O que leva (m) mulheres grávidas à prisão?. In: SÁ, Priscilla Placha (coord. e org.). **Diário de uma Intervenção: sobre o cotidiano de mulheres no cárcere**. Florianópolis: EMais, 2018, p. 82).

⁹⁴ "Na visita, vimos muitas crianças e mulheres, e poucos homens." (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-longo-de-sua-mae201d-diz-pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf>>, p. 44. Acesso em 19/02/2019.

razão do espaço que constitui o cotidiano e configura a vivência das mulheres em confinamento. A correlação entre o poder do Estado e o corpo feminino, corpo sexuado e desde sempre submetido a diversos mecanismos de controle informal, do mesmo modo, é paradigmática da violência estatal e constitutiva da violação de direitos com perspectiva de gênero.

2 GÊNERO, RAÇA E VULNERABILIDADE: A ENCRUZILHADA DO TRÁFICO

Não é possível falar de mulheres em cárcere e não falar de tráfico de drogas. Pesquisas com recorte de gênero apontam que a proporção feminina encarcerada em razão de crimes relacionados ao tráfico de drogas significava, em junho de 2016, 62% do total das incidências penais pelas quais as mulheres privadas de liberdade foram condenadas, ou seja, aproximadamente, 3 em cada 5 presas⁹⁵. Por outro lado, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do mesmo mês informa que, entre os homens, os crimes ligados ao tráfico representam apenas 26% dos registros⁹⁶.

Do mesmo modo, não é possível falar de cárcere sem falar de raça. Mais de dois terços do universo prisional feminino é composto por negras ou pardas. Segundo o Infopen, “entre a população maior de 18 anos, existem aproximadamente 40 mulheres brancas privadas de liberdade para cada grupo de 100 mil mulheres brancas, e existem 62 mulheres negras na mesma situação para cada 100 mil mulheres negras”.⁹⁷

Essas disparidades podem ser explicadas a partir do espaço tradicionalmente reservado às mulheres, produto da divisão sexual do trabalho. O lugar do trabalho invisível e não valorizado, que aprofunda vulnerabilidades.

Pretendendo estabelecer uma proposta de um direito voltado à realidade concreta de “seres reais existentes no mundo dos fatos”, Heloisa Helena Barbosa esclarece que, embora todos os seres humanos sejam, por natureza, vulneráveis, nem todos são atingidos por ela do mesmo modo⁹⁸:

Todos os humanos são, por natureza, vulneráveis, visto que todos os seres humanos são passíveis de serem feridos, atingidos em seu complexo psicofísico. Mas nem todos serão atingidos do mesmo modo, ainda que se encontram em situações idênticas, em razão de circunstâncias especiais, que agravam o estado de suscetibilidades que lhe é inerente. Embora em princípio iguais, os humanos se revelam diferentes no que respeita à vulnerabilidade. É preciso, portanto, indagar quais os significados de vulnerabilidade, e quais as circunstâncias que podem agravá-la.

⁹⁵ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em 19/02/2019.

⁹⁶ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen 2016 Disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>, p. 43.

⁹⁷ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>, p. 41. Acesso em 19/02/2019.

⁹⁸ BARBOSA, Heloisa Helena. Vulnerabilidade e Cuidado: aspectos jurídicos. In: PEREIRA, Tânia da Silva; OLIVEIRA, Guilherme de. (Org.). **Cuidado e vulnerabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 107.

Desse modo, como proposta para localizar nas pessoas condições especiais que as tornam vulneráveis, para além da vulnerabilidade que é inerente a todo ser humano, a autora afirma que “é indispensável verificar as peculiaridades das diferentes situações de cada grupo”, em razão de seu estado ou fraqueza, e que em razão de contingências “está impedida ou diminuída de exercer seus direitos, ou se encontra em situação em que é maior a probabilidade de se tornar vítima”⁹⁹.

Embora ela reconheça a diferença ontológica entre desigualdade e vulnerabilidade¹⁰⁰, é verdadeiro que situações perenes de desigualdade social, atreladas ou não a outras categorias de vulnerabilidade (física, psicológica), intensificam a situação de (ser/estar) vulnerável, face às dificuldades que determinado grupo social encontra ao exercer seus direitos. Assim, no que toca às mulheres, porque enquanto categoria encontram-se em situação de desigualdade social, que se associa a predisposições de opressão relacionadas à construção social do gênero, podem estar mais facilmente suscetíveis aos mais variados espectros da violência.

Tais vulnerabilidades estão profundamente entrelaçadas com o papel que o racismo desempenha nos contextos de naturalização das desigualdades sociais e das hierarquias que se estruturam a partir das diferenças biológicas, as quais interferem no exercício do poder estatal relacionado à aplicação do direito penal. Essas dinâmicas explicam a sobrerrepresentação de mulheres negras no cárcere, e de condenadas em razão da prática de crimes relacionados ao tráfico.

2.1 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: GÊNERO, MATERNIDADE E VULNERABILIDADE

Historicamente, às mulheres foi atribuído o trabalho doméstico, do lar, do cuidado dos filhos. A ordem masculina, a partir da qual se interpretam os dados, os fatos e o mundo, impõe que o trabalho invisível e não remunerado seja encargo tipicamente feminino.

Embora tenha se alterado o perfil do acesso das mulheres à educação e ao

⁹⁹ BARBOSA, Heloisa Helena. Vulnerabilidade e Cuidado: aspectos jurídicos. In: PEREIRA, Tânia da Silva; OLIVEIRA, Guilherme de. (Org.). **Cuidado e vulnerabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 111-112.

¹⁰⁰ “A desigualdade aparece em contraposição à igualdade, que implica em divisão, partilha. A vulnerabilidade não supõe necessariamente uma análise comparativa, é um estado em si. A desigualdade, ao contrário, somente aparece quando há comparação.” (BARBOSA, Heloisa Helena. Vulnerabilidade e Cuidado: aspectos jurídicos. In: PEREIRA, Tânia da Silva; OLIVEIRA, Guilherme de. (Org.). **Cuidado e vulnerabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 113).

trabalho nos últimas décadas no século XX¹⁰¹, elas continuam a ser as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, não remunerado, relacionado ao cuidado da casa, dos filhos, idosos e doentes¹⁰².

Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas — IPEA indicou que, após a adolescência e a juventude, a participação masculina dedicada ao trabalho doméstico em 2006 e 2012 se manteve e estável em 5 horas semanais, em média, enquanto a dedicação feminina cresce continuamente conforme a idade, até atingir médias superiores a 25 horas semanais, "só declinando por volta dos 65 anos de idade, quando os patamares ainda são três vezes superiores ao masculino"¹⁰³.

A maior dedicação masculina ao trabalho remunerado não compensa a diferença de dedicação feminina ao trabalho doméstico, uma vez que as mulheres suportam uma carga total de trabalho superior à quase 10 horas, montante que representa a chamada "dupla jornada feminina"¹⁰⁴.

Laís Abramo e Maria Elena Valenzuela explicam a correlação entre uso do tempo e as dinâmicas familiares:

O uso do tempo, um bem escasso, é fator essencial na articulação entre trabalho e as responsabilidades familiares. As pesquisas de uso do tempo mostram a persistência de padrões tradicionais de divisão sexual do trabalho. As mulheres trabalham mais em atividades não remuneradas e os homens em atividades remuneradas; somando-se ambas as jornadas, o

¹⁰¹ "Entre 1970 e o início do século seguinte, o percentual de mulheres economicamente ativas passou de 18,5% para cerca de 55%, tendo alcançado um teto de 59% em 2005. (...) A posição delas se modificou, também, no acesso à escolarização. Hoje têm, em média, mais tempo de educação formal do que os homens, passando a ser maioria entre as pessoas matriculadas no ensino superior." (BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 21).

¹⁰² Um estudo do Ipea sobre a correlação entre gênero e uso do tempo mapeou desde 1976 o engajamento profissional feminino ao longo da vida, o que revelou a sua aproximação com o engajamento profissional masculino: "Observa-se que o trabalho feminino em 1976 começava a cair depois dos vinte anos decrescendo cada vez mais, como indicação de abandono feminino do trabalho no período de formação de família. Já em 2012, o formato da curva de trabalho feminino se assemelha ao padrão masculino, embora as taxas de atividade das mulheres se mantenham mais baixas que a dos homens. Para os homens, a curva mantém-se estável tal qual a de 36 anos atrás." (FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara Araújo; BARAJAS, Maria de la Paz López et al. (org.). **Uso do tempo gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170904_uso_do_tempo_e_genero.pdf> , p. 106. Acesso em 19/02/2019.

¹⁰³ FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara Araújo; BARAJAS, Maria de la Paz López et al. (org.). **Uso do tempo gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170904_uso_do_tempo_e_genero.pdf> , p. 110. Acesso em 19/02/2019.

¹⁰⁴ FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara Araújo; BARAJAS, Maria de la Paz López et al. (org.). **Uso do tempo gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170904_uso_do_tempo_e_genero.pdf> , p. 116. Acesso em 19/02/2019.

tempo total de trabalho das mulheres é superior ao dos homens e elas dispõem de menos horas de descanso e lazer¹⁰⁵.

As dinâmicas de classe acentuam as disparidades. "A dedicação ao trabalho doméstico é extremamente diferenciada por classe entre as mulheres (...) sendo muito maior nas classes mais baixas, variando em mais de 10 horas entre mulheres nas categorias extremas"¹⁰⁶. A possibilidade de terceirizar o trabalho no lar mediante a contratação de empregado doméstico e o acesso a utensílios domésticos, como máquina de lavar, por exemplo, podem ser citados como causas da disparidade.

A pesquisa revelou ainda que são elas as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos, peso que tende a decrescer conforme melhora a condição de classe, enquanto nas classes mais baixas as "alternativas ao cuidado materno são menores e, em geral, ficam restritas às soluções familiares"¹⁰⁷.

Flávia Biroli, na obra *Gênero de Desigualdades*, aponta que, em 2012, "somente 20,3% das mães com filhos de até 3 anos tinham todos os filhos em creche. Entre as que tinham todos em creche, 72,9% estavam ocupadas; esse índice cai para 42,6% quando se consideram aquelas que não tinham nenhum dos filhos em creche"¹⁰⁸. Ou seja, para as mulheres, a disponibilidade para o trabalho remunerado aumenta na proporção da disponibilidade de creches, revelando as intersecções entre exercício da maternidade, desempenho de atividade remunerada e a classe econômica, componente este que interfere no acesso da mãe à creche ou à educação infantil.

As pesquisas revelam, portanto, que, embora as mulheres tenham intensificado o seu acesso à educação e ao trabalho nas últimas décadas, elas continuam a ser as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos, o que gera impactos em termos de disponibilidade da renda, conforme os arranjos familiares.

¹⁰⁵ ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de Trabalho Remunerado e Não Remunerado na América Latina. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Tradução: Carol de Paula. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 117-118

¹⁰⁶ FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara Araújo; BARAJAS, Maria de la Paz López et al. (org.). **Uso do tempo gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/porta/imagens/stories/PDFs/livros/livros/170904_uso_do_tempo_e_genero.pdf> , p. 112. Acesso em 19/02/2019.

¹⁰⁷ FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara Araújo; BARAJAS, Maria de la Paz López et al. (org.). **Uso do tempo gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/porta/imagens/stories/PDFs/livros/livros/170904_uso_do_tempo_e_genero.pdf> , p. 121. Acesso em 19/02/2019.

¹⁰⁸ Segundo a obra, esses dados foram extraídos da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Relatório anual socioeconômico da mulher, 2014 (Brasília, SPM, 2015). (Cf.: BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 45).

O número de mulheres na posição de chefes de família, ou seja, as principais ou únicas responsáveis pela renda familiar, cresceu nos últimos 20 anos. Em 1995, 22,9% das famílias eram chefiadas por mulheres, proporção que atingiu 40,5% em 2015¹⁰⁹.

As famílias chefiadas por mulheres não são exclusivamente aquelas nas quais não há a presença masculina. Interessante notar, no entanto, que, em 2015, neste específico arranjo familiar, 40,4% são formadas por mães com seus filhos (sem a presença masculina), contra 23,5% formadas por casais com filhos. Já entre as famílias chefiadas por homens, apenas 3,7% são formadas por homens com filhos, contra 55,1% formadas por casais com filhos¹¹⁰.

Entre as famílias em que elas são as responsáveis pelo sustento, é elevado, portanto, o número de mulheres sem cônjuges e com filhos (40,4%). É nesse específico arranjo familiar que se encontram as pessoas com maior risco de vulnerabilidade social, já que a renda média delas é inferior à renda dos homens, agravado pelo fato de que essa renda é dividida entre todos, a mãe e seus filhos. Por tal razão, pesquisas indicam que há uma sobre-representação da pobreza em famílias do tipo “mulher sem cônjuge” em que há presença de filhos¹¹¹.

Essa inter-relação entre gênero e vulnerabilidade é realidade também no ambiente carcerário. O relatório Infopen Mulheres¹¹² levantou dados significativos sobre a condição social das mulheres privadas de liberdade. Ela é em sua maioria jovem, negra, pobre, tem filhos, possui baixa escolaridade, é a responsável pelo sustento da família¹¹³.

Impressionantes 50% da população carcerária feminina apresentam ensino fundamental incompleto, e apenas 15% terminaram o ensino médio, o que revela o baixo grau de escolaridade desse grupo. Do total, 50% das detentas, igualmente, encontram-se

¹⁰⁹ IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada). **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**: 20 anos. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_apresentacao_retrato.pdf> Acesso em 19/02/2019.

¹¹⁰ IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada). **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça** <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html>. Acesso em 19/02/2019.

¹¹¹ IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada). **A Face Feminina da Pobreza**: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf>. Acesso em 19/02/2019.

¹¹² MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em 19/02/2019.

¹¹³ Para o sociólogo Lindomar Wessler Boneti, a partir de um estudo elaborado na penitenciária feminina do Paraná, há evidente correlação entre vulnerabilidade, perda da autonomia, exercício de atividade de risco e prisão. (Cf.: BONETI, Lindomar Wessler; LANGNER, Ana Lúcia. **A Construção Social do Crime**: o caso da penitenciária feminina do Paraná. Palestra proferida no XX Congresso Internacional de Sociólogos de Língua Francesa. Montreal: Université du Québec à Montreal, julho 2016).

na idade entre 18 e 29 anos, e são solteiras¹¹⁴.

Sobre a marca da vulnerabilidade que acompanha o feminino no cárcere, relevantes são os dados do *Relatório Mulheres sem Prisão*, elaborado pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania¹¹⁵, cuja pesquisa analisou 265 autos de prisão em flagrante de mulheres das cidades de São Paulo e Guarulhos.

Segundo o relatório, dados sobre o endereço de residência das mulheres pesquisadas demonstraram que 12,4% delas declararam estar em situação de rua, ou seja, sem residência. O relatório mostra, ainda, as quatro regiões da cidade de São Paulo que mais concentram o endereço das presas correspondem às regiões da cidade com maior número de domicílios em áreas de vulnerabilidade social alta ou muito alta, de acordo com o parâmetro do Atlas Socioassistencial¹¹⁶.

Feito esse breve apanhado sobre dados de renda, composição familiar e vulnerabilidade, pergunta-se: por que isso importa? Importa porque viver a maternidade é social e culturalmente diferente de viver a paternidade. É diferente fora dos muros, e é particularmente singular dentro da prisão. “A dualidade entre público e o privado constitui papéis, produz gênero”¹¹⁷.

A divisão sexual do trabalho configura o feminino e tem impactos muito profundos nas vivências de homens e mulheres, no espaço privado e no espaço público, assim como na experiência do cárcere. Como explica Flávia Biroli, a divisão sexual do trabalho conforma trajetórias e diferencia possibilidades; sobre ela, assentam-se hierarquias de gênero, ativando restrições e desvantagens. Para a autora, falar da divisão sexual do trabalho “é tocar no que vem sendo definido, historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher”¹¹⁸. Esse lugar, embora construído cultural e historicamente, é naturalizado, como se derivado da ordem das coisas e, por esse motivo, invisibilizado.

Elas dedicam proporcionalmente mais tempo às crianças e ao trabalho doméstico, o que lhes priva de destinar seu tempo ao trabalho produtivo, aquele a que se atribui valor e é remunerado, aquele realizado no espaço público. Abramo e Valenzuela observam:

¹¹⁴ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em 19/02/2019.

¹¹⁵ ITTC (Instituto Terra Trabalho e Cidadania). **Relatório Mulheres sem prisão**. Disponível em: <http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio_final_online.pdf>. Acesso em 06/02/2019.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 12.

¹¹⁸ Idem. p. 21.

Os mecanismos tradicionais de divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo hierarquizam a sociedade e o mercado de trabalho e reproduzem as desigualdades e discriminações de gênero¹¹⁹.

O reconhecimento histórico da mulher como responsável pelo espaço doméstico determina e constitui historicamente as percepções daquele que pode ser considerado capaz de exercer trabalho produtivo, no caso, o homem, provedor¹²⁰. A mulher, mesmo que desempenhe mais horas de trabalho que os homens, que seja ele um trabalho tão duro e cansativo quanto o deles, e mesmo que seja ela a principal responsável pelos cuidados dos filhos, é reconhecida culturalmente como mera auxiliar, que desempenha trabalho eventual e complementar.

Disso resulta a naturalização da estratégia de remunerar em menor proporção as atividades essencialmente vinculadas ao (construído social e historicamente) feminino,¹²¹ como o trabalho doméstico¹²², por exemplo. Tem o efeito, ainda, de exigir das trabalhadoras a aceitação de empregos com jornadas reduzidas ou mais flexíveis¹²³, de

¹¹⁹ ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de Trabalho Remunerado e Não Remunerado na América Latina. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Tradução: Carol de Paula. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 113.

¹²⁰ Flávia Biroli, citando Michèle Barrett, explica que, por meio da divisão sexual do trabalho, “um problema incontornável — ‘quem tomaria conta das crianças?’ — [e, podemos complementar, dos doentes, das pessoas com deficiência e dos idosos] — foi resolvido ‘em benefício dos homens’, lançando mão de ‘uma ideologia de gênero que precede o capitalismo’. Ativamente incorporada pelos capitalistas, mas também pelos trabalhadores organizados, fez parte da luta sindical, manifestando-se na aposta em salários que possibilitassem *aos homens sustentar a família*. A separação entre casa e trabalho serviu, assim, para justificar hierarquias dentro e fora do espaço doméstico familiar, ultrapassando o universo burguês.” (BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 28).

¹²¹ “Portanto, vários indicadores mostram que existe uma segmentação no mercado de trabalho em face, entre outros, da divisão sexual de ocupações, da inferior valorização social, da maior precariedade e informalidade, bem como de postos de menor hierarquia dentro de cada ocupação, com menores salários, prestígio e poder de decisão.” (MATOS, Ana Carla Harmatiuk; CIRINO, Samia Moda. Análise crítica da efetividade do direito humano ao trabalho: um impasse na discriminação de gênero. In: **Quaestio Iuris**. vol. 09, nº 04, Rio de Janeiro, 2016, p. 1967).

¹²² Flávia Biroli correlaciona gênero, trabalho doméstico e informalidade ao afirmar que, das pessoas que exercem trabalho doméstico remunerado, 98% são mulheres, e que, em 2013, quando foi aprovada a legislação que equipara os direitos das trabalhadoras domésticas aos direitos dos trabalhadores em geral, apenas 31,8% delas tinham carteira assinada. (BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 22).

¹²³ “Desse ponto de vista, no que concerne ao subemprego e ao trabalho em tempo parcial, as coisas são simples: desde que esses fenômenos são recenseados, está claro que eles dizem respeito, essencialmente, à mulher — 30% das mulheres e 7% dos homens empregados em 2010 têm um emprego em tempo parcial, e essas proporções praticamente não mudaram ao longo de quinze anos. Na história do século XX, o trabalho em tempo parcial coloca um problema particular: construiu-se uma forma de emprego especificamente feminina que vem contrariar a tendência à homogeneização dos comportamentos das taxas de atividade masculinas e femininas observada a partir dos anos 1960. Ele foi criado para elas - de certa forma, ‘sob medida’.” (MARUANI, Margaret; MERON, Monique. Como contar o trabalho das mulheres? In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Tradução de Carol de Paula. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 66).

menor remuneração¹²⁴, dada a necessidade de estar disponível para o cuidado materno¹²⁵.

Sobre as dinâmicas que envolvem a disponibilidade de tempo e a baixa remuneração do trabalho feminino, Abramo e Valenzuela chegam à conclusão de que:

Esses dados evidenciam que a incorporação da mulher ao mercado de trabalho vem ocorrendo de forma expressiva, sem que tenha ocorrido uma nova pactuação em relação à responsabilidade pelo trabalho de reprodução social, que continua sendo assumido exclusiva ou principalmente por elas. Esse é um dos fatores que explica a maior concentração de mulheres em ocupações precárias e informais, que usualmente não envolvem horários e locais de trabalho fixos, configurando estratégias de ajuste na tentativa de conciliar a atividade remunerada com as responsabilidades familiares, com elevados custos para as trabalhadoras e suas famílias (OIT, 2011c). Assim, as mulheres estão particularmente sobre-representadas em trabalhos menos produtivos e precários, com pouco acesso a uma remuneração adequada e justa, à proteção social e direitos fundamentais do trabalho¹²⁶.

Pesquisas indicam que as mulheres auferem menores rendimentos que os homens, em diversos ângulos pelos quais se analisa a questão¹²⁷.

Elas ganham menos do que os homens, independentemente do setor de atividade econômica em que trabalhem: em 2007, no ramo da educação, saúde e serviços pessoais, 25% dos homens e 11% das mulheres ganhavam mais de 5 salários mínimos. As mulheres sempre ganham menos, seja como empregadas, autônomas, empregadoras ou trabalhadoras domésticas. Em 2007, no campo do trabalho doméstico,

¹²⁴ “A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é, assim, um ponto central. O trabalho que as mulheres fornecem sem remuneração, como aquele que está implicado na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, deixa os homens livres para se engajar no trabalho remunerado. (...)As ‘obrigações familiares’ restringem e moldam as ocupações fora de casa, ao mesmo tempo que se tornam um pretexto para ampliar a exploração capitalista do trabalho remunerado das mulheres.” (BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 28/29).

¹²⁵ “A divisão sexual do trabalho doméstico, em seu entrelaçamento com a organização do trabalho assalariado no capitalismo, explicaria, por exemplo, o fato de a jornada de trabalho ‘normal’ ser aquela de um indivíduo liberado do trabalho cotidiano necessário para a sua própria manutenção.” (BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 30).

¹²⁶ ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de Trabalho Remunerado e Não Remunerado na América Latina. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. Tradução Carol de Paula. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.118.

¹²⁷ “A despeito de um aumento constante da taxa de atividade feminina nessas três décadas, a taxa de desemprego feminino permaneceu sempre acima da média nacional, embora as mulheres fossem, no geral, mais escolarizadas. Da mesma maneira, elas seguem ganhando menos do que os homens. O hiato salarial entre os sexos, que recuou fortemente entre as décadas de 1980 e 2000, desde então mostra-se quase estagnado. A mão de obra feminina permanece concentrada nos serviços e no comércio e é amplamente majoritária nas ocupações — formais e informais — de tempo parcial. Isso explica — juntamente à imperiosa necessidade de conciliar trabalho remunerado e obrigações domésticas — por que o número de horas trabalhadas semanalmente pelas mulheres é, em média, inferior ao dos homens.” (LAVINAS, Lena; CORDILHA, Ana Carolina; CRUZ, Gabriela Freitas. Assimetrias de Gênero no Mercado de Trabalho do Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. Tradução: Carol de Paula. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 94).

majoritariamente ocupado por mulheres, 96% delas e 89% deles ganhavam até 2 salários mínimos. Ainda, quanto aos rendimentos dos que atingiram os mais altos níveis de escolarização, 15 anos e mais, tem-se que 30% dos homens e apenas 10% das mulheres tinham rendimentos superiores a 10 salários mínimos em 2007¹²⁸. A privatização do trabalho feminino, doméstico e não remunerado “tornou mais barata a mão de obra feminina em comparação à masculina”¹²⁹.

Nas palavras de Ana Carla Harmatiuk Matos e Samia Moda Cirino:¹³⁰

(...) uma pesquisa realizada pela Secretaria de Política para Mulheres em 2014 (publicada em 2015), de acordo com os últimos indicadores censitários (de 2010) do Sistema Nacional de Informações de Gênero do Programa de Estatísticas de Gênero do IBGE, evidencia a desvalorização do trabalho feminino, pois, embora, em geral, apresentem maior nível de escolaridade em relação aos homens, recebem remuneração inferior, principalmente por estarem concentradas em atividade menos valorizadas. Os índices demonstram que a diferença remuneratória também ocorre quando são consideradas as mesmas áreas de trabalho.

Desse modo, ao dedicarem a maior parte do seu tempo a um trabalho sem valor, acabam por se tornar uma categoria economicamente mais vulnerável, de modo especial se forem as únicas responsáveis pelo sustento dos filhos.

As responsabilidades pelo cuidado fazem aumentar a carga de tempo e limitar a disponibilidade das mulheres para o trabalho ao qual se atribui valor. A consequência é a reprodução de um círculo vicioso de pobreza, pois se reduzem as chances de dedicação ao trabalho remunerado e à procura por melhores condições de trabalho¹³¹, as quais estão atreladas à disponibilidade para horários mais fixos e jornadas mais longas.

Explica Flávia Biroli¹³²:

Os arranjos familiares e os padrões da divisão sexual do trabalho modificaram-se, mas continuam a implicar, nas suas formas correntes, maior vulnerabilidade para as mulheres, especialmente as mais pobres.

¹²⁸ FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Banco de dados sobre o trabalho das mulheres**. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie5.php?area=series>>. Acesso em 19/02/2019.

¹²⁹ BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 32.

¹³⁰ MATOS, Ana Carla Harmatiuk; CIRINO, Samia Moda. Análise crítica da efetividade do direito humano ao trabalho: um impasse na discriminação de gênero. In: **Quaestio Iuris**. vol. 09, nº 04, Rio de Janeiro, 2016, p. 1960.

¹³¹ ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de Trabalho Remunerado e Não Remunerado na América Latina. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. Tradução de Carol de Paula. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.120.

¹³² BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 34-35.

A vulnerabilidade social é uma marca que acompanha homens e mulheres no cárcere. A divisão sexual do trabalho¹³³, no entanto, exatamente porque é invisível, não é reconhecida como parte das estruturas sociais e hierarquias que configuram e determinam a realidade e as vivências de homens e mulheres, as quais aprendemos a considerar neutras¹³⁴, fora e dentro da prisão.

2.2 GÊNERO, RAÇA E CLASSE: O CAMINHO ATÉ O CÁRCERE

As estruturas que produzem o gênero e sustentam posições de vulnerabilidade às mulheres estão intrinsecamente ligadas à divisão sexual do trabalho, conforme já salientado no tópico anterior. Tais fenômenos, no entanto, não atuam de modo uniforme para todas as mulheres. As mulheres negras se encontram na base da pirâmide social de renda. A raça é, portanto, elemento central nas análises quanto à distribuição de riquezas. Os números sobre trabalho e renda corroboram a afirmação.

A pesquisa produzida pelo IPEA, *Retrato das desigualdades de gênero e raça*¹³⁵, revelou que nos lares chefiados por homens a renda média *per capita* é 10,9% maior do que nos domicílios chefiados por mulheres. A diferença entre a renda nos lares chefiados por mulheres brancas e nos lares chefiados por negras, no entanto, demonstra os efeitos que o elemento *raça* acrescenta nessas dinâmicas. A renda domiciliar *per capita* dos domicílios chefiados por brancas é 47,3% maior do que a dos domicílios chefiados por mulheres negras, e 40% maior do que nos chefiados por homens negros.

Ana Carla Harmatiuk Matos e Samia Moda Cirino advertem que¹³⁶:

¹³³ “Tendo em vista o claro recorte de gênero desta pesquisa, quando analisamos a ocupação das mulheres presas a cujos dados tivemos acesso, não podemos ignorar que a maioria delas, antes da prisão, exercia uma dupla jornada de trabalho: não apenas desempenhava atividades remuneradas para obter dinheiro para sustentar a casa, como também realizava trabalhos domésticos e cuidados familiares, que são historicamente atribuídos às mulheres.(...) No que diz respeito às suas ocupações, pelo que pudemos analisar por meio dos boletins de ocorrência, a maioria delas exercia atividades precarizadas, como a de profissionais de limpeza, do comércio, da beleza ou auxiliares em geral, que normalmente têm baixa remuneração e exigem pouca formação.” (ITTC (Instituto Terra Trabalho e Cidadania). **Relatório Mulheres sem prisão**. Disponível em <http://itcc.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio_final_online.pdf>, p. 59-60. Acesso em 19/02/2019.

¹³⁴ “(...) encontramos ali presas mulheres que poderíamos chamar de 'filhas do cárcere'. Mulheres que nasceram dentro de penitenciárias, enquanto suas próprias mães cumpriam pena privativa de liberdade — em alguns casos, ali mesmo na Penitenciária Feminina do Paraná —, e para lá retornaram alguns anos depois, como resultado de uma vida que já começou do avesso, marcada desde o início pelo cárcere, pelos estigmas e pela pobreza.” (SIMÕES, Heloisa Vieira; BARTOLOMEU, Priscila Conti. O que leva (m) mulheres grávidas à prisão? In: SÁ, Priscilla Placha (Coord. e Org.). **Diário de uma Intervenção**: sobre o cotidiano de mulheres no cárcere. Florianópolis: EMais, 2018, p. 93).

¹³⁵ IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html>. Acesso em 19/02/2019.

¹³⁶ MATOS, Ana Carla Harmatiuk; CIRINO, Samia Moda. Análise crítica da efetividade do direito humano ao

De acordo com o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (de 2014), em 2012, de forma geral, as mulheres apresentavam um rendimento-hora do trabalho principal equivalente a R\$ 10,2 (dez reais e vinte centavos), enquanto homens, no geral, recebiam o equivalente a R\$ 12,2 (doze reais e vinte centavos) (2015, p. 55). (...) A discrepância é ainda maior se considerarmos os rendimentos de um homem branco em relação às mulheres negras. Note-se que, em 2012, enquanto uma mulher branca recebia por hora de trabalho, no geral, o montante de R\$ 12,5 (doze reais e cinquenta centavos) e um homem branco, no geral, recebia o equivalente a R\$ 15,6 (quinze reais e sessenta centavos), as mulheres negras recebiam, no geral, R\$ 7,7 (sete reais e setenta centavos) (2015, p. 90).

Laís Abramo e Maria Elena Valenzuela também revelam dados a respeito da dimensão racial da desigualdade: 16% das trabalhadoras negras da região Norte têm crianças menores de três anos, sendo que, dentre essas, apenas 18% frequentam creches, enquanto a proporção de trabalhadoras brancas com filhos menores de três anos na região Sul é menor, 9,5%, sendo que os filhos destas frequentando creches atingem a proporção de 35,5%¹³⁷.

Que fenômenos e dinâmicas determinam a maior vulnerabilidade da população feminina negra e quais as suas relações com o encarceramento feminino? A raça ou a racialização dos sujeitos, atreladas às questões de gênero, desempenham papel fundamental na determinação daquelas mulheres que serão selecionadas pelo aparato Estatal para a manutenção dos parâmetros de segregação.

Esse fenômeno ocorre como produto da discriminação direta e da indireta¹³⁸, em razão das quais se naturalizam as desigualdades sociais decorrentes da estratificação social, a qual afeta a ascensão social e de sustento material dos membros do grupo social racializado¹³⁹.

A discriminação racial cria e acentua vulnerabilidades:

No plano econômico, a discriminação atua diferenciando, entre grupos étnicos-raciais, as probabilidades de acesso a ativos econômicos e mecanismos favorecedores à mobilidade social ascendente: empregos,

trabalho: um impasse na discriminação de gênero. In: **Quaestio Iuris**. vol. 09, nº 04, Rio de Janeiro, 2016, p. 1960.

¹³⁷ ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de Trabalho Remunerado e Não Remunerado na América Latina. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Tradução: Carol de Paula. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.116.

¹³⁸ Sobre os conceitos de discriminação direta e indireta: RIOS, Roger Raupp. **Direito da antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008; SILVA, Rodrigo da. **Discriminação múltipla como discriminação interseccional: as conquistas do feminismo negro e o direito da antidiscriminação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016; e ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

¹³⁹ ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

crédito, propriedades, terra, educação formal, acesso às universidades, qualificação profissional, treinamentos no emprego (*job-training*). No plano dos direitos sociais, a discriminação opera tolhendo, aos grupos discriminados, o acesso à justiça e à proteção policial contra a violência, bem como criando barreiras ao acesso aos bens de uso coletivo nos planos educacional, ao sistema de saúde e à realização de investimentos públicos nas áreas mais frequentes de residência etc.¹⁴⁰.

Ainda em razão do racismo institucional, estabelecem-se parâmetros discriminatórios baseados na raça, que fazem com que “a cultura, a aparência e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade”¹⁴¹.

A naturalização das desigualdades e a atribuição de determinadas características aos indivíduos em razão da cor da sua pele¹⁴² são os ingredientes que alimentam o encarceramento em massa da população negra.

Sueli Carneiro afirma que *raça* é um conceito eminentemente político. A partir da compreensão da autora, as diferenças biológicas relacionadas à cor da pele sempre foram e continuam sendo usadas com o objetivo de comprovar a superioridade branca e manter os privilégios da elite, à custa da escravidão e da exploração¹⁴³. A noção de *raça* seria utilizada, assim, para naturalizar desigualdades e justificar a segregação¹⁴⁴.

No mesmo sentido, Silvio Luiz de Almeida afirma que “raça não é um termo fixo, estático”. Para o autor, “por trás da raça, sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico”¹⁴⁵.

Para ele, as circunstâncias de meados do século XVI, a expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo, assim como o Iluminismo, constituíram “as ferramentas que tornariam possíveis a comparação e, posteriormente, a classificação, dos diferentes grupos humanos a partir de características físicas e culturais”, culminando com

¹⁴⁰ PAIXÃO, Marcelo et al. Relatório Anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010. Rio de Janeiro: Garamond; Laeser; IUPERJ, 2011. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/desigualdades_raciais_2009-2010.pdf>, p. 21. Acesso em 19/02/2019.

¹⁴¹ ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 31.

¹⁴² “A permanência do racismo exige, em primeiro lugar, a criação e recriação de um imaginário social em que determinadas características biológicas ou práticas culturais sejam associadas à raça e, em segundo lugar, que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à identidade racial dos indivíduos ou, de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo com que determinados grupos raciais detêm privilégios.” (ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 57).

¹⁴³ CANEIRO, Aparecida Sueli. Ideologia Tortuosa. **Revista Caros Amigos**. Julho de 2002 – edição 64, disponível em: <http://www.sinprosp.org.br/reportagens_entrevistas.asp?especial=16&materia=71>. Acesso em 19/02/2019.

¹⁴⁴ ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 24.

¹⁴⁵ Idem, p. 19

a distinção entre "selvagem e civilizado."¹⁴⁶.

Nesse sentido, do ponto de vista eurocêntrico, a "brancura passa a ser parâmetro de pureza artística, nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica"¹⁴⁷, assim como passa a encarnar todas as virtudes: a civilização e a própria humanidade¹⁴⁸.

É a partir dessas noções que Silvio de Almeida afirma que "é o racismo que cria a raça, e os sujeitos racializados"¹⁴⁹. Da racialização dos sujeitos emerge uma hierarquia a partir da qual se atribui valor à vida daqueles que compõem a minoria racial:

Daqui é que deriva o senso comum, segundo o qual a vida dos brancos vale mais do que a de outros seres humanos, o que se depreende, por exemplo, da consternação pública que provoca a violência contra brancos das classes hegemônicas, em oposição à indiferença com que se trata o genocídio dos negros e outros não-brancos em nossa sociedade. Aqui está o princípio da auto-estima e a referência do que é bom e desejável no mundo, estabelecendo o branco burguês como paradigma estético para todos.¹⁵⁰

A hierarquia racial é o pilar que sustentou a escravidão no mundo moderno, notadamente após o período das grandes navegações, a partir da noção de que, porque portadores de um corpo negro, os homens africanos careciam de humanização e se "inscreviam na escala biológica num ponto que os aproximavam dos animais ou coisas"¹⁵¹.

Outra noção importante para compreender as dinâmicas que a hierarquia racial imprime no contexto jurídico é a compreensão de que o racismo é um fenômeno estrutural, ou seja, é um elemento que constitui a organização econômica, política e jurídica da sociedade. A partir de tal compreensão, o racismo não seria produto das dinâmicas sociais, mas constitutivo delas. Nesse sentido, como explica Silvio de

¹⁴⁶ Idem, p. 19-20.

¹⁴⁷ NOGUEIRA, Izildinha. Significações do Corpo Negro (Tese de Doutorado). Apud. CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser**. 339 p. Tese (Doutorado em Educação), USP, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/48065729-Aparecida-sueli-carneiro-a-construcao-do-outro-como-nao-ser-como-fundamento-do-ser.html>>, p. 43. Acesso em 02/06/2019.

¹⁴⁸ NOGUEIRA, Izildinha. Significações do Corpo Negro (Tese de Doutorado). Apud. CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser**. 339 p. Tese (Doutorado em Educação), USP, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/48065729-Aparecida-sueli-carneiro-a-construcao-do-outro-como-nao-ser-como-fundamento-do-ser.html>>, p. 43. Acesso em 02/06/2019.

¹⁴⁹ ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 50.

¹⁵⁰ CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser**. 339 p. Tese (Doutorado em Educação), USP, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/48065729-Aparecida-sueli-carneiro-a-construcao-do-outro-como-nao-ser-como-fundamento-do-ser.html>>, p. 44. Acesso em 19/02/2019.

¹⁵¹ NOGUEIRA, Izildinha. Significações do Corpo Negro (Tese de Doutorado). Apud BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018, p. 59.

Almeida,¹⁵² não deve ser compreendido como exceção ou anomalia, mas como uma manifestação *normal* dos fenômenos sociais que moldam o inconsciente e conferem sentido às desigualdades e à violência a que se submetem os negros.

Nesse sentido, enquanto estrutura, o racismo impõe dinâmicas que são centrais para compreender a sobre-representação de mulheres negras na prisão. A primeira é a manutenção e naturalização das desigualdades sociais, perpassadas historicamente pela escravidão e reorganizadas a partir da discriminação em razão da cor da pele, as quais, na intersecção com as dinâmicas de gênero, acentuam vulnerabilidades¹⁵³.

A segunda é a hierarquização racial da sociedade, que atribui características psicológicas e comportamentais aos negros que são impressas no inconsciente e interferem nas relações de poder desenvolvidos pelo aparato estatal¹⁵⁴, o qual se orienta a partir de estigmas sociais e seleciona os sujeitos que serão objeto do controle a ser realizado pelo sistema de justiça criminal.

2.2.1 O racismo institucional como pilar do sistema de justiça criminal

A partir das noções de racismo institucional, a discriminação racial deixa de ser compreendida apenas como uma prática voluntária de atos individuais ou de grupos racistas, e passa a ser entendida como determinante para o funcionamento das instituições, que se constituem, reproduzem e perpetuam práticas estatais como forma de manter o controle estatal¹⁵⁵.

A discriminação institucional supera a questão da intencionalidade dos sujeitos¹⁵⁶, é mais sutil e menos evidente. Como as instituições são construções sociais, pré-compreensões que sustentam os pilares dos fenômenos sociais, a discriminação perpetrada por elas adquire um caráter onipresente e difuso, naturalizado, o que torna

¹⁵² ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 15-16.

¹⁵³ “O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica.” (Cf.: ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 39).

¹⁵⁴ “(...) para as visões que consideram o racismo um fenômeno institucional e/ou estrutural, mais do que *consciência*, o racismo como ideologia, *molda o inconsciente*. (...) Ou seja, a vida cultural e política no interior da qual os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos autoconscientes e onde formam os seus afetos é constituída por padrões de clivagem racial inseridos no imaginário e em práticas sociais cotidianas.” (Cf.: ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 50).

¹⁵⁵ “Os conflitos raciais também são parte integrante das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.” (Cf.: ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 30).

¹⁵⁶ RIOS, Roger Raupp. **Direito da antidiscriminação:** discriminação direta, indireta e ações afirmativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, p. 135.

difícil combatê-la¹⁵⁷.

Sobre a discriminação institucional, esclarece Roger Raupp Rios:

A perspectiva institucional, por sua vez, enfatiza a importância do contexto social e organizacional como efetiva raiz dos preconceitos e comportamentos discriminatórios. Ao invés de acentuar a dimensão volitiva individual, ela volta-se para a dinâmica social e a “normalidade” da discriminação que ela engendra, buscando compreender a persistência da discriminação mesmo em indivíduos e instituições que rejeitam conscientemente sua prática intencional.¹⁵⁸

Para o autor, a discriminação racial institucional está na base do fenômeno discriminatório, individual e coletivo. A posição privilegiada ocupada pela maioria branca faz com que a “cosmovisão e as perspectivas próprias de um certo grupo sejam concebidos como 'neutros do ponto de vista racial', constitutivos na 'normalidade social', considerada 'natural'”.¹⁵⁹ Daqui deriva o senso comum de que os comportamentos característicos dessa classe (a dos brancos) passam a constituir a “normalidade”, são valorizados e recebem aprovação social, enquanto que as demais são “desvalorizadas e objeto de suspeição”¹⁶⁰.

Essa “suspeição” seria uma das bases que sustentam o sistema de justiça criminal. Entre as instituições atravessadas pelo racismo institucional, encontra-se, portanto, o poder judiciário, cujas engrenagens são reforçadas por estigmas sociais.

Segundo afirma Juliana Borges, a escravidão constituiu um eixo de sustentação da economia brasileira, que se perpetuou no desenvolvimento capitalista posterior à abolição. Como processo, não se restringiu apenas à esfera física da opressão, mas “estruturou o funcionamento e a organização social e política do país”¹⁶¹, firmando raízes no sistema de justiça criminal, a partir de um “aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização racial”¹⁶².

Nesse sentido, para a autora, com a abolição da escravidão, a segregação deixou de ser legalizada, mas outros mecanismos se constituíram e se reorganizaram como forma de manter as coisas exatamente como sempre foram:

¹⁵⁷ Idem, p. 145.

¹⁵⁸ Idem, p. 135.

¹⁵⁹ Idem, p. 138.

¹⁶⁰ Idem, p. 138.

¹⁶¹ BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018, p. 50.

¹⁶² Idem, p. 16.

Constantemente afirmamos que por ser estrutura, o racismo perpassa todas as instituições e relações na sociedade. Mas o sistema criminal ganha outros contornos mais profundos nesse processo. Mais do que perpassado pelo racismo, o sistema criminal é construído e ressignificado historicamente, reconfigurando e mantendo esta opressão que tem na hierarquia racial um dos pilares de sustentação¹⁶³.

Juliana Borges se refere a uma “perene mentalidade escravocrata”, a qual, a partir do ideia de “mitos fundantes”, se remodela e se reconfigura para “manter a estrutura da Casa Grande e Senzala operando”¹⁶⁴. Cita, para tanto, Marilena Chauí:

Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parecer ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo¹⁶⁵.

Essa noção de que o sistema de justiça penal, ao encarcerar majoritariamente a população negra, atua não apenas como um agente que dá causa ao racismo, mas como um produto da discriminação racial é também compartilhada por Michelle Alexander, na obra *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. No livro, a autora sustenta que nos Estados Unidos “o encarceramento em massa é, metaforicamente, o novo *Jim Crow*”¹⁶⁶. São chamadas *Jim Crow* as leis que oficializaram a segregação racial no sul dos Estados Unidos entre 1876 e 1965, a partir da ideia de “separados mas iguais”.

Michelle Alexander afirma que o sistema que sustentou a escravidão na América foi sendo ressignificado historicamente. Após a abolição, o sistema de “castas raciais” foi remodelado pela segregação racial amparada pelas leis *Jim Crow* e, depois de seu colapso, pelo sistema de justiça criminal americano, que promove o encarceramento em massa de negros, sob o pretexto da Guerra às Drogas¹⁶⁷. Para a advogada e ativista de

¹⁶³ Idem, p. 39-40.

¹⁶⁴ Idem, p. 71.

¹⁶⁵ CHAUI, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. (Capítulo de livro). Apud BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 53.

¹⁶⁶ ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. Tradução: Pedro Davoglio. Revisão técnica e notas de Silvio Luiz de Almeida. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 49.

¹⁶⁷ A obra de Michelle Alexander revela os dados de aprisionamento da população negra nos Estados Unidos: “O impacto da Guerra às Drogas tem sido aterrador. Em menos de trinta anos, a população carcerária dos Estados Unidos explodiu: de 300 mil, passou para mais de 2 milhões — e as condenações ligadas às drogas foram responsáveis pela maior parte desse aumento. Os Estados Unidos têm hoje a maior taxa de encarceramento do mundo, fazendo parecer pequenas as taxas de quase todos os países desenvolvidos e superando até mesmo as de países com regimes altamente repressivos, como Rússia, China e Irã. (...) A dimensão racial do encarceramento em massa é sua característica mais impressionante. Nenhum outro país no mundo aprisiona tanto as suas minorias étnicas ou raciais. Os Estados Unidos prendem um percentual maior da sua população negra do que a África do Sul na época do *apartheid*. Em Washington, a capital da nação, estima-se que três em cada quatro homens negros jovens (e quase todos

direitos civis americana, se agora os Estados Unidos não podem mais se servir da raça, passam a usar do sistema de justiça criminal para transformar os negros em “criminosos”, de modo a manter as coisas como sempre foram:

Na era da neutralidade racial (*colorblindness*), não é mais socialmente permissível usar a raça, explicitamente, como justificativa para a discriminação, a exclusão e o desprezo social. Então não a usamos. Em vez de nos servirmos da raça, usamos nosso sistema de justiça criminal para pregar nas pessoas não brancas o rótulo “criminoso” e, com isso, nos permitimos prosseguir com as mesmas práticas que supostamente teríamos deixado para trás.
(...) Nós não acabamos com as castas raciais nos Estados Unidos, nós apenas as remodelamos ¹⁶⁸.

Ela sustenta a relação do sistema de justiça com a permanência da hierarquia racial. O sistema se reformulou para manter os efeitos da segregação racial, a hierarquização a partir da clivagem racial, e o fez por meio do sistema carcerário, o qual atua como um filtro. Sob o ponto de vista formal, passa a ser legítimo que os negros não usufruam do mesmo patamar de direitos que os brancos. O sistema carcerário passa a ser um elemento de discriminação institucional.

A chamada Guerra às Drogas seria a ferramenta e a justificativa para o encarceramento em massa dos jovens negros americanos. Para a autora, no entanto, o consumo de drogas nunca foi a real motivação, porque a Guerra às Drogas jamais teria sido declarada se “não fosse pela raça e classe daqueles rotulados como inimigos”¹⁶⁹.

Assim como Juliana Borges, Michelle Alexander afirma que as novas regras se justificam a partir de “uma nova retórica, uma nova linguagem, um novo consenso”¹⁷⁰, que produzem o mesmo resultado das velhas práticas, e compara o fenômeno ao que Reva Siegel nomeou de “preservação através da transformação”¹⁷¹.

Essa reinvenção do racismo opera também na lógica da manutenção das desigualdades sociais, pois “para se renovar, o capitalismo precisa, muitas vezes, *renovar*

aqueles dos bairros pobres) podem ter a expectativa de passar algum tempo de sua vida na prisão.(...) Em alguns estados, as taxas de homens negros presos por porte de drogas são de vinte a cinquenta vezes maiores do que as de homens brancos. E nas grandes cidades destruídas pela Guerra às Drogas, em torno de 80% dos homens jovens afro-americanos têm antecedentes criminais e por isso são submetidos à discriminação legalizada pelo resto de suas vidas.” (ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. Tradução: Pedro Davoglio. Revisão técnica e notas Silvio de Luiz de Almeida. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 42-43).

¹⁶⁸ ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. Tradução: Pedro Davoglio. Revisão técnica e notas de Silvio Luiz de Almeida. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 36.

¹⁶⁹ ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. Tradução: Pedro Davoglio. Revisão técnica e notas de Silvio Luiz de Almeida. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 22.

¹⁷⁰ Idem, p. 61.

¹⁷¹ Idem, p. 61.

o racismo, como por exemplo substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença em face da igualdade racial sob o manto da democracia”¹⁷². Como explica Silvio Luiz de Almeida:

Nesse contexto, o racismo pode ser uma excelente tecnologia de controle social porque “naturaliza” o pagamento de salários mais baixos para trabalhadores e trabalhadoras pertencentes a grupos minoritários. Outro efeito importante do racismo para o “crescimento” é servir de instrumento de dissuasão dos trabalhadores brancos, que pensarão duas vezes antes de reivindicar aumento salarial em uma situação em que poderiam ser substituídos a qualquer tempo por negros ou imigrantes, geralmente mais *baratos* e, por serem mais suscetíveis ao desemprego, mais facilmente disponíveis no mercado como “exército reserva de mão de obra”.¹⁷³

Nesse contexto, o racismo é ferramenta na engrenagem do sistema de justiça criminal que atua a partir de estigmas sociais. É também um fenômeno que desempenha papel central da manutenção das desigualdades sociais e aprofundamento das vulnerabilidades.

Essa estratificação social, por sua vez, atravessada pelas questões de gênero, retroalimenta o sistema que determina a sobrerepresentação do aprisionamento de mulheres negras, e condenadas pelo tráfico de drogas.

2.2.2 Intersecções entre gênero e raça: ingredientes da vulnerabilidade

No primeiro tópico do presente capítulo, discutiu-se como a divisão sexual do trabalho aciona estruturas que produzem o gênero e sustentam posições de vulnerabilidade às mulheres.

A raça, no entanto, está entrelaçada ao contexto de aprofundamento dessas vulnerabilidades. Embora o trabalho doméstico seja majoritariamente realizado por mulheres, não significa que seja realizado nas mesmas condições para todas elas¹⁷⁴. A raça e a classe atuam sobre as dinâmicas de gênero para configurar padrões cruzados de exploração, os quais determinam qual mulher será selecionada pelo aparato penal do Estado.

Embora reconheça a maior vulnerabilidade relativa para as mulheres, Flávia

¹⁷² ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 144.

¹⁷³ Idem, p. 144.

¹⁷⁴ BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 35.

Biroli¹⁷⁵ destaca que isso não implica pressupor que todas as mulheres são igualmente impactadas pelos arranjos e padrões que as sustentam. Ela esclarece que a exploração do trabalho e a expropriação do tempo não têm apenas homens em uma das pontas, mas também outras mulheres, a depender de sua condição de classe ou raça, pontuando a desvantagem das mulheres negras¹⁷⁶:

Na pirâmide de renda e no acesso a postos de trabalho, à escolarização e à profissionalização, as mulheres brancas estão mais próximas dos padrões de oportunidades dos homens brancos e representam vantagens em relação aos homens negros. São as mulheres negras, acompanhadas de seus filhos, que integram a faixa mais pauperizada da população.

Nesse sentido, é essencial para qualquer debate que pretenda problematizar o gênero, com o propósito de desafiar posições de submissão e subalternidade impostas às mulheres, que se esteja atento para as dinâmicas que a raça constitui na existência dos sujeitos.

Se a hierarquia racial coloca as mulheres em posições diferentes, é a partir dessas múltiplas perspectivas que elas forjarão suas experiências e afetos. A análise do impacto que o aparato estatal engendra nessas vivências deve ser feita, portanto, a partir das perspectivas desses diversos “lugares”, porque o controle do Estado atua sobre elas de modo desigual.

Kimberle Crenshaw, pesquisadora e professora norte-americana, responsável por nominar pela primeira vez o fenômeno da interseccionalidade esclarece:¹⁷⁷

A questão é reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas as categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam.

A generalização da posição das mulheres nas estruturas de hierarquia obscurece a posição de desvantagem de outras mulheres nessas mesmas estruturas. Djamila Ribeiro afirma que “o não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, posto que experienciamos gênero de modo diferente, leva à legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser mulher no mundo”¹⁷⁸.

¹⁷⁵ BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 35.

¹⁷⁶ Idem, p. 22.

¹⁷⁷ CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004, p. 7

¹⁷⁸ RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017, p. 51.

A defesa de políticas de reconhecimento necessita ser construída em favor de todas as mulheres, caso contrário a igualdade será estabelecida apenas para parte delas. O feminismo sempre foi reconhecido como um lugar de luta das feministas brancas. Dessa percepção decorre uma perspectiva universalista da categoria mulher, que obscurece a experiência das mulheres negras¹⁷⁹.

Luiza Bairos desafiou a lógica segundo a qual se constrói uma percepção dos fenômenos a partir da ideia de que todas as mulheres são brancas e todos os negros são homens para propor a “necessidade de dar expressão a diferentes formas de experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida a través da raça)”¹⁸⁰.

Bairros defende o conjunto de ideias do chamado *feminist standpoint*, segundo as quais:

A experienciada opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista¹⁸¹.

Invoca, ainda, as propostas de Patricia Hill Collins que desafiam ideias hegemônicas da elite masculina branca a partir do uso criativo do lugar da marginalidade que ocupam na sociedade¹⁸².

Para Patricia Hill Collins, a mulher negra ocupa uma posição específica dentro do movimento feminista, de *outsider within*, que traduz a noção de ser “forasteira de dentro”,

¹⁷⁹ Sobre a contestação da noção de mulher branca como universal, conferir o discurso de Sojourner Truth, nascida escrava, abolicionista afroamericana, escritora e ativista dos direitos da mulher, *Eu não sou uma mulher?*, do qual extrai-se o seguinte trecho: “Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora da ordem. Penso que espremidos entre os negros do Sul e as mulheres do Norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros. Mas em torno de que é toda esta falação? Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem — quando tinha o que comer — e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?” Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>>. Acesso em 19/02/2019.

¹⁸⁰ BAIROS, Luiza. Nossos Femininos Revisitados. In: RIBEIRO, Matilde (org.). Dossiê Mulheres Negras. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis/SC, CFH/CCE/UFSC, v.3, n. 3, 1995, p. 461. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>>. Acesso em 19/02/2019.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Soc. estado. 2016, vol 31, n.1, p. 99-127. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>>. Acesso em 19/02/2019.

ou seja, alguém que, dentro do movimento feminista, onde exerce um poder desigual, é capaz de desvelar diferentes olhares e perspectivas¹⁸³.

Collins utiliza-se da figura das empregadas domésticas negras para representar esse “lugar da marginalidade” a que se refere, e para descrever o sentido do *outsider within*. As domésticas que trabalhavam na casa da elite branca eram *insiders*, porque viviam nos lares e conviviam com essa elite, mas eram também *outsiders*, porque de fato não pertenciam àquela realidade. Essa posição “dentro, mas de fora” proporciona às mulheres negras uma perspectiva peculiar, não compartilhada nem por homens negros, nem por mulheres brancas. Para tanto, válida é a citação de Bell Hooks: “Ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora (...) compreendíamos ambos”.¹⁸⁴

Ela invoca a perspectiva do *outro* a quem se retira toda a humanidade, para referir-se tanto às mulheres negras, quanto às mulheres brancas. A estratégia, no entanto, é sofrida a partir de lugares diferentes, que desafiam modelos específicos de dominação:

Tanto ideologias racistas como sexistas compartilham a característica comum de tratar grupos dominados — os “outros” — como objetos aos quais faltam plena subjetividade humana. Por exemplo, ao enxergarem as mulheres negras como mulas teimosas e as brancas como cachorros obedientes, ambos os grupos são objetificados, mas de maneiras diferentes. Nenhuma das duas é vista como plenamente humana e, portanto, ambas se tornam elegíveis para modelos específicos de dominação de raça/gênero¹⁸⁵.

Grada Kilomba também utiliza-se da figura do *outro* para problematizar os pilares que sustentam o feminismo hegemônico branco. Ela sofisticava a noção que Simone de Beauvoir propõe, de que a mulher é o *outro* do homem, e afirma que a mulher negra é o *outro do outro*, a antítese da branquitude e da masculinidade:

As mulheres negras foram assim postas em vários discursos que deturpam nossa própria realidade: um debate sobre o racismo onde o sujeito é homem negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre classe onde a raça não tem lugar. Nós ocupamos um

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ HOOKS, Bell. From margin to center. Apud COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a *outsider within***: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Soc. estado. 2016, vol 31, n.1, p. 100. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>>. Acesso em 19/02/2019.

¹⁸⁵ COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a *outsider within***: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Soc. estado. 2016, vol 31, n.1, p. 99-127. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>>. Acesso em 19/02/2019.

lugar muito crítico, em teoria. É por causa dessa falta ideológica, argumenta Heidi Safia Mirza (1997), que as mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da 'raça' e do gênero, o chamado "terceiro espaço"(...) ¹⁸⁶.

Angela Davis, na obra *Gênero, Raça e Classe*, denuncia as posições tradicionalmente ocupadas pelas mulheres brancas como insuficientes para dar conta da percepção da existência das mulheres negras, a partir dos papéis que cada categoria desempenhou no espaço público e no privado. Sustenta, partindo da realidade da escravidão, que os propósitos do feminismo branco burguês de lutar para ocupar um lugar na esfera pública e do trabalho como forma de emancipação nunca fizeram sentido para as negras.

Enquanto Mary Wollstonecraft ¹⁸⁷ denunciava em 1792 ¹⁸⁸ os prejuízos produzidos pelo confinamento do trabalho doméstico e pela proibição ao acesso a direitos básicos como a educação, as mulheres negras ainda eram escravizadas, subtraídas da sua liberdade e, a rigor, da sua condição de humanidade.

Às negras, a escravidão destinou um histórico de violação de direitos incomparavelmente mais opressivo. Angela Davis ¹⁸⁹ coloca em questão a diferença entre as circunstâncias que representavam submissão para mulheres brancas e negras. Essa diferença dizia respeito majoritariamente ao significado do trabalho doméstico.

A ativista americana descreve que, enquanto para as mulheres brancas de classe média o enclausuramento imposto pela vida no lar fazia delas dependentes dos homens e submetidas a pais, maridos e irmãos, "a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa" ¹⁹⁰.

Como o sistema escravagista definia o povo negro como propriedade, as mulheres eram vistas como unidades de trabalho lucrativas, desprovidas de gênero, portanto. Segundo a autora, "as mulheres não eram femininas demais para o trabalho nas

¹⁸⁶ KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: episodes of everyday racism*. Apud RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017, p. 38).

¹⁸⁷ WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. Tradução de Ivania Pocinho Motta. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹⁸⁸ A obra *Reivindicação dos direitos da mulher*, publicada em 1792, em resposta à Constituição Francesa de 1791, que não incluía as mulheres na condição de cidadãs, pode ser considerada o documento fundador do feminismo.

¹⁸⁹ DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17-18.

¹⁹⁰ STAMP, Kenneth M. **The Peculiar institution: slavery in the antebellum south**?. Nova York: Vintage, 1956, p. 353. Op. cit. in DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17.

minas de carvão e nas fundições de ferro, tampouco para o corte de lenha e a abertura de valas”¹⁹¹.

Na obra clássica *Mulheres, raça e classe*, a autora afirma que a separação entre economia doméstica e economia pública, que impingia às mulheres brancas a marca da inferioridade, jamais teve significado para as escravas, pois “a vida doméstica tinha uma imensa importância na vida social de escravas e escravos, já que lhes propiciava o único espaço em que podiam vivenciar verdadeiramente sua experiência como seres humanos”¹⁹².

As ferramentas de opressão sofrida pelas mulheres negras se localizavam na exploração do corpo negro através sobretudo do estupro¹⁹³:

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abusos sexual e maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas, reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à condição de fêmeas¹⁹⁴.

Das escravas se exigia ainda que tivessem tantos filhos quanto fosse possível, de modo a garantir a renovação do quadro de escravos. “Os proprietários buscavam garantir que suas ‘reprodutoras’ dessem à luz tantas vezes quantas fosse biologicamente possível”¹⁹⁵. Mas não iam tão longe a ponto de isentar do trabalho da lavoura as grávidas ou as mães com crianças de colo”¹⁹⁶. Ter filhos, no entanto, não significava

¹⁹¹ DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 22-23.

¹⁹² Idem, p. 29.

¹⁹³ Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a formas de coerção sexual. Enquanto punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. (Cf.: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed., São Paulo: Boitempo, 2016, p. 20).

¹⁹⁴ (DAVIS, 2016, p. 19).

¹⁹⁵ Quando a abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava começou a ameaçar a expansão da jovem e crescente indústria do algodão, a classe proprietária de escravos foi forçada a contar com a reprodução natural como o método mais seguro para repor e ampliar a população de escravas e escravos domésticos. Por isso, a capacidade reprodutiva das escravas passou a ser valorizada. Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro. Mas isso não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem da condição mais respeitável do que a que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade — tão popular no século XIX — não se estendia às escravas. Em verdade, aos olhos dos seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram ‘reprodutoras’ — animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. (Cf.: DAVIS, 2016, p.19)

¹⁹⁶ DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed., São Paulo:

necessariamente conviver com eles. Como eram classificados como propriedade, “suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas”¹⁹⁷.

A partir do contexto da escravidão, é possível traçar um paralelo com a realidade atual das mulheres negras, cuja categoria ocupa majoritariamente os postos de trabalho doméstico. Nesse espaço de trabalho desvalorizado, “quando a posição nas relações de trabalho implica exploração e é impactada pelo racismo, a vida familiar pode possibilitar formas de cooperação que se apresentam como alternativas às violências sofridas fora dos seus limites”¹⁹⁸.

Ou seja, o acesso ao trabalho doméstico assalariado não assume o mesmo sentido que o acesso pelas mulheres brancas de classe média e alta a postos de trabalhos mais valorizados, as quais, inclusive, dependerão da terceirização do labor doméstico a trabalhadoras mediante baixa remuneração¹⁹⁹.

O sexismo e o racismo foram bem sucedidos, portanto, e sob qualquer das perspectivas que ora se apresentam, no propósito de garantir lugares às mulheres brancas e negras, conforme explica Juliana Borges: “enquanto que para as mulheres brancas o enfoque foi de transformá-las em boas esposas e donas do lar, para as mulheres negras e pobres o intento foi o de criar boas serviçais e trabalhadoras domésticas”²⁰⁰.

É no trabalho doméstico, portanto, subproduto da escravidão, do sexismo e do racismo, que se localiza a encruzilhada entre gênero, raça e classe, lugar esse onde são selecionadas as mulheres objeto do controle penal do Estado.

São as mulheres negras aquelas que se encontram em posição de maior desvantagem em relação ao trabalho precarizado: elas são 39% do contingente que exerce esse tipo de trabalho, seguidas de 31,6% de homens negros, 27% das mulheres brancas e, por fim, 20,6% dos homens brancos. Some-se a isso o fato de que 98% das pessoas que exercem trabalho doméstico são do sexo feminino (como já citado),

Boitempo, 2016, p. 19.

¹⁹⁷ Idem, p. 20.

¹⁹⁸ BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 38.

¹⁹⁹ “Nesse contexto, as trabalhadoras domésticas desempenham um papel de suma importância, na medida em que o trabalho dessa categoria é estratégico para que outras mulheres trabalhadoras possam se inserir no mercado de trabalho.” (ABRAMO. Laís. VALENZUELA. Maria Elena. Tempo de Trabalho Remunerado e Não Remunerado na América Latina. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. Tradução: Carol de Paula. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.120).

²⁰⁰ BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 95.

categoria na qual a marca é a precarização da relação de trabalho, o que alimenta “um dos eixos em que divisão sexual do trabalho se funde com as hierarquias entre as mulheres, permitindo padrões cruzados de exploração”²⁰¹.

Os rendimentos das trabalhadoras domésticas estão entre os mais baixos das escalas salariais; 96% delas e 89% deles ganhavam até 2 salários mínimos em 2007²⁰², o que evidencia a baixa valorização social e econômica dessa ocupação²⁰³.

Sobre a precarização do trabalho doméstico:

Em 2009, aproximadamente uma em cada quatro mulheres empregadas no trabalho doméstico tinha carteira assinada, e 0,5% delas — o que corresponde a cerca de 30 mil mulheres — não tinha renda própria, isto é, encontrava-se numa situação semelhante à de trabalho escravo. Em 2013, apenas 31,8% delas tinham carteira assinada, mas esse percentual fica abaixo dos 30% quando se consideram apenas as mulheres negras e abaixo dos 20% da regiões Norte e Nordeste do país²⁰⁴.

O trabalho doméstico representa o elo mais fraco na cadeia do cuidado. No Brasil, apenas em 2013 foram reconhecidos às trabalhadoras domésticas os mesmos direitos que exercem os demais trabalhadores. Em vários países elas não têm acesso legal ou material à aposentadoria: na América Latina, apenas no Brasil, na Costa Rica e no Panamá, a porcentagem de contratos formais de trabalho e de contribuição à previdência social supera 25%²⁰⁵. Em 2010, era de 220.708 o número de trabalhadoras domésticas que ainda residiam em seu local de trabalho²⁰⁶.

Os números também revelam as conexões entre raça e classe no universo da precarização do trabalho doméstico²⁰⁷: entre as trabalhadoras domésticas, 61% delas são

²⁰¹ PINHEIRO SIMÕES, Luana et al. **Mulheres e trabalho**: breve análise do período 2004-2014. IPEA. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2016.pdf> Acesso em 19/02/2019.

²⁰² FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Banco de dados sobre o trabalho das mulheres**. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie5.php?area=series>> Acesso em 19/02/2019.

²⁰³ ABRAMO. Laís. VALENZUELA. Maria Elena. Tempo de Trabalho Remunerado e Não Remunerado na América Latina. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. Tradução: Carol de Paula. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.121.

²⁰⁴ BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 42.

²⁰⁵ ABRAMO. Laís. VALENZUELA. Maria Elena. Tempo de Trabalho Remunerado e Não Remunerado na América Latina. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. Tradução: Carol de Paula. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.121.

²⁰⁶ ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho doméstico remunerado. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. Tradução: Carol de Paula. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.141.

²⁰⁷ “O trabalho doméstico como trabalho remunerado, no Brasil, foi conformado na imbricação das relações

negras. Os dados ainda demonstram que houve uma diminuição no número de trabalhadoras domésticas e, no entanto, cresceu o percentual de trabalhadoras negras (Dieese, 2013) nessa ocupação²⁰⁸.

Maria Betânia Ávila correlaciona as conexões entre o trabalho doméstico e a história da escravidão das mulheres negras:

Para as trabalhadoras domésticas remuneradas, o tempo do trabalho é um elemento central da tensão entre cidadania e servidão. No Brasil, a configuração do emprego doméstico foi historicamente tributária da escravidão e das heranças que persistiram como elementos constitutivos das relações sociais. Como analisa Girard (1996), essa é uma relação de trabalho fortemente marcada pela história da escravidão das mulheres negras no país²⁰⁹.

A pesquisadora evidencia ainda as dinâmicas entrelaçadas de gênero de raça que impactam a vida das mulheres negras. Para ela, o sentido de servidão do trabalho doméstico está entrelaçado com a concepção das mulheres como “sujeitos predispostos a uma disponibilidade permanente de servir aos outros”, e com um outro sentido de servidão, a da escravidão, que marcou a população negra²¹⁰.

Essas mesmas estruturas e hierarquias que determinam o “lugar da mulher”, sobretudo da mulher negra, constituem os contextos e as dinâmicas que sustentam a participação feminina majoritariamente nos crimes relacionados ao tráfico de drogas²¹¹:

Percebemos que a traficância denota, como já denunciava a criminologia feminista, um forte recorte de gênero. A responsabilização pela família — além dos filhos, muitas vezes cuidam dos netos e sobrinhos — somada à precarização do trabalho, cujos postos são majoritariamente informais, faz com que essas mulheres vejam nas ofertas de dinheiro em troca de “um corre” uma forma de complementação de renda, uma maneira de reforçar o sustento da família no final do mês ou do bebê que ora carregam no ventre. Nesse contexto, o ingresso dessas pessoas no tráfico, em certa medida, está vinculado ao lar. As gestantes entrevistadas apontaram que os motivos do envolvimento com a comercialização da droga estavam relacionados ao marido (39%), a algum parente (11%) ou com o sustento da família (11%) (gráfico 13). E todas as respostas possuíam um laço em comum: a casa, o privado, o lugar que historicamente pertenceria às mulheres, enquanto detentoras do “dever natural de cuidado”.

Katie Argüello e Mariel Muraro realizaram uma pesquisa no Presídio Feminino de

sociais de sexo, raça e de classe.” (Cf.: ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho doméstico remunerado. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. Tradução: Carol de Paula. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.138).

²⁰⁸ ÁVILA, 2016, p.137.

²⁰⁹ Idem, 2016, p.138.

²¹⁰ Idem, 2016, p.139.

²¹¹ SIMÕES, Heloisa Vieira; BARTOLOMEU, Priscila Conti. O que leva(m) mulheres grávidas à prisão? In SÁ, Priscilla Placha (Coord. e Org.). **Diário de uma Intervenção**: sobre o cotidiano de mulheres no cárcere. Florianópolis: EMais, 2018, p. 85.

Piraquara com 141 mulheres condenadas por tráfico de drogas, na qual levantaram informações sobre perfil socioeconômico, sobre o crime e o cárcere. Os dados da pesquisa revelaram que 85% das entrevistadas já haviam exercido alguma atividade informal, sendo que 11,34% afirmaram ter iniciado a trabalhar antes dos 12 anos, enquanto 70,20% delas haviam começado a trabalhar entre 12 e 18 anos, o que demonstra que, em sua maioria, pertenciam à população de baixa renda, cuja mão de obra tinha sido (e continua sendo) explorada desde a infância²¹².

É indispensável problematizar a divisão sexual do trabalho, assim como o racismo, e trazê-los à luz como estruturantes dos fenômenos sociais, como pressuposto para determinar as escolhas que o sistema de justiça faz no caminho da mulher até o cárcere, e no sistema que determina seu confinamento.

2.3 TRÁFICO DE DROGAS: TRABALHO DE MULHER E LUGAR DE MULHER

Embora 62% das detentas tenham sido acusadas ou condenadas por tráfico de drogas, em comparação a apenas 26% dos homens, isso não significa dizer que há mais mulheres traficantes do que homens, evidentemente. Como a população carcerária é majoritariamente masculina, embora proporcionalmente haja mais mulheres presas em razão de crimes ligados ao tráfico, em termos de números absolutos há mais homens que mulheres em situação de privação de liberdade em razão desse tipo de crime.

A sobrerepresentação feminina no delito do tráfico, no entanto, está intimamente ligada ao tipo de atividade que elas desempenham na economia do crime, a mesma categoria de atividades que ela desempenha no mercado de trabalho: as funções relacionadas à base da pirâmide, atividades de menor relevância na “cadeia produtiva” do tráfico²¹³, circunstância que reproduz a desvantagem econômica já reconhecida em outras esferas.

²¹² ARGUELLO, Katie; MURARO, Mariel. Las mujeres encarceladas por tráfico de drogas en Brasil: las muchas caras de la violencia contra las mujeres. **Onati Socio — Legal Series**, v. 5(2), 2015, p. 396.

²¹³ “Aunque los medios de comunicación y el sentido común reproduzcan el estereotipo de(a) traficante como un ser ‘malo’ y ‘peligroso(a)’, a quién debe ser destinado el ‘derecho penal del enemigo’ (Jakobs), es decir, el derecho penal sin salvaguardas existentes en el derecho penal del ciudadano, se sabe que la ‘guerra contra las drogas’ se centra en los(las) distribuidores(as) del tráfico (‘aviones’, ‘esticas’, ‘mulas’ etc.), la mayoría preso(a) sin llevar armas. Esta era la situación exacta que encontramos en el Presidio Femenino de Piraquara (prisión de seguridad máxima) en la cual estas mujeres son tratadas como si fueran ‘muy peligrosas’, pero la mayor parte jamás se alzó en armas una vez en la vida, y son ‘minoristas’ del tráfico, o sea, no han recibido grandes beneficios en la actividad. La mayor parte informa que el tráfico incluso llegó a ser un medio de supervivencia, la situación era tan precaria que máximo pagaban el alquiler, la comida, el agua, la luz, tan modesto, ya que casi todas vivían en barrios muy pobres. Los delitos de estas mujeres son delitos de personas indefensas que vivieron la mayor parte de su vida en la pobreza.” Em espanhol, no

Nas últimas décadas, houve uma mudança na conduta delitiva das mulheres, que deixou de estar relacionada aos delitos chamados “tipicamente femininos”, tais como o aborto, o infanticídio e o homicídio passional. Os crimes de furtos e roubos também deixaram de compor a proporção mais significativa dos delitos praticados por mulheres²¹⁴.

“A deletéria política penal de guerra às drogas tem sido a grande responsável pelo aumento do encarceramento nos últimos anos”²¹⁵ e tem produzido profundo impacto sobretudo para as mulheres. Desde 2000 até 2016, o aumento da população carcerária feminina foi mais que o dobro do crescimento do aprisionamento masculino, como já mostrado em dados de pesquisas.

Reproduzindo uma realidade existente em todo o continente americano²¹⁶, as mulheres presas por tráfico de drogas fazem parte do contingente de “varejistas do tráfico, ou seja, não auferem grandes lucros na atividade”²¹⁷ e não apresentam alta periculosidade. Em sua maioria são primárias, apresentam bons antecedentes e nunca haviam portado armas²¹⁸. Muitas delas foram presas portando pouca quantidade de drogas, e se encontram no mais baixo nível da cadeia do crime organizado²¹⁹.

Katie Argüello e Mariel Muraro afirmam: “los delitos de estas mujeres son delitos de personas indefensas que vivieron la mayor parte de su vida en la pobreza”.²²⁰

A pesquisa desenvolvida pelas professoras revelou que, das 141 entrevistas

original. (Cf.: ARGUELLO, Katie; MURARO, Mariel. Las mujeres encarceladas por tráfico de drogas en Brasil: las muchas caras de la violencia contra las mujeres. **Onati Socio — Legal Series**, v. 5(2), 2015, 406).

²¹⁴ Essa inversão foi detectada por Julita Lemgruber, na segunda edição da obra *Cemitério dos Vivos*, do ano de 1997, a qual ela atribuiu desde então à posição subalterna ocupada pela: “Se, em 1976, 53% da população do Talavra Bruce estava detida pela prática de furtos e roubos, em 1997, 47% das mulheres estavam condenadas por tráfico de entorpecentes. E ressalte-se que, em levantamento realizado em 1997 entre a população masculina, apenas 29,7% dos homens haviam sido condenados pelo mesmo crime, o que parece confirmar estar acontecendo no Brasil o mesmo que ocorre nos Estados Unidos nesta área. Diversos criminólogos norte-americanos sustentam que, embora o tráfico de drogas seja uma atividade que ocupa um número de homens muito maior do que o de mulheres, as mulheres acabam condenadas em proporção maior do que os homens. A interpretação para essa discrepância deve-se à posição que as mulheres ocupam na estrutura do tráfico de drogas, uma posição sempre subalterna, que lhes dá menos possibilidade de negociar com a polícia, comprando a liberdade.” (Cf.: LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. XV).

²¹⁵ ARGUELLO, Katie; MURARO, Mariel. Las mujeres encarceladas por tráfico de drogas en Brasil: las muchas caras de la violencia contra las mujeres. **Onati Socio — Legal Series**, v. 5(2), 2015, 406, (Em tradução nossa).

²¹⁶ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Mujeres, políticas de drogas y encarcelamiento**. Una guía para la reforma de las políticas en América Latina y el Caribe, <https://www.oas.org/es/cim/docs/WomenDrugsIncarceration-ES.pdf>. [Acrescentar sinais de maior e menor e acesso completo.]

²¹⁷ ARGUELLO, Katie; MURARO, Mariel. Las mujeres encarceladas por tráfico de drogas en Brasil: las muchas caras de la violencia contra las mujeres”. **Onati Socio - Legal Series**, v. 5(2), 2015, 406 (tradução livre).

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem. Em espanhol no original.

²²⁰ Idem.

analisadas, 79,72% delas nunca haviam portado uma arma. Em sua maioria, não participavam de organizações criminosas e foram presas com pequena quantidade de drogas²²¹.

A baixa quantidade de mulheres em situação de privação de liberdade cujo flagrante tenha constatado a posse de armas de fogo também se verificou no relatório *Mulheres em Prisão*: 9,2%²²².

Esse mesmo relatório apurou a baixa quantidade de drogas apreendida com as mulheres: no que diz respeito ao crack, em 88,6% dos casos, a quantidade apreendida foi de até 100 gramas. Em relação à maconha, em 79,7% dos casos, a quantidade transportada era de até 500 gramas, sendo que, em 39% dos casos, as apreensões eram de até 50 gramas. Vale ressaltar que os casos que compuseram essa pesquisa dizem respeito a processos que tramitaram na cidade de São Paulo e Guarulhos, cidade esta onde se localiza o maior aeroporto internacional do país, onde se concentra a maioria dos casos de tráfico internacional, o que faz supor que as quantidades de drogas apreendidas, que compuseram a pesquisa, estão acima da média nacional.

No mesmo sentido, a pesquisa desenvolvida pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, e pelo Núcleo de Pesquisa em Criminologia e Política Penitenciária (Nupecrim) em três unidades prisionais do Paraná — Penitenciária Feminina de Piraquara, Centro de Regime Semiaberto Feminino de Curitiba e na Cadeia Pública de Ponta Grossa — indicou que, em relação ao casos de tráfico, entre 163 presas no regime semiaberto, 70% das apreensões não chegam a um quilo, o que pode guardar diferentes significados conforme a natureza da substância.²²³

No que diz respeito às apreensões realizadas na Cadeia Pública de Ponta Grossa, em 35% dos casos a quantidade de droga apreendida foi de até 10 gramas, enquanto 26% foram presas com uma quantidade que variou entre 10 e 20 gramas²²⁴.

Vale notar, ademais, que as pessoas que compõem a camada mais baixa do crime organizado são exatamente as mesmas que auferem menores lucros, dispõem de

²²¹ Idem.

²²² ITTC (Instituto Terra Trabalho e Cidadania). **Relatório Mulheres sem prisão**. Disponível em <http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio_final_online.pdf>, p. 78. Acesso em 19/02/2019.

²²³ SECRETARIA DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DO PARANÁ. **Sobre a quantidade de drogas para uso ou tráfico e a necessidade de regulamentação**. Relatório II. Núcleo de Pesquisa em Criminologia e Política Penitenciária. Governo do Paraná. S/D, S/P.

²²⁴ SECRETARIA DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DO PARANÁ. **Sobre a quantidade de drogas para uso ou tráfico e a necessidade de regulamentação**. Relatório II. Núcleo de Pesquisa em Criminologia e Política Penitenciária. Governo do Paraná. S/D, S/P.

menor proteção, estão mais expostas aos riscos de apreensão²²⁵ e são facilmente substituídas. Não há poder nesse lugar.

O que esses dados revelam, portanto, é que o envolvimento das mulheres com o tráfico está estreitamente ligado às amarras da construção social do gênero, uma vez que a atuação das mulheres no interior das organizações criminosas reproduz os padrões naturalizados da divisão sexual do trabalho, a despeito de tomarem parte na economia ilícita²²⁶.

Nos arranjos sociais e culturais, a hierarquia de gênero se sustenta sobre as restrições e desvantagens acionadas pela divisão sexual do trabalho, hierarquia essa que reserva à mulher o lugar da inferioridade e da submissão²²⁷.

O poder simbólico (nos termos em que tal definição foi proposta por Pierre Bourdieu), que parte do paradigma do trabalho masculino para atribuir valor ao trabalho feminino, acaba por desmerecer o trabalho desenvolvido pelas mulheres, mesmo que elas trabalhem mais horas que os homens, ou que o trabalho seja tão duro quanto o deles.

Nas palavras do próprio Pierre Bourdieu:

Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados (basta lembrarmos, por exemplo, as condutas de marginalização impostas às mulheres com sua exclusão dos lugares masculinos). As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres (conduzir a charrua, por exemplo), assinalando-lhes lugares inferiores (a parte baixa da estrada ou do talude), ensinando-lhes a postura correta do corpo (por

²²⁵ “Tal panorama, aliado à hediondez do tráfico de drogas, legitima políticas de encarceramento em massa, principalmente das mulheres, as quais, em sua maioria, estão presas por tráfico de drogas. As mulheres são o alvo mais fácil dessa política de guerra às drogas. Em geral, seu papel no tráfico é o de transporte, vigilância e manutenção dos entorpecentes em suas casas — atividades que permitem conciliação com as responsabilidades de cuidado e domésticas; contudo, são também as atividades mais visíveis do tráfico, o que as deixam mais vulneráveis em relação ao controle penal. (...) Particularmente em relação às mulheres, seu aprisionamento pode ser compreendido a partir das condições estruturais que as colocam em posição de vulnerabilidade perante o sistema de justiça, e, quando presas, a vulnerabilidade de seu núcleo familiar é agravada. Por isso o atendimento jurídico à mulher presa deve ir além da esfera criminal, uma vez que a prisão atinge diversas esferas de sua vida.” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão.** Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-longo-de-sua-mae201d-diz-pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf>>, p. 76. Acesso em 19/02/2019.

²²⁶ MOREIRA, Anny Clarissa de Andrade; GOMES, Thais Candido Stutz. Quem são as mulheres presas? Que crimes cometeram? In: SÁ, Priscilla Placha (Coord. e Org.). **Diário de uma Intervenção: sobre o cotidiano de mulheres no cárcere.** Florianópolis: EMais, 2018, p. 71.

²²⁷ A divisão sexual do trabalho diz respeito à hierarquia presente nas relações de poder entre os homens e mulheres, sendo colocados os homens em posição de superioridade na vida social, familiar e política, de forma que os papéis atribuídos à mulher sejam principalmente aqueles ligados aos cuidados e ao lar. Essa cultura é refletida no campo do trabalho, da produção, da atividade econômica em geral, de forma que na distribuição de responsabilidades, postos e ocupações, as mulheres são posicionadas dentro desses padrões, do cuidado doméstico, da submissão e longe de espaços de poder, decisão ou liderança. (MOREIRA, Anny Clarissa de Andrade; GOMES, 2018, p. 71).

exemplo, curvadas, com os braços fechados sobre o peito, diante de homens respeitáveis), atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas, mesquinhas (são elas que carregam o estrume, e, na colheita das azeitonas, são elas que as juntam do chão, com as crianças, enquanto os homens manejam a vara para fazê-las cair das árvores), enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem estar assim à base das diferenças sociais²²⁸.

Esse lugar naturalizado, como se derivado da “ordem das coisas”²²⁹, reproduz-se no fenômeno da criminalidade relacionada ao tráfico de drogas.

Não bastasse estarem no último degrau da economia do tráfico, circunstância que reproduz a desvantagem econômica já reconhecida em outras esferas, estão proporcionalmente mais expostas ao encarceramento em massa em razão desse tipo de delito do que os homens, condição responsável pelo aumento expressivo do número de mulheres em privação de liberdade.

A aplicação de penalidades extensas, de regime de cumprimento da pena mais gravoso, bem como a utilização em grande escala das prisões preventivas nos casos de crimes relacionados às drogas, têm imposto às presas no Brasil uma punição desproporcional, com repercussões de gênero. Determinante para a caracterização desse fenômeno é o fato de o crime de tráfico de drogas estar equiparado ao crime hediondo pela Constituição Federal (Art. 5º, XLIII).

Além da proibição constitucional de concessão de fiança, graça ou anistia, a Lei 8.072/90 estabeleceu outras restrições aos agentes que tenham praticado crimes hediondos e/ou tráfico ilícito de entorpecentes, como a proibição da concessão de indulto, fixação do início do cumprimento da pena em regime fechado e prescrição de condições mais restritivas à progressão de regime.

O Supremo Tribunal Federal no *Habeas Corpus* 118.533²³⁰, em razão da desproporcionalidade entre as sanções penais e as ações praticadas, acabou por entender que o tráfico privilegiado não configura crime equiparado a hediondo. É considerado tráfico privilegiado aquele praticado por réus primários, de bons

²²⁸ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 34.

²²⁹ “Mulheres grávidas que em um instante se tornaram, para o sistema de justiça criminal, traficantes. Mulheres traficantes que trazem no ventre a paradoxal contradição de serem mulheres-traficantes-grávidas, subvertendo a ordem de gênero e invertendo os papéis que foram, sob o viés da naturalidade, atribuídos historicamente a homens e mulheres. Mulheres-traficantes grávidas que caracterizam aquilo que, simbolicamente, não se admite: que uma criminosa seja, também, mãe.” (SIMÕES, Heloisa Vieira; BARTOLOMEU, Priscila Conti., 2018, p. 96).

²³⁰ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Habeas Corpus* nº 118533/MS. Relatora Min. Carmén Lúcia, Tribunal Pleno, julgamento 23/06/2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11677998>>. Acesso em 19/02/2019.

antecedentes, que não se dediquem às atividades criminosas, nem integrem organização criminosa.

A interpretação adotada pelo Supremo Tribunal Federal, embora aplicável indistintamente para homens e mulheres, deveria impactar de modo especial no desencarceramento feminino, uma vez que elas, majoritariamente, cumprem os requisitos para a desclassificação do crime para tráfico privilegiado.

Ocorre, no entanto, que os juízes, a despeito da descaracterização legal operada pelo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a partir da associação legal entre tráfico de droga e crimes hediondos, acabam por utilizar em desproporcional medida o fundamento da gravidade abstrata do crime para aplicar indistintamente a prisão preventiva no caso de tráfico ilícito de entorpecentes, sem considerar objetivamente os fatos do caso concreto, tais como a primariedade, a baixa quantidade da droga, ou a ausência de violência ou grave ameaça na conduta.

De acordo com a última edição do Infopen Mulheres²³¹, que apresenta dados de junho de 2016, 45% das mulheres presas no Brasil em junho de 2016 não haviam sido ainda julgadas e condenadas, número significativamente superior àquele verificado na primeira edição do relatório, de junho de 2014, que apontava 30,1% de mulheres encarceradas sem condenação. O relatório ressalta, ainda, que a expansão do contingente de mulheres presas sem condenação deve ser ainda mitigada em relação à ausência de dados sobre mulheres em carceragens de delegacias.

Contribui para esse fenômeno, ainda, a ausência de critério legal a respeito da quantidade de droga a ser considerada como sendo para uso pessoal²³², o que impacta no encarceramento de pessoas que, em razão da pequena quantidade de drogas, poderiam ser consideradas usuárias. Para determinar se a droga destina-se a consumo pessoal, a lei exige atenção para a natureza, a quantidade de substância apreendida, o local da ação, as circunstâncias sociais e pessoais, bem como a conduta e os antecedentes do agente (Art. 28, § 2º da Lei 11.343/06).

²³¹ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>, p. 19. Acesso em 19/02/2019.

²³² “Ficamos assustadas com a relação entre quantidade de droga apreendida e a quantidade de pena imposta a muitas das mulheres com quem conversamos. Verificamos a completa ausência de critérios para estabelecer até que quantidade de droga pode ser entendida como posse para uso pessoal (crime ao qual não se atribui pena privativa de liberdade) e qual indicaria traficância (crime cuja pena pode variar entre 5 e 15 anos, além de impor o regime mais grave e equiparar a conduta a crime hediondo, o que gera uma série de agravantes(...). Ademais, as quantidades apreendidas são ínfimas, irrisórias, que poderiam ser consideradas de uso pessoal, mas que pelas circunstâncias da prisão (e, também, da pessoa que portava a substância) são enquadradas como tráfico. (MOREIRA, Anny Clarissa de Andrade; GOMES, Thais Candido Stutz., 2018, p. 72-73).

A indeterminação da quantidade da droga, bem como dos conceitos legais de “local da ação, circunstâncias sociais e pessoais, e conduta do agente”, atuam para transformar mulheres primárias, que portavam pequenas quantidades de drogas (muitas delas usuárias de crack) e que praticaram crimes sem violência ou grave ameaça, em criminosas perigosas²³³, sustentado pela lógica da gravidade abstrata do crime de tráfico²³⁴.

No espaço da indeterminação dos termos legais, não se pode minimizar a atuação sutil e, por vezes, inconsciente, da lógica da dominação patriarcal, que eleva ao patamar da santidade o papel da mãe, calcado sobre uma premissa construída histórica e culturalmente da maternidade como destino biológico de toda mulher “normal”, ou sustentado no “mito do amor materno”²³⁵. A mesma estrutura que mantém tais expectativas atribui à mulher criminosa o lugar da traidora, ao imputar à conduta do tráfico um traço desaprovador do seu caráter.

É na indeterminação dos conceitos jurídicos que se constrói o lugar da mulher traficante. Não é raro encontrar em sentenças condenatórias de tráfico de drogas uma

²³³ “Mas a incompreensão mais corriqueira é partilhada tanto por essas mulheres como pelas pesquisas científicas do direito penal e da criminologia que versam? sobre a disparidade de atuação e condenação pelo critério da quantidade de drogas. Sabe-se, por óbvio, que, da leitura da Lei de Drogas, tal critério não é o único utilizado para tal decisão e associa-se a outros, especialmente com as ‘circunstâncias de fato’ ou as ‘condições pessoais do agente’. Esses últimos, de elevado grau de indeterminação, relacionam-se com o primeiro para produzir uma verdadeira seletividade que começa desde o momento em que se faz uma pretensa diferença entre ‘traficantes’ e ‘usuárias’, e para as atuadas por tráfico de drogas foi possível ver na sentenças condenatórias, distinções bastante significativas na consideração da quantidade de drogas para a fixação da pena.” (SÁ, Priscilla Placha. Qual a situação jurídica e processual das mulheres privadas de liberdade? In: _____. (Coord. e Org.). **Diário de uma Intervenção**: sobre o cotidiano de mulheres no cárcere. Florianópolis: EMais, 2018, p. 58-59).

²³⁴ “Compreender a natureza dos crimes tentados ou consumados pelos quais as pessoas privadas de liberdade foram condenadas ou ainda aguardam julgamento nos ajuda a formular análises acerca dos fluxos do sistema de justiça criminal, desde sua fase policial até a fase da execução penal, e seus padrões de seletividade, evidenciados na preponderância dos crimes praticados sem violência, crimes contra o patrimônio e crimes ligados ao tráfico de drogas entre os registros das pessoas privadas de liberdade. A seletividade penal pode ser compreendida a partir da baixa participação de outros tipos penais na distribuição total de incidências, o que indica que o aparato punitivo do Estado encontra-se voltado para a repressão a determinados tipos de crimes (a saber: crimes patrimoniais e crimes ligados ao tráfico de drogas) e ao encarceramento de determinados grupos sociais, como foi demonstrado ao longo de toda a seção dedicada ao perfil da população prisional neste relatório, em detrimento de outros tipos penais e grupos sociais envolvidos em delitos.” (Cf.: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2017, disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>., p. 53). Acesso em 19/02/2019.

²³⁵ Elisabeth Badinter esclarece o fenômeno a que ela denomina de “mito do amor materno”, qual seja, desmistifica a noção de que o amor materno esteja inscrito na natureza feminina, segundo uma perspectiva determinista. A partir de uma pesquisa histórica, desenvolve a ideia de que o amor de mãe é um sentimento, produto da evolução social. A partir das noções propostas pela autora, a expressão “mito do amor materno” acaba por abranger as ideias de que, como um mito, o sentimento do amor de mãe acabou sendo “sacralizado”, produto de construções culturais, especialmente a partir do século XIX. (BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno; trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1085).

miríade de discursos a respeito dessa maternidade invertida, que sustentam julgamentos morais:

A conduta social e personalidade da acusada, no entanto, são reprováveis, considerando-se que expôs sua filha menor (à época bebê de colo) ao contato direto com entorpecentes e às consequências policiais de sua empreitada criminosa (flagrante, depoimentos na polícia, etc.) (...) Não obstante, a ré demonstrou frieza em responder que a gravidez não era fato impeditivo das duas viagens feitas no começo de 2013 com o fim de transportar drogas. (...) Acusada viajando com filha de colo. Elevado grau de reprovabilidade da conduta²³⁶.

Essa não é, ademais, uma realidade particular brasileira. O fenômeno se reproduz em toda a América Latina.

Segundo o *Institute for Criminal Policy Research*, a população carcerária feminina total na América Latina aumentou 51,6% entre 2000 e 2015, em comparação com 20% para o caso dos homens²³⁷. Segundo o relatório da Organização dos Estados Americanos (OEA) *Una guía para la reforma de las políticas en América Latina y el Caribe*, as “forças impulsionadoras que estão por trás das taxas exorbitantes de encarceramento são a expedição de leis de drogas extremamente punitivas e a imposição de penas desproporcionais”²³⁸. Segue o mesmo relatório:²³⁹.

Las mujeres encarceladas por delitos de drogas rara vez son una verdadera amenaza para la sociedad; la mayoría son detenidas por realizar tareas de bajo nivel pero de alto riesgo. Y sin embargo, están reclusas con sentencias excesivamente largas, cuando no en prisión preventiva.

Diante desse contexto, torna-se necessário problematizar as políticas públicas voltadas aos crimes relacionados ao tráfico de drogas, que não voltam seus olhares para as particularidades que envolvem a sobrerepresentação feminina no encarceramento em razão desse tipo de crime, obscurecendo as perspectivas que se formam a partir das posições tradicionalmente ocupadas pelas mulheres, sobretudo as mulheres negras, relacionadas à dedicação desproporcional ao trabalho reprodutivo e ao cuidado.

²³⁶ Trechos de decisões judiciais extraídos do artigo: GASPARIN, Tatiana Theodoro. O tráfico das mulheres: Construção social da “mula” como vítima do tráfico de pessoas. In: GOMES, Mariângela Gama de Magalhães; FALAVIGNO, Chiavelli Facenda; MATA, Jessica da (Org). **Questões de gênero: uma abordagem sob a ótica das ciências criminais**. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2018, p. 254.

²³⁷ ORGANIZACIÓN DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Mujeres, políticas de drogas y encarcelamiento**. Una guía para la reforma de las políticas en América Latina y el Caribe, <<https://www.oas.org/es/cim/docs/WomenDrugsIncarceration-ES.pdf>>, p 8. Acesso em 19/02/2019.

²³⁸ Idem, p 8.

²³⁹ Idem, p 10. Em espanhol, no original.

3 O MITO DA PRISÃO DOMICILIAR PARA MULHERES GRÁVIDAS OU MÃES

3.1 NORMAS PRECURSORAS DE UMA POLÍTICA DE DESENCARCERAMENTO

Conforme já relatado neste trabalho, o Infopen Mulheres 2018 revelou que 74% das mulheres presas são mães, enquanto 53% dos homens que se encontram no sistema prisional declararam não ter filhos²⁴⁰.

Entre as mulheres presas que compuseram a população objeto de estudo no relatório *Nascer na Prisão*, muitas delas são as principais responsáveis pelos cuidados dos filhos, mais de um terço delas tiveram quatro ou mais gestações, 20% tinham cinco filhos ou mais e 8% já haviam tido outro filho durante encarceramento anterior²⁴¹, como mostrado anteriormente.

Estudo realizado pelo projeto de extensão universitária *Mulheres pelas Mulheres* divulgou que metade das crianças recolhidas juntamente com suas mães na Penitenciária Feminina do Paraná não tinha o registro paterno em suas respectivas certidões de nascimento²⁴². Ainda, em entrevista com 20 mulheres grávidas, em tratamento por doença ou cumprindo medida de segurança custodiadas no Complexo Médico Penal do Paraná em 2015, 80% tinham até três filhos²⁴³.

Foi a partir do reconhecimento dessas dinâmicas de gênero, de modo particular as relacionadas à maternidade e seus reflexos nas vivências cotidianas das mulheres, que, em dezembro de 2010, a Assembleia Geral da ONU aprovou as Regras mínimas para o tratamento da mulher presa e medidas não privativas de liberdade para as mulheres em conflito com a lei, as denominadas Regras de Bangkok, que oferecem diretrizes para o tratamento das pessoas presas, já citadas nesta dissertação

A Regra nº1 afirma que, com o propósito de colocar em prática o princípio da não discriminação incorporado na regra 6 das Regras mínimas para o tratamento de reclusos, “deve-se ter em consideração as distintas necessidades das mulheres presas na aplicação das Regras. A atenção a essas necessidades para atingir a igualdade material entre os gêneros não deverá ser discriminatória”.

²⁴⁰ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf> p. 51.

²⁴¹ A pesquisa *Saúde materno-infantil nas prisões*, realizada pela Fiocruz, indica que um terço das mães pesquisadas são chefes de família. (LEAL, Maria do Carmo *et al.* *Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil*. In: **Ciênc. saúde coletiva** [online], 2016, vol.21, n.7, 2061-2070. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>>, p. 2064. Acesso em 19/02/2019.

²⁴² SIMÕES, Heloisa Vieira. BARTOLOMEU, Priscila Conti. O que leva(m) mulheres grávidas à prisão? In: SÁ, Priscilla Placha (Coord. e Org.). **Diário de uma Intervenção**: sobre o cotidiano de mulheres no cárcere. Florianópolis: EMais, 2018, p.92.

²⁴³ Idem, p. 81.

Estas suprem uma omissão em razão do déficit de proteção específica às mulheres presente nas Regras mínimas para tratamento do preso e nas Regras mínimas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade (Regras de Tóquio), as quais estabeleciam parâmetros mínimos a serem adotados pelos Estados no tratamentos dos presos, sem atentar, no entanto, para a presença de particularidades de gênero. Tais regras atuavam no espaço da neutralidade, espaço esse que circunscreve o masculino e ignora o feminino.

As Regras de Bangkok reconhecem a presença de necessidades distintas das mulheres presas e impõem adequado tratamento a tais condições. Impõem a disponibilidade de espaço de detenção que satisfaça necessidades específicas de higiene, cuidados com a saúde, gestação e amamentação, e proximidade da residência da família. Proíbem a utilização de métodos de inspeção e revistas corporais íntimas e invasivas em visitantes, bem como exigem o treinamento específico das agentes prisionais que atendam às especificidades do encarceramento feminino.

Vedam a imposição de sanções disciplinares de isolamento e segregação que impeçam ou interrompam a amamentação e o contato com os filhos e família, bem como o uso de algemas durante o parto. Exigem o respeito ao melhor interesse da criança, quando proferidas decisões sobre autorizar, ou não, os filhos a permanecerem com suas mães na prisão. Impõem, ainda, o respeito aos direitos dos menores a ter acesso a serviços de saúde e de educação.

Para o que interessa de modo particular a este estudo, as Regras de Bangkok determinam que penas não privativas de liberdade para mulheres gestantes e mulheres com filhos serão preferidas sempre que for possível e apropriado, sendo a pena de prisão considerada apenas quando o crime for grave ou violento, ou a mulher apresentar ameaça contínua, sempre velando pelo melhor interesse dos menores.

Especificam, ainda, a necessidade de registro do número e dados pessoais dos filhos das mulheres que ingressam nas prisões, devendo incluir seus respectivos nomes, idades e, quando não acompanharem a mãe, sua localização e situação de custódia ou guarda.

Tais recomendações estão em consonância com dispositivos de tratados internacionais de direitos humanos que o Estado Brasileiro obrigou-se a cumprir, entre eles o Pacto de San José da Costa Rica e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

No caso específico da Convenção, o Estado se comprometeu a abster-se de incorrer em prática de discriminação contra a mulher e zelar para que autoridades e

instituições públicas atuem com conformidade com essa obrigação (Art. 2º, d). Nos termos da Convenção, ainda, a adoção pelos Estados-Partes de medidas especiais destinadas a proteger a maternidade não será consideradas discriminatória (Art. 4º) e, nos termos do Art. 12, o Estado comprometeu-se a garantir à mulher assistência apropriada em relação à gravidez, ao parto, e ao período após o parto.

Foi na esteira dessas obrigações internacionais, e em cumprimento à própria Constituição Federal que garante no Art. 5º a igualdade entre homens e mulheres (I), a proibição de tortura e tratamento desumano e degradante (III), e a integridade física e moral (XLIX), que o Estatuto da Primeira Infância, Lei 13.257/16, de 08 de março de 2016, alterou o Art. 318 do Código de Processo Penal, para incluir, no rol das hipóteses que permitem a conversão da prisão preventiva pela prisão domiciliar, as circunstâncias relacionadas à gestação (IV)²⁴⁴ e à existência de filho de até 12 anos de idade incompletos²⁴⁵.

A legislação ordinária incorporou o espírito, embora de modo tímido, das normas internacionais sobre tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade, com o nítido propósito de aderir à tendência de promover o desencarceramento de mulheres grávidas ou mães com filhos que dependam de seus cuidados.

O legislador assumiu a presença das especificidades que marcam o encarceramento feminino, da fragilidade física e emocional da gestante²⁴⁶, da

²⁴⁴ A norma anterior do art. 318 do Código de Processo Penal previa o benefício à gestante apenas a partir do 7º mês de gravidez, ou sendo esta de alto risco, restrições que acabaram sendo eliminadas no novo texto legal.

²⁴⁵ O texto do art. 318 do Código de Processo Penal, após as alterações da Lei 13.257/16:

“Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

I - maior de 80 (oitenta) anos;

II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;

IV - gestante;

V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;

VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo.”

²⁴⁶ “Essa queixa foi comum a todas as puérperas que ficavam com suas filhas em espaços pequenos e com poucas opções de atividade, como em Minas Gerais, Ceará e Bahia, o que nos levou a refletir sobre o que chamamos do paradoxo da *hiper* e da *hipomaternidade*. Isso porque, nesses espaços, as mulheres passam 24 horas por dia com seus bebês e, quando há a separação, se dá de maneira radical, havendo uma ruptura brusca da relação. Assim, durante o período de convivência entre mães e bebês na unidade prisional, estas exercem uma *hipermaternidade*, estando, como mencionado, impossibilitadas de frequentarem atividades e trabalharem. Quando a convivência é interrompida e a criança é retirada do convívio materno (entregue para a família ou encaminhada para o abrigo), ocorre a transição da *hiper* para a *hipomaternidade*, que é o rompimento imediato do vínculo, sem transição e período de adaptação.” (Cf.: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Dar à luz na sombra**: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/news/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-longo-de-sua-mae201d-diz->

indispensabilidade dos cuidados com o feto e o recém-nascido, e das crianças e adolescentes em geral, e, em compasso com o princípio de que a prisão preventiva é medida excepcional, reconheceu que a prisão domiciliar é a melhor opção para essas mulheres e seus filhos.

Rosângela Peixoto Santa Rita relaciona as externalidades que decorrem da prisão de uma mãe, entre elas, a perda do referencial familiar, porque há quebra do vínculo materno, em casos nos quais, em geral, não há referencial paterno; o acentuamento da vulnerabilidade social (que é desde logo marca da população carcerária em geral), uma vez que em sua maioria as mães de classes mais baixas são as chefes de família; e o rompimento do vínculo familiar em razão da distância entre a residência da família e os presídios femininos, localizados majoritariamente nas Capitais²⁴⁷, como visto nas pesquisas citadas.

A pesquisadora ainda evidencia a correlação entre a divisão sexual do trabalho e os seus efeitos no sistema prisional feminino, ao reconhecer que o cuidado dos filhos é atribuído de modo majoritário às mães.²⁴⁸:

É bom frisar que na maior parte desses casos, a guarda dos filhos é responsabilidade em maior medida das mulheres, estando elas sob privação de liberdade ou sendo companheiras de homens presos, do que dos homens quando suas companheiras se encontram em estabelecimentos prisionais.

O fato de ocorrer nascimento ou permanência de crianças no interior da prisão já remete a situações que extrapolam a condenação legal e que apresentam reflexos sociais da ultrapassagem da pena para os familiares, impondo a implantação de políticas criminais e penitenciárias de respeito à diversidade.

A atribuição social de papéis de gênero determina, inclusive, que, quando a mãe está presa, quem passa à posição de responsável pelos filhos são, majoritariamente,

pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf>, p. 66). Acesso em 19/02/2019.

²⁴⁷ “Seguindo a tendência da conjuntura atual, que impôs mudanças significativas na estrutura familiar nuclear, tornam-se ainda mais preocupantes as complexas relações de exclusão social, na condição de encarceramento feminino. Sem oportunidades de renda em espaço de execução penal, como pensar no atendimento às necessidades dos filhos extramuros? Sobre a relação complexa de encarceramento feminino com o núcleo familiar, Buglione (s/d.p.3) descreve algumas ‘externalizações’ da prisão, como: perda da referência materna pelos filhos de mães presas, visto que na maioria dos casos não há referencial paterno; piora da situação financeira, visto que a maioria é ‘mãe e chefe de família’; problemas de relacionamentos com os filhos, principalmente pela distância e dificuldade de visita; distanciamento da família, já que a maioria das unidades femininas se situa na capital, provocando assim um afastamento dos familiares que, por condições financeiras, aparecem poucas vezes para visitar as internas na unidade prisional.” (Cf.: RITA, Rosângela Peixoto Santa. **Mães e crianças atrás das grades**: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Departamento de Serviço Social, UNB, Brasília, 2006, p.52.)

²⁴⁸ RITA, Rosângela Peixoto Santa. **Mães e crianças atrás das grades**: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Departamento de Serviço Social, UNB, Brasília, 2006, p.52.)

outras mulheres, como avós, tias ou cunhadas²⁴⁹. Não é raro encontrar presas, cujos maridos já se encontravam custodiados²⁵⁰.

Além dos efeitos deletérios ao bebê e às crianças, decorrentes do rompimento do vínculo familiar, há de se atentar para as graves consequências da institucionalização das crianças que permanecem na unidade prisional com sua mãe.

Duas experiências relatadas por pesquisadores do ambiente prisional conferem uma dimensão concreta da institucionalização dos filhos das presas, situação na qual os infantes passam a adotar como padrão os rígidos modelos de controle implantados pelo sistema prisional.

Tais modelos de controle, entre eles, o despojamento da aparência física e a forma de caminhar com as mãos para trás, têm o propósito de uniformizar os indivíduos, e despi-los de sua individualidade²⁵¹. O presente relato é emblemático desse fenômeno:

Um dos relatos mais tristes e significativos no contexto da lógica disciplinar do ambiente carcerário veio de uma agente penitenciária, que contou que um dos menininhos da creche abaixa a cabeça e coloca as mãozinhas para trás toda vez que uma guarda ou pessoa de fora do sistema passam pelo local, da mesma forma que fazem as mulheres (e os homens) privadas de liberdade.

Outra criança, segundo a agente, “brinca de prisão” fazendo a contagem das internas, chamando-as pelo nome, na mesma ordem em que elas são chamadas pelas guardas. Algumas brincam de “alvará”, fingindo que são os advogados que vieram tirar-lhes (elas e suas mães) daquele lugar²⁵².

Essa lógica disciplinar priva as crianças, que se encontram em fase de desenvolvimento físico e emocional, e que desconhecem a realidade extramuros, de condições adequadas de desenvolvimento:

²⁴⁹ “Quando essas mulheres, responsáveis pelos cuidados dos filhos, são selecionadas pelo sistema penal, não apenas a família deve se reestruturar para suprir sua ausência, mas é comum que os deveres de cuidado novamente sejam desigualmente distribuídos e recaiam mais uma vez sobre mulheres, desta vez suas mães.” (ITTC — Instituto Terra Trabalho e Cidadania. **Relatório Mulheres sem prisão**. Disponível em http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio_final_online.pdf, p. 58. Acesso 10/02/2019).

²⁵⁰ “A maioria das crianças está com as mães das presas, podendo dizer que essa é a regra. No entanto há algumas exceções, como sogras, irmãs e cunhadas ou ainda, mais raramente, com figuras masculinas como maridos, ex- maridos e companheiros. Esse processo de *feminilização da guarda* tem raízes tanto no fator cultural — é quase naturalmente atribuído às mulheres o cuidado da casa e das crianças — quanto em um fator conjuntural — a maior parte das presas relatou que seus maridos ou companheiros também se encontram presos.” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Dar à luz na sombra**: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-longo-de-sua-mae201d-diz-pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf>>, p. 42). Acesso em 19/02/2019.

²⁵¹ GOFFMAN, Ervin. **Manicômio, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva. 1996, p. 24.

²⁵² SIMÕES, Heloisa Vieira; BARTOLOMEU, Priscila Conti. O que leva(m) mulheres grávidas à prisão? In: SÁ, Priscilla Placha (Coord. e Org.). **Diário de uma Intervenção**: sobre o cotidiano de mulheres no cárcere. Florianópolis: EMais, 2018, p. 92-93.

Para ilustrar o impacto na criança da vida na prisão, reproduzimos um caso narrado pela Irmã Adele, sobre uma das crianças que já viveu no Centro Nova Semente, que ficou seis anos com a mãe dentro da Penitenciária Feminina, à época em que não havia controle em relação ao tempo de permanência de crianças com suas mães: um dia acompanhei Luiza na penitenciária para ver o pai, que adorava ela, chamava “minha princesa”. Já mataram ele. Então eu acompanhei a menina até a penitenciária e esperamos, esperamos, e o pai não chegava. E entra o chefe de segurança “estão esperando há muito tempo”. Depois chega uma agente com uma máxima desenvoltura e disse à menina “Ô garota, hoje não é possível, porque hoje seu pai está no seguro”. Eu falei: “Luiza, seu pai está fazendo um trabalho que não pode ser perturbado, está no seguro”. E ela riu, riu, riu. “Por que ri?”. “Irmã, o seguro é a tranca!”. “A tranca? O que é a tranca?”, eu que quis saber. “Irmã, quando a minha mãe não se comportava ou qualquer mulher não se comportava, o agente macho batia e jogava dentro da tranca. É castigo!”. “E com a mamãe acontecia isso?”. “Acontecia, acontecia”. “E você, o que fazia?”. “Eu chorava, chorava e chorava e ia na tranca com a minha mãe”. A criança do caso acima estava institucionalizada, conhecia em detalhes as regras e procedimentos prisionais. Não raro ouvimos em outros campos histórias de institucionalização.²⁵³

A atribuição social e cultural majoritariamente às mães do cuidado das crianças e o espectro da ampliação do encarceramento feminino no país são paradigmáticos de uma realidade dramática: ou se priva a convivência das mães com seus filhos, custodiando-as a quilômetros de distância de sua família, sujeitando as crianças aos cuidados de terceiros ou à experiência do abrigo, ou se custodiam as crianças em ambiente hostil, inóspito e desprovido das ferramentas necessárias ao seu normal desenvolvimento. As consequências pessoais e sociais de ambas as escolhas são degradantes.

As normas acima delineadas partem da premissa, portanto, de que o cárcere, mesmo que o Estado desse cumprimento às normas legais a respeito da custódia de mulheres, não é um lugar para grávidas, crianças ou mães responsáveis por seus filhos. São precursoras, portanto, de uma política de desencarceramento. Política esta, no entanto, que parece não ter sido verdadeiramente implementada.

Sugestiva dessa hipótese foi a propositura do *Habeas Corpus* 143.641/São Paulo, ação coletiva proposta no Supremo Tribunal Federal, que denunciou a reiterada omissão do Poder Judiciário na utilização da substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar em favor de mulheres grávidas e mães de filhos de até 12 anos de idade.

Em 20 de fevereiro de 2018, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal concedeu a ordem para determinar a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e

²⁵³ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Dar à luz na sombra**: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-longo-de-sua-mae201d-diz-pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf>>, p. 52. Acesso em 19/02/2019.

deficientes, exceto nos casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deveriam ser devidamente fundamentadas, como citado anteriormente.

O voto condutor do acórdão, proferido pelo Ministro Ricardo Lewandowski, partiu do pressuposto de que o sistema prisional encontra-se em um estado de coisas inconstitucional, conforme já havia assinalado a corte na Ação Declaratória de Preceito Fundamental 347 MC/DF, e ressaltou o grande número de mulheres presas provisoriamente, no patamar de 30,1%.

Reconheceu a ausência de estrutura adequada para o aprisionamento de mulheres, assim como o elevado número de presas por tráfico de drogas, embora estatisticamente estejam elas relegadas às mesmas posições vulneráveis que pavimentaram o caminho do seu engajamento ao crime, tendo praticado ilícitos sem violência ou grave ameaça, sem portar armas e relacionados à baixa quantidade de drogas. Também evidenciou prejuízos ao desenvolvimento das crianças quando submetidas à privação da liberdade:

Professores da Universidade de Harvard demonstraram que a privação, na infância, de suporte psicológico e das experiências comuns às pessoas, produz danos ao desenvolvimento da criança (NELSON, Charles A., FOX, Nathan A. e ZEANAH, Charles H. *Romania's Abandoned Children: eprivation, Brain Development, and the Struggle for Recovery*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 2014).

Conforme explicam, existe uma “experiência compartilhada” pela qual todos os seres humanos devem passar. E tal experiência é de suma importância para o desenvolvimento sensorial e emocional. Sem ela, os órgãos, assim como o sistema nervoso, podem, sobretudo em épocas críticas do desenvolvimento infantil, sofrer danos permanentes. A consistência do afeto que recebem é da máxima relevância para a formação de pessoas saudáveis e capazes de estabelecer relações sociais profundas.

A concessão da ordem de *Habeas Corpus* lançou luzes sobre uma suspeita a respeito de uma circunstância previamente oculta: a não aplicação, pelo sistema de justiça, da faculdade prevista na lei. Passados alguns meses da concessão da ordem, no entanto, surgiu uma nova inquietação, particularmente, sobre a incerteza ou desconfiança quanto ao cumprimento da própria ordem do *habeas corpus*²⁵⁴.

Em decisão monocrática proferida em 24 de outubro de 2018²⁵⁵, no bojo do

²⁵⁴ Vale referir manifestação da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, de 23/03/2018, alertando para o não cumprimento da ordem do *habeas corpus*: (Ver: <http://www.aguaboanews.com.br/noticias/exibir.asp?id=13612¬icia=defensores_publicos_pedem_cumprimento_de_medida_que_beneficia_gravidas_e_maes_presidarias> . Acesso em 19/02/2019.

²⁵⁵ Decisão publicada no DJE nº 228 divulgado em 25/10/2018, disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15338913041&ext=.pdf>>

Habeas Corpus 143.641/S, ficou claro o descumprimento sistemático da ordem. Consta na decisão que o Departamento Penitenciário Nacional — DEPEN informou que havia 10.693 mulheres que seriam, em princípio, elegíveis para a concessão da prisão domiciliar, sendo que apenas 426 tiveram a prisão domiciliar concedida. Eis a transcrição da informação do DEPEN:

Assim, pode-se verificar o baixo quantitativo de concessões referentes ao *habeas corpus* coletivo em comento: cerca de 4% do total de mulheres que constam da planilha 6203774 — citada no parágrafo 3º deste documento, de 1% do total de mulheres encarceradas no Brasil, que é de 42.355, e cerca de 2,2% do total de presas provisórias no Brasil, que são 19.223.

Há relato de que, por exemplo, no Estado do Mato Grosso do Sul, 68 mulheres foram beneficiadas pela substituição da prisão, a despeito de haver 448 mulheres presas com filhos de até 12 anos. Em São Paulo, onde 1.229 mulheres deixaram o cárcere, 1.325 seriam elegíveis e continuam presas. No Rio de Janeiro, 56 mulheres foram beneficiadas, mas 217 continuam presas, enquanto que em Pernambuco há 111 mulheres presas que fariam jus à substituição, mas apenas 47 foram liberadas²⁵⁶.

Configurado o descumprimento sistemático da ordem do *habeas corpus*, o interesse em apreciar quais as circunstâncias legais, institucionais ou culturais que dificultaram a aplicação do Estatuto da Primeira Infância, desde a edição da Lei 13.257/16, em fevereiro de 2016, bem como que conferiram obstáculos ao cumprimento do *habeas corpus* 143.641/SP de fevereiro de 2018, deu ensejo à pesquisa empírica que se passa a delinear.

3.2 METODOLOGIA

3.2.1 Do universo da pesquisa

O universo da pesquisa abrange as mulheres presas na Penitenciária Feminina do Paraná — PFP, localizada em Piraquara/PR. A escolha dessa unidade se deu em razão de ser a única no Estado do Paraná que possui uma área destinada a grávidas, lactantes ou acompanhadas dos seus filhos. Em princípio, deve ser o único lugar onde mulheres nestas condições estejam presas. Não foi realizado, no âmbito deste trabalho,

²⁵⁶ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Habeas Corpus* nº 143.641/SP. Decisão monocrática. Ministro Ricardo Lewandowski.

nenhum levantamento sobre a existência de grávidas, lactantes ou acompanhadas dos seus filhos em outros estabelecimentos prisionais. A Penitenciária tem capacidade para 370 mulheres, e possui centro de referência materno-infantil e creche.

O objeto da pesquisa consistiu no levantamento quantitativo do número de mulheres grávidas e mães de filhos menores de 12 anos custodiadas na Penitenciária Feminina do Paraná, em fevereiro de 2016, mês anterior à publicação da Lei 13.257/16, que alterou o Art. 318 do Código de Processo Penal para facultar a substituição da prisão preventiva em prisão domiciliar, e em setembro de 2016, seis meses após a publicação da lei. Também foi objeto de pesquisa o levantamento do número de mulheres presas no mês da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no *Habeas Corpus* 143.641, e a quantidade de mulheres custodiadas seis meses após a concessão da ordem. O objetivo é medir o impacto da edição da Lei 13.257/16 e da decisão do Supremo Tribunal Federal no desencarceramento de mulheres grávidas e mães.

Por fim, elegeram-se como objeto da pesquisa (qualitativo) peças processuais dos autos judiciais das grávidas ou mães acompanhadas dos seus filhos, custodiadas em fevereiro de 2018, momento anterior à decisão no *habeas corpus*, e presas, nestas mesmas condições, em agosto de 2018, seis meses após a referida decisão. Não foram objeto de pesquisa quantitativa as peças processuais de mães com filhos fora da prisão, em razão da ausência de dados a esse respeito quando da primeira coleta de dados.

As peças/manifestações processuais consistiram: no auto/mídia de interrogatório do momento da prisão, termo/mídia de audiência de custódia, manifestação da defesa na qual se requereu a liberdade provisória ou substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, ofício da Penitenciária Feminina do Paraná informando a condição de grávida ou acompanhada de filho, manifestação do Ministério Público sobre o pedido, decisão que apreciou o pedido (decretação da prisão preventiva, negativa de pedido de liberdade provisória, e/ou decisão que concedeu a liberdade provisória ou substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, e/ou decisão em *habeas corpus*).

As decisões judiciais abrangeram tanto decisões proferidas em primeiro grau, quanto em segundo grau, e junto ao Superior Tribunal de Justiça, ou ainda, em regime de mutirão, o que significa dizer que, em um mesmo processo, podem ter sido proferidas mais de uma decisão, no mesmo sentido, ou em sentido contrário.

Nas peças processuais, foram objeto de análise questões relacionadas à prisão cautelar e à eventual concessão de liberdade ou substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar. O critério de análise é decorrente do objetivo de observar em que medida o fato de serem grávidas ou mães de filhos menores de 12 anos importou na

decisão sobre a prisão cautelar, bem como se a circunstância de ser mulher, grávida ou mãe foi (ou não) mobilizada pelos atores do sistema de justiça, e ainda se a ordem do *habeas corpus* proferida no *Habeas Corpus* 143.641 foi efetivamente cumprida.

A pesquisa tem o propósito de analisar como o Poder Judiciário cumpriu ou deixou de cumprir os comandos do art. 318 do Código de Processo Penal. Como a norma refere-se ao cumprimento da prisão preventiva, cautelar, portanto, não foram selecionadas como objeto de análise as peças que dissessem respeito ao mérito da causa, como a denúncia, ou a sentença, por exemplo. Quanto à sentença, foram objeto de análise apenas o fragmento que apreciou a necessidade de manutenção/decretação da prisão preventiva.

A inclusão do auto de interrogatório e dos termos/mídias das audiências de custódia tiveram o objetivo de avaliar se o fato de ser mãe ou estar grávida foi abordado pelo Estado nesses dois momentos. A audiência de custódia constitui, ademais, um dos momentos processuais em que o juiz deve decidir sobre a prisão cautelar.

Quanto à seleção dos processos judiciais, esses se limitaram aos processos de mulheres grávidas ou acompanhadas dos seus filhos na unidade prisional. Foram excluídas as peças processuais de mães, cujos filhos encontram-se fora da prisão. A limitação se deu em razão do grande número de processos que representaria analisar, caso incluíssemos as mães de filhos que se encontravam fora da prisão, e o tempo limitado para a conclusão da pesquisa. A decisão do *habeas corpus* foi proferida em fevereiro de 2018, e os autos mais recentes objeto de análise são de presas custodiadas em agosto de 2018, apenas seis meses antes do prazo final para depósito da dissertação. Além disso, a listagem com o levantamento de dados de mães com filhos de até 12 anos que se encontram fora do sistema penitenciário somente foi disponibilizada em novembro de 2018.

Também foram excluídos da pesquisa processos judiciais cujas mulheres presas, à data de corte da pesquisa, fevereiro e/ou agosto de 2018, estivessem custodiadas em razão de sentença penal condenatória.

Há mulheres em relação às quais há mais de um processo judicial. Nesses casos, as ordens de prisão podem existir em razão de uma sentença penal condenatória e/ou em razão de uma decisão cautelar, provisória (prisão preventiva). Como o objeto de análise é o cumprimento do Art. 318 do Código de Processo Penal, que diz respeito à substituição da prisão preventiva, de natureza cautelar, portanto, a pesquisa se limitou a analisar os processos das mulheres cuja causa da prisão era uma decisão cautelar, excluindo-se os processos de execução penal. Foram excluídas também as mulheres cuja única causa da

prisão era uma decisão de cumprimento de pena.

3.2.2 Do percurso metodológico

Com o objetivo de levantar os dados da pesquisa relativos ao número de mulheres custodiadas, e ao número dos autos de processos, iniciou-se por fazer contato com o juiz de direito com competência em uma das varas de execução penal de Curitiba e membro do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Estado do Paraná (GMF/TJPR), Eduardo Lino Bueno Fagundes Junior. O diálogo com o referido magistrado resultou na indicação da juíza de direito, Fernanda Orsomarzo, em razão de sua participação em mutirões carcerários na Penitenciária Feminina do Paraná.

Por sua vez, a juíza de direito Fernanda Orsomarzo, aconselhou a procurar a Vice-Diretora da Penitenciária Feminina do Paraná, Sandra Rocha Loures Ramos.

Em 22/08/2018, foi realizado contato com a Vice-Diretora da Penitenciária, que, denotou disposição em fornecer as informações.

Sobre o número de mulheres presas no ano da edição do Estatuto da Primeira Infância, a Vice-Diretora informou que não teria como apresentar os dados, porque o sistema informatizado da unidade não permite pesquisa por critério temporal. Esclareceu também que seria impossível fornecer o número dos processos dessas mulheres. Informou que se trata de um sistema antigo, operado em DOS, o qual não fornece o número de pessoas custodiadas em determinada data. Adicionalmente disse que há um arquivo em papel, com fichas, uma para cada mulher, com as informações das presas que já estiveram na unidade, e que das ainda se encontram no local. Relatou, no entanto, que é um arquivo que não está organizado por data. Aclarou que na ficha da presa são anotadas informações que os gestores da unidade entendam relevantes anotar, a depender das situações de cada mulher, sem um critério previamente definido. Informou, ainda, que, como eventualmente há informações sigilosas na ficha, não teria autorização para abrir acesso ao arquivo.

Sobre o número de presas custodiadas em fevereiro e agosto de 2018, afirmou que, em razão da decisão do *habeas corpus*, possuía uma listagem, mas exclusivamente das grávidas ou mães acompanhadas dos filhos na unidade. Salientou que não teria como apresentar dados de mulheres presas cujos filhos estivessem fora da prisão, porque não dispunha de dados oficiais sobre a existência dos filhos vivendo extramuros.

Perguntada, então, como o sistema penitenciário cumpriu a ordem do *habeas*

corpus 143.641/SP se não há informação sobre os filhos das presas que se encontram fora do sistema prisional, informou que ela mesma passou nas celas informando as mulheres sobre a necessidade de contatar as famílias e obter uma cópia da certidão de nascimento, para juntar aos autos e informar ao juízo sobre a circunstância.

Relatou que a Direção da Penitenciária Feminina do Paraná oficiou nos processos daquelas mulheres que conseguiram contato com as famílias e lograram obter uma certidão de nascimento, informando sobre o fato de serem mães de crianças, nos termos do art. 318/CPP. Disse que cada juiz responsável pelo processo analisou o ofício. Informou que não saberia dizer quantos ofícios foram expedidos nem quantas mulheres foram liberadas em razão deles, porque não realizou um controle sobre o número de ofícios e que no alvará de soltura não constam as razões do juízo a respeito da concessão da liberdade.

Perguntada se poderia responder a um questionário que eu pretendia encaminhar por e-mail com esses esclarecimentos, informou que poderia fazê-lo sem objeções. Nesse contato telefônico, ficou nítida a preocupação da Vice-Diretora da Penitenciária com a situação das mulheres, e a sua disposição em fazer o que estivesse ao seu alcance para o cumprimento da ordem do *habeas corpus*.

Conforme combinado, a Vice-Diretora da unidade me encaminhou uma listagem contendo o número de presas grávidas ou acompanhadas de seus filhos em fevereiro de 2018 e outra contendo o número de presas nessas condições em agosto de 2018, seus nomes, nomes e data de nascimento dos filhos, número dos autos e a condição da prisão (condenada ou presa provisória). Encaminhou ainda um relatório de informações penitenciárias, o último a ser apresentado ao departamento penitenciário. Informou que não tinha acesso aos relatórios anteriores (anexo 1).

Em 25/11/18, encaminhei o questionário conforme combinado previamente. Em 27/11/2018, obtive a resposta do questionário (anexo 2). Juntamente com a resposta do questionário, foi-me encaminhada uma listagem com o levantamento de dados de mulheres com filhos de até 12 anos, inclusive crianças que se encontram fora do sistema penitenciário.

De posse da listagem com o número de presas grávidas ou acompanhadas de seus filhos em fevereiro de 2018 e em agosto de 2018, seus nomes e número dos autos, deu-se início à pesquisa das peças processuais dos autos.

Na listagem das mulheres presas em fevereiro de 2018 constam 26 mulheres, sendo 16 presas em razão de uma decisão cautelar e 10 presas em razão de cumprimento de pena. Conforme já referido, o critério de inclusão na pesquisa era a

circunstância de a mulher estar presa em razão de uma decisão cautelar, excluindo-se as mulheres encarceradas em razão de cumprimento de pena. Desta lista, foram pesquisados processos de 16 mulheres, portanto.

Nas listagem das presas em agosto de 2018 havia 25 mulheres, sendo 17 presas em razão de uma decisão cautelar e 08 presas em razão de cumprimento de pena. Seguindo o mesmo critério anterior, foram pesquisados processos de 17 mulheres desta listagem.

O universo de mulheres objeto da pesquisa foram 33, considerando a soma das duas listagens.

Os autos dos processos eram todos eletrônicos, provenientes de diversas comarcas do Estado do Paraná. Necessitava-se da chave dos autos para acesso à sua íntegra, os quais foram obtidos mediante comunicação (telefone, email ou ofício) com as varas criminais responsáveis pelos respectivos processos.

Não houve êxito na obtenção de acesso de 11 autos eletrônicos, pelos seguintes motivos: falta de retorno da Vara responsável ao ofício de solicitação de acesso; por não conseguir contato com a Vara Criminal responsável; por falta de retorno da Vara responsável ao e-mail de solicitação e em razão da negativa pela Vara responsável, decorrente do sigilo dos autos.

A falta de acesso aos supracitados autos excluiu da análise os processos de 11 presas, o que resulta num universo de pesquisa 21 mulheres. A diferença numeral se dá pelo fato de eventualmente uma mulher ter mais de um processo com mandado de prisão provisória e também por um processo ter eventualmente mais de uma mulher com mandado cumprido em seu desfavor.

Após essa fase, passou-se à localização e separação, nos processos em relação aos quais foi obtido acesso, das peças processuais que foram analisadas quantitativamente. No curso da pesquisa, verificou-se que, embora se tivesse obtido o acesso a um determinado processo, havia autos apensados ou desdobrados em relação aos quais não foi possível acessá-los integralmente. Essa dificuldade de acesso ocorreu sobretudo nos casos de *habeas corpus*, pois muitos deles acabam não ficando vinculados aos autos, o que dificulta a sua localização, ou a eles é atribuído segredo de justiça, o que impediu o acesso às respectivas informações, inclusive, em relação ao respectivo paciente.

As peças/manifestações objeto de análise foram: auto/mídia de interrogatório do momento da prisão, termo/mídia de audiência de custódia, manifestação da defesa na qual se requereu a liberdade provisória ou substituição da prisão preventiva por prisão

domiciliar, ofício da Penitenciária Feminina do Paraná informando a condição de grávida ou acompanhada de filho, manifestação do Ministério Público sobre o pedido, decisão que apreciou o pedido (decretação da prisão preventiva, negativa de pedido de liberdade provisória, e/ou decisão que concedeu a liberdade provisória ou substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, e/ou decisão em *habeas corpus*).

As peças que cumpriram o critério foram objeto de análise quanto aos seguintes dados:

- a) quanto à mulher: nome e data da prisão;
- b) quanto ao interrogatório do momento da prisão: data, informação sobre filhos ou gravidez;
- c) quanto à audiência de custódia: data, informação sobre filhos ou gravidez;
- d) quanto à manifestação da defesa/ofício da Penitenciária Feminina do Paraná: data, presença de pedido de liberdade ou substituição da prisão provisória por prisão domiciliar, origem do pedido (defensoria, advogado constituído, advogado dativo ou ofício da unidade prisional), presença da informação de que é gestante ou mãe de filho de até 12 anos;
- e) manifestação do Ministério Público: data, mérito da manifestação, se favorável ou desfavorável à substituição da prisão, mobilização da informação de que é gestante ou mãe de filho de até 12 anos;
- f) decisão judicial: origem da decisão (primeiro grau, segundo grau, Superior Tribunal de Justiça, ou mutirão), mérito da decisão, se favorável ou desfavorável à substituição, motivo da ordem cautelar, mobilização da informação de que é gestante ou mãe de filho de até 12 anos.

A análise dos dados ocorreu entre as datas de 26/11/2018 e 11/12/2018.

3.2.3 Dos achados de pesquisa

Em decorrências das providências adotadas no percurso de pesquisa, pode-se definir como achados de pesquisa, que serão objeto de análise:

- a) uma listagem com o nome da mulher presa, nome da criança, data de nascimento, natureza da ordem de prisão (se provisória ou se decorrente de cumprimento de sentença) e o número dos autos, das mulheres grávidas ou acompanhadas de seus filhos na unidade prisional, em fevereiro de 2018;
- b) uma listagem com o nome da mulher presa, nome da criança, data de nascimento, natureza da ordem de prisão (se provisória ou se decorrente de cumprimento

de sentença) e o número dos autos, das mulheres grávidas ou acompanhadas de seus filhos na unidade prisional, em agosto de 2018;

c) Relatório de Informações Penitenciárias relativas ao período de julho a dezembro de 2017, no qual constam informações que foram prestadas ao departamento penitenciário nacional (anexo 1).

d) Resposta ao questionário (anexo 2).

e) Levantamento de dados de mulheres presas na Penitenciária Feminina do Paraná, com filhos de até 12 anos de idade, com o nome da mulher, data de nascimento, natureza da prisão (se provisória ou com condenação), se gestante, quantidade e idade dos filhos e o número do processo judicial.

As listagens com os nomes das mulheres e dados sobre seus filhos (itens "a", "b" e "e") não foram anexadas a essa pesquisa para evitar a exposição das informações.

3.3 MÃES: UM PONTO CEGO NO SISTEMA

A pesquisa empírica que se desenvolveu tinha como objetivo avaliar quantitativamente o impacto que a Lei 13.257/16 (março de 2016) e a decisão do *habeas corpus* 143.641/SP (fevereiro de 2018) tiveram no desencarceramento de mulheres.

3.3.1 Dados relativos ao cumprimento da Lei 13.257/16

No que diz respeito ao cumprimento do Estatuto da Primeira Infância, os achados da pesquisa não são conclusivos para avaliar se houve ou não o cumprimento da lei nos seis primeiros meses de sua edição.

Conforme resposta ao questionário enviado à Vice-Diretoria da Penitenciária Feminina do Paraná, não há registros oficiais na unidade sobre a quantidade de gestantes ou mulheres acompanhadas de filhos, nem sobre mulheres cujos filhos se encontram fora da unidade prisional, ou sequer os números dos respectivos autos, nas duas datas pesquisadas, março e setembro de 2016. A razão informada pela unidade é de que:

A Penitenciária Feminina do Paraná, assim como todas as unidades prisionais do Estado do Paraná, possuem apenas um sistema de Registro de Informações Penitenciárias (SPR), o qual opera em sistema DOS. Nesse programa, não há campo para registro relativo a crianças ou mulheres gestantes. Periodicamente a PFP envia relatórios para órgãos como o CNJ e o Ministério Público, contudo, não há arquivos na unidade desses relatórios. (Anexo1)

A Vice-Diretora da Penitenciária informou que encontrou em um arquivo pessoal um relatório mensal enviado ao Conselho da Justiça Federal, relativo aos dados da Penitenciária Feminina do Paraná em fevereiro de 2016 no qual constam 07 presas gestantes e 07 presas acompanhadas de seus filhos. Informou ainda que, em arquivo pessoal, encontrou em setembro de 2016 um relatório com 07 presas gestantes e 07 presas acompanhadas de seus filhos.

Algumas conclusões se extraem da resposta:

a) Segundo o arquivo pessoal da Vice-Diretora da Penitenciária, o número de presas gestantes e presas acompanhadas dos seus filhos, em fevereiro de 2016 e setembro de 2016, manteve-se inalterado:

- Fevereiro de 2016: 07 gestantes e 07 mães acompanhadas de filhos;
- Setembro de 2016: 07 gestantes e 07 mães acompanhadas de filhos.

A edição da Lei 13.257/16 parece não ter apresentado impactos quantitativos no número de mulheres presas, dado que o número permaneceu o mesmo na variação entre fevereiro e setembro de 2016.

É possível se cogitar, por hipótese, no entanto, que a Lei 13.257/16 tenha sido aplicada, mesmo que em alguns casos, o que teria sido responsável pela manutenção do número de mulheres presas gestantes ou acompanhadas dos seus filhos no mesmo patamar. Ou seja, a previsão legal teria impedido a ampliação do número de mães em cárcere.

A resposta a essa pergunta poderia ser confirmada caso tivéssemos acesso aos números dos autos das mães presas em fevereiro de 2016, o que, no entanto, não foi possível obter, conforme resposta ao questionário.

b) Existe uma fragilidade no tratamento das informações sobre o número de mulheres, grávidas ou mães de filhos de até 12 anos, presas em fevereiro e agosto de 2016.

Embora os dados sobre gestantes e mães acompanhadas dos filhos estejam disponíveis em arquivo pessoal, ou eventualmente constem em relatório junto ao DEPEN, a unidade prisional não tem como apresentar um dado oficial sobre esses números. Do mesmo modo, não tem como apresentar o número dos autos dos processos dessas mulheres, a partir dos quais seria possível analisar a aplicação ou não do art 318 do

Código de Processo Penal.

Não há informações, ademais, sobre o número de mães de filhos que vivam extramuros, seus nomes, idade e quantidade de filhos.

Trata-se de um déficit estatístico, já denunciado no item 3.1 deste trabalho.

Já se registrou nesta pesquisa que, quando da publicação do Infopen 2015, o Departamento Penitenciário Nacional já havia reconhecido "uma deficiência grande de dados e indicadores sobre o perfil de mulheres em privação de liberdade nos bancos de dados oficiais dos governos, o que contribui para a invisibilidade das necessidades dessas pessoas."²⁵⁷

c) Não há uma política institucional oficial de tratamento dos dados sobre o número de mulheres presas, mediante um sistema informatizado que seja capaz de apresentá-los em determinado corte temporal, ou que dê adequado tratamento às informações a respeito de gravidez e presença de filhos de até 12 anos. O sistema informatizado utilizado pela unidade prisional é, portanto, cego não apenas quanto ao número de mulheres, mas também quanto à presença de mulheres grávidas ou mães e seus filhos.

Segundo informações prestadas pela Vice-Diretora da Penitenciária Feminina do Paraná, as circunstâncias pessoais das presas são anotadas em fichas de papel, segundo a importância atribuída pelo gestor do sistema. Tais fichas não estão, no entanto, organizadas por data, e seus dados não podem ser tabulados.

Os dados sobre mulheres presas se concentram, portanto, no Departamento Penitenciário Nacional. Ele mesmo não possui os dados, mas depende das informações prestadas pelos Estados. O Estado do Paraná, por sua vez, opera em um sistema DOS, que não permite a pesquisa por corte temporal e, nesse programa, não há campo para registro relativo a gestantes ou mães e seus filhos, dentro e fora da prisão.

Assim, em que pese os eventuais esforços dos gestores na anotação das fichas do máximo de informações necessárias ao bom atendimento da população carcerária, o fato é que a ausência de uma política institucional oficial de tratamento desses dados constitui-se em uma faceta perversa do sistema, pois representa obstáculos ao exercício de direitos das presas.

²⁵⁷ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>, p. 5. Acesso em 19/02/2019.

d) A Direção da Penitenciária Feminina do Paraná respondeu que o registro de mulheres grávidas ou mães pode eventualmente constar de relatórios enviados ao Departamento Penitenciário Nacional nas épocas mencionadas.

De fato, a Vice-Diretora da unidade forneceu um Relatório de Informações Penitenciárias enviado ao Departamento Penitenciária Nacional. Esse relatório apresenta dados entre julho e dezembro de 2017, período que não é propriamente objeto da pesquisa. Segundo a Vice-Diretora, no entanto, é o único a que ela teve acesso.

Embora esse relatório não seja relacionado ao período objeto da pesquisa, contém dados relevantes, que podem lançar luzes sobre o déficit de informações que se denuncia aqui.

No item 5.9 do relatório, relacionado ao perfil das presas, consta o número total de gestantes (na época, 11 mulheres) e o número de lactantes (na ocasião, 12 mulheres). Consta ainda no relatório a informação sobre o número de crianças que acompanhavam suas mães na prisão; na época, eram 12 menores:

5.9 - Faixa etária dos filhos que estão no estabelecimento (aplicável apenas para estabelecimento com mulheres)

0 a 6 meses - 10

mais de 6 meses a 1 ano - 2

Quantidade de gestantes - 11

Quantidade de lactantes - 12

Há informação, portanto, sobre gestantes e mães acompanhadas de seus filhos na prisão.

O Relatório de Informações Penitenciárias de julho a dezembro de 2017 declara, no entanto, que a Penitenciária Feminina do Paraná não dispõe dos dados sobre o número de filhos das mulheres presas os quais se encontrem fora da unidade prisional. Constata-se no item 5.10 do relatório:

5.10 - Número de filhos/as"

O estabelecimento tem condições de obter essas informações em seus registros?

Não.

É válido afirmar, portanto, que os relatórios encaminhados periodicamente pela Penitenciária Feminina do Paraná ao DEPEN não apresentam informações sobre filhos que não acompanham suas mães no cárcere.

Em resposta ao questionário, a Vice-Diretora informou ainda que a unidade encontra-se sem assistente social há mais de um ano, o que prejudica a coleta de dados, particularmente, dos filhos que se encontram fora da prisão. O sistema desconhece, portanto, quem são as mães desses filhos, embora elas pudessem ter, a depender de

uma decisão judicial, acesso à prisão domiciliar.

A circunstância da gravidez, passados os primeiros meses da gestação, impõe-se fisicamente. A gravidez aparece e, em geral, pode ser notada, embora possa se escolher ignorá-la. Caso a mãe esteja recolhida na unidade prisional acompanhada do seu filho, do mesmo modo, é de supor que o sistema penitenciário tenha conhecimento da existência desta criança, afinal, ela se apresenta em um corpo. Não é possível negar a presença de um corpo de criança. Mais uma vez, aqui, aparecem os corpos e suas correlações com o espaço prisional.

O sistema prisional talvez preferisse desprezar a gravidez, como em muitas vezes o faz quando a mulher está em trabalho de parto, e a necessidade de cuidados médicos é obliterada. Talvez preferisse ignorar a criança no seu espaço, afinal, infância não combina com confinamento. Mas a existência corpórea da gestação e da criança, em si mesma, é uma realidade (incômoda) para o sistema, mesmo que suas necessidades sejam ignoradas.

Mas e as crianças de até 12 anos, filhas de mães presas, que vivem fora dos muros? Elas existem? Sim, existem, aos milhares, mas não para o sistema penitenciário. A invisibilidade dessa maternidade (não) vivenciada à distância, a cegueira do sistema, característica da materialização do modelo hegemônico masculino, revela seu lado mais perverso, qual seja inviabilizar o exercício de direitos das mulheres, embora esteja ele previsto em lei.

Assim, em que pesem os esforços legislativos no sentido de promover o desencarceramento de mulheres mães ou grávidas, sobre o qual se falou no item anterior, há uma falha institucional relacionada ao registro das condições para a aplicação do benefício, qual seja, a presença de filhos de até 12 anos que não acompanham suas mães no cárcere.

3.3.2 Dados relativos ao cumprimento da ordem no *habeas corpus* 143.641/SP

No que diz respeito ao cumprimento da ordem no *habeas corpus* 143.641/SP, os achados da pesquisa são mais consistentes do que aqueles relacionados ao cumprimento do Estatuto da Primeira Infância nos seus primeiros seis meses de vigência, particularmente, sobre os números de mulheres grávidas ou acompanhadas de filhos na prisão.

a) Quanto às mulheres grávidas ou acompanhadas de filhos na prisão, a unidade prisional apresentou dois relatórios.

Considerando apenas os números de mulheres presas em razão de decisões provisórias (cautelares)²⁵⁸ nas datas de fevereiro e agosto de 2018, os números são os seguintes:

- Fevereiro de 2018: 16 mulheres;
- Agosto de 2018: 17 mulheres.

A comparação quantitativa do número de presas antes da ordem do *habeas corpus*, e depois dela, 16 e 17 mulheres, respectivamente, aponta para o que pode ser considerada a manutenção do número total de presas (aumento de 6,25%).

Há que se verificar, porém, caso a caso, as mulheres que estavam presas em fevereiro de 2018 e que eventualmente tenham sido beneficiadas com a substituição da prisão em cumprimento à ordem do *habeas corpus*, uma vez que o cumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, a despeito de não ter operado uma alteração consistente do número total de presas (grávidas ou mães acompanhadas de crianças), pode ter evitado que esse número tivesse aumentado.

Analisando os processos daquelas que estavam em privação de liberdade em fevereiro de 2018, das 16 presas (gestantes ou acompanhadas de filhos na prisão), obteve-se acesso ao processo de 12 mulheres.

Quando do acesso aos autos, o que ocorreu entre 26/11/2018 e 11/12/2018, percebeu-se que nessa ocasião, 4 haviam sido soltas e 8 estavam presas. Das que ficaram presas, 7 passaram a cumprir pena e 1 teve a manutenção de sua prisão preventiva, quando da decisão de pronúncia.

Dentre as 4 que foram soltas, 1 teve decisão favorável em razão da gravidez e filhos, ainda que a decisão não tenha invocado o *habeas corpus* propriamente dito. E 1 teve invocado expressamente o cumprimento da ordem na decisão. As outras 2 tiveram a

²⁵⁸ Também foram excluídos da pesquisa processos judiciais cujas mulheres, à data de corte da pesquisa, fevereiro e/ou agosto de 2018, estivessem presas em razão de sentença penal condenatória. Há mulheres em relação às quais há mais de um processo judicial. Nesses casos, as ordens de prisão podem existir em razão de uma sentença penal condenatória e/ou em razão de uma decisão cautelar, provisória (prisão preventiva). Como o objeto de análise é o cumprimento do Art. 318 do Código de Processo Penal, que diz respeito à substituição da prisão preventiva, de natureza cautelar, portanto, a pesquisa se limitou a analisar os processos das mulheres cuja causa da prisão era uma decisão cautelar, excluindo-se os processos de execução penal. Foram excluídas também as mulheres cuja única causa da prisão era uma decisão de cumprimento de pena.

soltura determinada devido à absolvição e perda dos motivos de deram ensejo à custódia cautelar.

Importante ressaltar que para a contabilização foi considerada apenas a última decisão sobre prisão cautelar proveniente dos autos de conhecimento, proferida até a data da pesquisa (entre 26/11/2018 e 11/12/2018), uma vez que o objetivo da investigação era analisar o impacto, naquela data, da aplicação do art. 318/CPP e da ordem de *Habeas Corpus* proferida pelo Supremo Tribunal Federal. Por tais motivos, não foram consideradas aqui eventuais decisões sobre a prisão cautelar proferidas anteriormente. Necessário fazer essa ressaltava, porque se observou a presença de processos nos quais as mulheres, embora em algum momento processual tenham obtido a substituição da prisão, acabaram tendo o benefício revogado posteriormente.

As decisões consideradas para este fim foram proferidas em 22/02/2018; 28/02/2018; 10/03/2018; 14/03/2018; 28/05/2018; 05/06/2018; 29/06/2018; 26/07/2018; 12/09/2018; 09/11/2018 e 26/11/2018.

O que se descortina dos números acima apresentados, é que de um universo de 12 mulheres, apenas um terço delas acabaram sendo soltas. Deste já pequeno número, apenas duas delas, ou seja, 1/6 do número total ou 16,6%, conseguiram alcançar a substituição da prisão provisória pela prisão domiciliar em razão da condição de gravidez ou maternidade.

É possível concluir, portanto, apesar do restrito universo da presente pesquisa, o alcance limitado do benefício do art. 318 do Código de Processo Penal, mesmo após a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no *Habeas Corpus* 143.641/SP.

b) Quanto às mulheres presas, cujos filhos se encontram fora da prisão, há omissões que parecem ter uma mesma causa, já denunciada no item anterior: a falta de tratamento adequado para os dados a respeito da existência de filhos, quando esses não acompanham suas mães no cárcere.

Em resposta ao questionário, perguntada sobre o número de presas mães, com filhos fora da prisão, em fevereiro e agosto de 2018, a Vice-Diretora da unidade respondeu: “Não há registros oficiais na PFP acerca desse dado”.

Questionada sobre quais os procedimentos adotados pela unidade para dar cumprimento à ordem judicial de conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar, especificamente quanto às mães, cujos filhos se encontram fora da prisão, em relação aos quais a unidade respondeu não dispor de dados oficiais, a Vice-Diretora da unidade prisional informou que:

Recentemente a unidade penal realizou um censo visando o levantamento da informação de quais seriam as mulheres mães de filhos menores de 12 anos ou deficientes. Tal levantamento foi encaminhado ao Depen-PR para posterior transmissão à Diretoria e Políticas Penitenciárias do Ministério de Justiça (segue a mesma em anexo).

Essa informação parece confirmar o relato feito pela Vice-Diretora em contato telefônico, no sentido de que, para o cumprimento da ordem judicial, e com o propósito de realizar um levantamento sobre as mães com filhos fora da prisão, ela mesma visitou nas celas comunicando as mulheres sobre a necessidade de contatar as famílias e obter uma cópia da certidão de nascimento, para juntar aos autos e informar ao juízo sobre a presença da circunstância legal que permite a substituição do prisão.

O procedimento, embora louvável da parte da Direção da unidade, não é seguro. É uma providência artesanal, cuja tomada dependerá sempre dos *bons propósitos* do gestor que ocasionalmente se encontre nessa posição. O exercício de direitos das mulheres não pode estar à mercê das boas intenções dos servidores públicos. Merece ser tratado com seriedade institucional, haja vista que tais mulheres estão sob inteira custódia do Estado, subtraídas de poderes de decisão sobre os seus destinos.

A resposta ao questionário levanta ainda outros entraves ao exercício do direito das mulheres previsto no art. 318/CPP: a falta de documentos de comprovação da filiação, a ausência de defesa constituída e o entendimento contrário do juiz responsável pelo processo:

Muitas mulheres foram beneficiadas pelo HC, contudo, muitas outras deixaram de ser, seja pela ausência documental, que impediu que a unidade penal oficiasse ao juízo, seja pelo não requerimento por parte da defesa constituída, ou ainda pelo entendimento do juízo responsável pelo processo de que, apesar da condição especial de gestante ou lactante, a mulher deveria permanecer presa.

Estas faltas são consequências da condição de extrema vulnerabilidade social da população carcerária e, como tal, não pode ser ignorada pelas políticas adotadas no sistema penitenciário.

O fenômeno da ausência documental pôde ser observado inclusive nos autos 0021360-04.2018.8.16.0013 e 0037888-55.2018.8.16.0000, onde a Defensoria Pública requereu, respectivamente, a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar e a ordem de *habeas corpus*, mas teve ambos os pedidos negados, sendo que um dos motivos para as negativas foi a não apresentação de certidão de nascimento do filho da presa, o qual contava com 4 anos de idade.

Importante a transcrição da justificativa da Defensoria Pública nos autos 0021360-04.2018.8.16.0013, por deixar de juntar aos autos aquele documento:

"A Defensoria Pública vem informar que não possui acesso à certidão de nascimento do filho da acusada, eis que se trata de assistida presa. Assim, se baseia a Defensoria Pública nas informações prestadas pela assistida em audiência, bem como informação da Diretora da unidade prisional em que a acusada se encontra (seq. 81.1). Não obstante, requer seja deferido o pedido, tendo em vista se tratar de acusada gestante, não se opondo à fixação de prazo para que após a soltura a acusada apresente a referida certidão de nascimento de seu filho menor."

A soma de tantos obstáculos fincados no caminho do exercício dos direitos das presas acaba por dar ensejo à realidade que se apresenta na listagem das mulheres que compôs o censo elaborado pela Penitenciária Feminina do Paraná, a que se referiu a resposta transcrita acima.

O documento, denominado *Levantamento de dados de mulheres no sistema prisional - processo habeas corpus coletivo 143641*, revelou que, em novembro de 2018, aproximadamente nove meses após a decisão do Supremo Tribunal Federal, havia algo em torno de 100 mulheres na Penitenciária Feminina do Paraná, presas provisórias, mães de filhos com idades até 12 anos, que teoricamente poderiam ter sido beneficiadas pela ordem de *habeas corpus*.

Essa informação não contrasta com a realidade apontada no despacho proferido pelo Ministro Ricardo Lewandowski, em 24 de outubro de 2018, nos próprios autos do *Habeas Corpus* 143.641/SP, segundo o qual, em outros estados da Federação, também se apresentam dificuldades ao cumprimento da ordem.

Consta na decisão informação do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN no sentido de que havia 10.693 mulheres que seriam, em princípio, elegíveis para a concessão da prisão domiciliar, sendo que apenas 426 tiveram a prisão domiciliar concedida.²⁵⁹

No despacho proferido pelo Ministro, são apontadas como determinantes para o descumprimento da ordem as decisões judiciais proferidas pelos juízes e tribunais responsáveis pelo processo.

Nesta parte do trabalho, pretende-se lançar luzes a respeito de um obstáculo prévio à própria decisão judicial que deixa de cumprir a decisão do Supremo Tribunal

²⁵⁹ Decisão publicada no DJE nº 228 divulgado em 25/10/2018, disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15338913041&ext=.pdf>>. Acesso em 19/02/2019.

Federal: o déficit de uma política institucional adequada para tratamento de dados pelo sistema penitenciário, informações essas relevantes no caso de aprisionamento feminino.

A ausência de informações oficiais sobre filhos já vem sendo denunciada há anos. O Infopen de junho de 2016²⁶⁰, levantamento nacional de informações penitenciárias, apresentado sem recorte de gênero, que inclui, portanto, tanto a população prisional masculina quanto a feminina, registrou que a informação sobre a quantidade de filhos de pessoas presas estava disponível na ocasião, para apenas 9% da população prisional, o que caracteriza a baixa representatividade da amostra coletada.

O Infopen Mulheres²⁶¹, divulgado em 2018, também denunciou a falta de informações sobre filhos:

A segunda edição do Infopen Mulheres aborda, novamente, a questão sobre o número de filhos das pessoas privadas de liberdade no Brasil. Apontando para a necessidade de considerarmos o impacto do encarceramento sobre as famílias e comunidades das pessoas presas, mais uma vez propusemos aos gestores responsáveis pelo preenchimento de formulários do Infopen que coletassem informações primárias acerca da quantidade de filhos das pessoas presas. A disponibilidade de informação sobre o número de filhos, no entanto, permanece baixa em todo o país e foi possível analisar dados referentes a apenas 7% da população prisional feminina em Junho de 2016, o que corresponde a uma amostra de 2.689 mulheres sobre as quais se tem informações.

(...)

Dada a baixa representatividade da amostra coletada, não é possível extrair conclusões para a totalidade da população prisional feminina no Brasil.

(...)

O Gráfico 18 mostra que 74% das mulheres privadas de liberdade têm filhos. Ao analisarmos os dados referentes aos homens para o mesmo período, temos que 53% dos homens que se encontram no sistema prisional declararam não ter filhos.

As Regras de Bangkok – regras mínimas para o tratamento da mulher presa e medidas não privativas de liberdade para as mulheres em conflito com a lei – aprovadas em dezembro de 2010 pela Assembleia Geral da ONU, especificam a necessidade de registro do número e dados pessoais dos filhos das mulheres que ingressam nas prisões, determinando a inclusão de seus nomes, suas idades e, quando não acompanharem a mãe, sua localização e situação de custódia ou guarda.

Desde 2010, já se reconhecia a necessidade de o sistema penitenciário tratar adequadamente os dados relevantes para a garantia de direitos das mulheres presas.

²⁶⁰ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen 2016. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>, p. 39. Acesso em 19/02/2019.

²⁶¹ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf> p. 50-51. Acesso em 19/02/2019.

Causa perplexidade, portanto, o tratamento dos dados sobre mulheres presas adotado pela Resolução nº 251 do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu e regulamentou o Banco Nacional de Monitoramento de Presos - BNMP, o qual tem por objetivo identificar, em tempo real e de forma individualizada, as pessoas privadas de liberdade, procuradas e foragidas, com a listagem nominal e identificação única.

Neste trabalho, já se reconheceu a importância da criação do BNMP, bem como que a Resolução nº 251 do Conselho Nacional de Justiça representou um importante passo no sentido de preencher uma grave lacuna no sistema de informações sobre o número de presos no país.

Isso não exclui o fato, no entanto, de constar na Resolução uma grave omissão que tem impactos profundos no exercício do direito à substituição da prisão previsto no art. 318/CPP.

O item I, do Anexo da Resolução, elenca as informações que constam no cadastro da pessoa privada de liberdade, quais sejam: fotografia, nome, alcunha, nome da mãe, nome do pai, data de nascimento, sexo, estado civil, cor/raça, escolaridade, profissão, nacionalidade, naturalidade, orientação sexual, número de telefones, endereço e correio eletrônico, eventual presença de condição gravídica ou de lactação, eventual condição de pessoa com necessidades especiais, de dependência química, endereço, documento de identificação e características físicas relevantes. Nenhuma menção a filhos, quantidade, suas idades, localização e situação de custódia ou guarda.

O que se percebe, portanto, é que, mesmo depois de o legislador reconhecer a necessidade de tratamento adequado à condição das mulheres no cárcere, de modo particular a partir da compreensão de que são elas as principais responsáveis pelos seus filhos, mediante a elaboração de lei que prevê uma hipótese de conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar, uma *aparente* neutralidade do tratamento adotado no sistema institucional impede o exercício pleno dos seus direitos.

Já se afirmou neste trabalho que a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, promulgada pelo Decreto nº 4.377/02, determinou que a adoção pelos Estados-Partes de medidas especiais, inclusive as contidas na Convenção, destinadas a proteger a maternidade, tal qual a previsão do art. 318 do Código de Processo Penal, não será considerada discriminatória.

Nos termos da Convenção, ainda, constitui discriminação toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e

liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

O déficit institucional de tratamento das informações a respeito da presença de filhos das mulheres presas, de modo particular os que se encontram fora do sistema prisional, constitui uma modalidade de discriminação. Trata-se de restrição que tem por resultado prejudicar o exercício, pela mulher, de direito fundamental relacionado à sua liberdade, e o pleno exercício da maternidade, bem jurídico, ele mesmo, objeto de proteção Constitucional e Convencional.

Não importa para a caracterização de uma conduta estatal discriminatória que seja ela não intencional, ou que seja decorrente de uma medida aparentemente neutra adotada pelo sistema estatal. Nas hipóteses em que a prática estatal discriminatória não é intencional, mas mero resultado do sistema institucional que produz impacto diferenciado sobre indivíduos ou grupos, o direito da antidiscriminação a inclui na categoria de discriminação indireta.

Sobre a categoria jurídica da discriminação indireta, a lição de Roger Raupp Rios:

A discriminação, com efeito, é um fenômeno objetivo e difuso. Seu enfrentamento exige, muito além da censura às suas manifestações intencionais (explícitas ou encobertas), o cuidado diante de sua reprodução involuntária. Mesmo onde e quando não há vontade de discriminar, distinções ilegítimas nascem, crescem e se reproduzem, insuflando força e vigor em estruturas sociais perpetradoras de realidades discriminatórias. Diante dessa realidade, a formulação do conceito de discriminação indireta ganha especial relevo e importância. De fato, muitas vezes a discriminação é fruto de medidas, decisões e práticas aparentemente neutras, desprovidas de maior justificação, cujos resultados, no entanto, têm impacto diferenciado perante diversos indivíduos ou grupos, gerando e fomentando preconceitos e estereótipos inadmissíveis do ponto de vista constitucional.²⁶²

Sobre essa afirmação, poder-se-ia argumentar que a causa do déficit de proteção ao direito das mães presas não decorre propriamente da ausência de informações nos sistemas penitenciários sobre a existência dos filhos, mas da ausência de defesa processual penal adequada, da parte dos advogados das mulheres.

Sem dúvida, a prestação de uma defesa processual eficiente no caso das mulheres, mães de filhos com idade até 12 anos, poderia ter o efeito de garantir o pleno exercício dos seus direitos.

²⁶² RIOS, Roger Raupp. **Direito da Antidiscriminação**: discriminação direta, indireta e ações afirmativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, p. 117.

Ocorre que essa experiência não é realidade no cotidiano das pessoas presas. A população carcerária em sua ampla maioria é constituída de pessoas que compõem o extrato economicamente mais desfavorecido da sociedade, o que inviabiliza a contratação de advogados. A defesa processual poderia, neste caso, ser prestada pela Defensoria Pública do Estado, cuja estrutura para atender a todo o contingente de presos é deficitária ou por advogados dativos, os quais nem sempre conseguem acesso a todas as informações específicas do caso concreto.

Por tal motivo, a catalogação das informações sobre as pessoas submetidas ao cárcere não deveria se restringir aos dados imprescindíveis ao exercício da persecução penal, mas também àqueles indispensáveis ao exercício de direitos, de modo especial, se estiverem relacionados às condições especiais de determinada categoria ou grupo.

3.3.3 O déficit de dados e seu impacto na aplicação da Lei 13.769/18

Por fim, necessário enfatizar que os efeitos que a ausência de dados sobre os filhos das presas impõem ao exercício dos direitos das mulheres não se limitam às restrições à aplicação do art. 318 do Código de Processo Penal, que prevê uma faculdade ao juiz de substituir a prisão preventiva em prisão domiciliar, norma legal que deu ensejo ao desenrolar dessa pesquisa.

Tais restrições se estendem à aplicação da legislação recentemente editada, Lei 13.769/18, de 19 de dezembro de 2018, que incluiu o art. 318-A no Código de Processo Penal e disciplinou o regime de cumprimento da pena privativa de liberdade.

A Lei 13.769/18, incluiu o art. 318-A no Código de Processo Penal e disciplinou o regime de cumprimento da pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação do art. 318.

Enquanto o art. 318/CPP estabelece uma faculdade ao juiz, que *poderá* substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar, nos casos (que interessam ao presente estudo) em que o agente for gestante ou mulher com filho de até 12 anos incompletos, o art. 318-A do Código de Processo Penal impõe uma *obrigação* ao juiz, ao afirmar que a prisão preventiva *será substituída*, nas mesmas hipóteses do art. 318/CPP (gestante ou mães ou responsável por crianças), desde que: a) não tenha cometido o crime com violência ou grave ameaça à pessoa, e/ou b) não tenha cometido crime contra seu filho ou dependente.

Vale dizer, o juiz *deverá* substituir a prisão no caso de mãe grávida ou responsável por criança, desde que ela não tenha cometido o crime com violência ou

grave ameaça à pessoa, e/ou não tenha cometido crime contra seu filho ou dependente. *Poderá fazê-lo*, para as grávidas ou mães, nos demais casos, mesmo que presentes tais circunstâncias (violência ou grave ameaça e/ou crime cometido contra filho ou dependente).

A nova lei também instituiu um regime de cumprimento da pena mais favorável às mulheres gestantes ou mães responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência, estabelecendo como requisito para a progressão de regime o cumprimento de 1/8 da pena no regime anterior, ao contrário da antiga previsão de 1/6 da pena, desde que: a) não tenha cometido o crime com violência ou grave ameaça à pessoa; b) não tenha cometido crime contra seu filho ou dependente; c) ser primária e ter bom comportamento carcerário; d) não ter integrado organização criminosa.

O benefício se estende aos crimes hediondos, entre eles, o tráfico ilícito de entorpecentes. A nova legislação tem o propósito evidente de ampliar a proteção às mulheres presas.

O presente trabalho, em razão da limitação de tempo entre a edição da lei e o prazo para sua conclusão da pesquisa, deixará de verticalizar o estudo a respeito da nova lei.

É possível prever, no entanto, que para a aplicação dos benefícios previstos na nova legislação, tal qual a aplicação do art. 318/CPP, será indispensável a comprovação da gravidez e da presença dos filhos.

Não basta, neste caso, o empenho do legislador em ampliar os benefícios às mulheres presas. É evidente o propósito desencarcerador dessas medidas, em comunhão com as premissas fincadas pelas Regras de Bangkok e pela Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher. Será indispensável à efetiva aplicação da lei, no entanto, o adequado tratamento estatal dos dados a respeito dos filhos das mães presas, os quais se encontram fora do sistema penitenciário.

O que se percebe, de todo o exposto, é que no caminho do adequado tratamento penal às mulheres grávidas e mães de filhos de até 12 anos há muitos obstáculos, que parecem ser renovar a cada passo que se dê na direção do cumprimento das Regras de Bangkok, da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher e dos princípios que informam o adequado tratamento das presas previstos constitucionalmente.

4 AS DECISÕES JUDICIAIS: DA CEGUEIRA AO SEXISMO

Na presente parte deste trabalho, pretende-se investigar e problematizar os fundamentos utilizados pelas decisões judiciais, a partir dos quais foi negado o benefício da prisão domiciliar previsto no art. 318 do Código de Processo Penal.

O objetivo é observar em que medida o fato de serem gestantes ou mães de filhos menores de 12 anos *importou* na decisão, bem como se essas circunstâncias foram mobilizadas pelos atores do sistema de justiça, e em caso positivo, se essa mobilização se deu em favor ou contra a mulher.

Neste aspecto, a pesquisa pretende oferecer elementos que nos permita debater como a neutralidade do direito, constituído a partir de uma visão hegemônica do masculino, abre espaço para a atuação da dominação masculina (no sentido proposto por Pierre Bourdieu), a qual aloca a mulher em lugares de inferioridade e submissão, *naturalizando* essa condição, e, sutil e inconscientemente, determina violações de direitos humanos sob uma perspectiva de gênero a partir do silenciamento de suas singularidades.

Na sequência, serão analisadas as decisões judiciais quantitativamente, a partir dos seguintes critérios: a) comparação entre o total de decisões proferidas e o total de decisões de deferimento; c) comparação entre o total de pedidos²⁶³ de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar e o total de decisões de deferimento; e d) comparação entre o total de peças processuais e o total de peças processuais que mobilizaram o fato de a mulher estar grávida ou ser mãe.

O objetivo dessa análise é avaliar qual o impacto da previsão do art. 318/CPP e da decisão do *Habeas Corpus* 143.6141/SP nas dinâmicas do sistema de justiça criminal e se é possível estabelecer alguma correlação entre os *discursos* escolhidos pelo sistema de justiça para *medir* as mulheres e o cumprimento da ordem do Supremo Tribunal Federal.

4.1 BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

²⁶³ Aqui incluídos os ofícios expedidos pela Penitenciária Feminina do Paraná informando a situação de gravidez e/ou maternidade.

Para fins de análise dos fundamentos utilizados pelo Poder Judiciário para negar a substituição da prisão provisória pela prisão domiciliar, foram analisadas decisões judiciais de 24 processos de mulheres grávidas e/ou acompanhadas de seus filhos na Penitenciária Feminina do Paraná.

Os processos foram selecionados a partir das listas que compõem o Anexo1 e Anexo2, conforme os critérios descritos no item 3.2 supra. Ou seja, todas as decisões judiciais dos referidos processos, em relação às quais foi possível obter acesso.²⁶⁴

Entre as presas, cujas decisões judiciais foram objeto de análise, há mulheres que foram encarceradas antes e depois da decisão do *Habeas Corpus* 143.641/SP, mas todas elas perderam a liberdade após a edição do Estatuto da Primeira Infância, Lei 13.257/16. As listagens obtidas junto à Direção da Penitenciária Feminina do Paraná diziam respeito a mulheres que se encontravam presas em fevereiro e agosto de 2018. A Lei 13.257/16 foi editada em março de 2016 e a ordem proferida pelo Supremo Tribunal Federal data de 20/02/2018. Apesar disso, em todos os processos há pelo menos uma decisão judicial que foi proferida já sob a égide da decisão do Supremo Tribunal Federal, mesmo para aquelas mulheres que se encontravam em restrição de liberdade antes de fevereiro de 2018.

Necessário salientar que nos referidos processos há em geral mais de uma decisão judicial, seja para conceder ou negar a substituição da prisão provisória. Somente serão apresentadas decisões judiciais que tenham sido proferidas após a notícia da presença das circunstâncias da gravidez ou maternidade, em qualquer dos seguintes momentos processuais: auto/mídia de interrogatório do momento da prisão, termo/mídia de audiência de custódia, manifestação da defesa na qual se requereu a liberdade provisória ou substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, ofício da Penitenciária Feminina do Paraná informando a condição de grávida ou acompanhada de filho.

Os fundamentos selecionados para a análise se circunscrevem, sobretudo, entre aqueles que se repetem com frequência nos processos. Por questão de honestidade acadêmica, registro que os trechos extraídos não constituem os únicos motivos do indeferimento em cada uma das decisões. Em geral, estão acompanhados de outros fundamentos que dizem respeito ao caso concreto.

De qualquer forma, mesmo não se tratando das únicas razões para o

²⁶⁴ A respeito de critérios de inclusão e exclusão, vide itens 3.2.1 e 3.2.2 acima.

indeferimento, sua análise recortada por similaridade de argumento permite verificar a natureza dos *discursos reiteradamente* utilizados, independentemente da consideração da somatória das razões que determinaram o seu resultado. Ou seja, não se discutirá aqui a validade ou invalidade jurídica da conclusão do julgado. Se discutirá a validade ou invalidade da utilização de tais *discursos* como fundamento para influir no resultado da decisão.

Tais argumentos foram separados, para fins metodológicos, segundo sua similaridade.

4.2 MÃE E PRESA: A ANTÍTESE DO MITO DO AMOR MATERNO

"Das mulheres, muito se fala (...) para dizer o que elas são ou o que elas deveriam fazer."²⁶⁵

Essa frase é usada por Michelle Perrot na obra *Minha História das Mulheres* para trazer à luz uma percepção: as mulheres são invisíveis na história: historicamente não têm voz e não têm lugar no espaço público, aquele que desperta atenção e interesse. Quando, no entanto, ultrapassam a extensão da reclusão e passam a serem observadas, são registradas a partir da perspectiva patriarcal²⁶⁶, a qual constitui sua história e delimita seu lugar segundo a perspectiva masculina: "é claro que falam das mulheres" mas a atenção que dispensam "é reduzida ou ditada por estereótipos"²⁶⁷.

Antonio Manuel Hespanha, na mesma linha, afirma que no Antigo Regime o silêncio era imposto às mulheres, e que, quando a sua particular natureza transbordava os limites do seu confinamento, emergiam as pré-compreensões do direito a seu respeito, traduzindo a sua condição de fraqueza, debilidade intelectual e indignidade.²⁶⁸

Segundo o autor português, o direito civil e o direito canônico fechavam-se em um círculo que constituía a mulher em um "sujeito particular", no caso, um "sujeito excluído"²⁶⁹. Ou seja, era invisível, e quando o direito lhe concedia o olhar, o fazia para deixar expressa sua condição de "não pertencimento".

²⁶⁵ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016, p. 22.

²⁶⁶ "Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais." (BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trans. Maria Helena Kühner. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, p. 46).

²⁶⁷ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016, p.17.

²⁶⁸ HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

²⁶⁹ Idem, 2010, p. 106.

É exatamente nesse espaço, entre a cegueira institucional e o sexismo, que parecem se encontrar as mulheres presas, grávidas e mães de filhos de até 12 anos. O Estado desconhece institucionalmente quem são as mães, cujos de filhos de até 12 anos não as acompanham na prisão, embora desde março de 2016 haja dispositivo legal que permita a substituição da pena provisória em prisão domiciliar nessas circunstâncias.

Quando, no entanto, a condição de gestantes ou mães é informada nos autos, desafiando a invisibilidade imposta institucionalmente pelo sistema, o poder judiciário passa a apreciar esse estado a partir de pré-compreensões reduzidas por estereótipos. Estereótipos informados pela lógica patriarcal que determina quem é uma boa mãe ou uma mulher decente, as únicas a merecer proteção estatal. Às demais, reserva-se a condição de "não-sujeito."

Necessário, portanto, analisar as razões e os fundamentos que sustentam as decisões judiciais que deixaram de conceder a faculdade prevista no art. 318 do Código de Processo Penal, de modo a descortinar as pré-compreensões e estereótipos que informam o agir do sistema de justiça criminal, os quais parecem ser produto da renovação das percepções que o direito reservava às mulheres no Antigo Regime, ou até mesmo, parecem fazer emergir representações mentais que derivam do mito do Pecado Original.

4.2.1 Ausência de prova da imprescindibilidade dos cuidados da mãe

Várias decisões judiciais indeferem a concessão do benefício da prisão domiciliar por considerar que não havia prova nos autos da necessidade pelos filhos do cuidado de suas mães. Eventualmente, tal argumento vem acompanhado do argumento de que é suficiente que estejam sendo acompanhados por uma avó ou tia.

Eis um dos exemplos:

Contudo, da análise do caso concreto, não se demonstrou nenhuma situação de risco à criança. Além disso (...) verifica-se a existência de avós paternos, os quais ficavam com a criança nos finais de semana, enquanto a denunciada estava solta, demonstrando, desta forma, que a criança não está desamparada sem a genitora."(...)“Mais uma vez, reforço que a investigada não trouxe aos autos qualquer prova idônea que ateste que a criança esteja desacompanhada ou em situação de risco, em razão de sua ausência, apresentando apenas a certidão de nascimento. (autos nº 0002927-49.2017.8.16.0089 da comarca de Ibaiti).

Para a apreciação de tais argumentos, cite-se a literalidade do art. 318 do Código

de Processo Penal:

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (...)

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 anos de idade ou com deficiência;

IV - gestante;

V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; (...)

Parágrafo único. Para substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo.

Da leitura do artigo, vê-se que os incisos IV e V, que tratam da concessão do benefício da prisão domiciliar para gestantes ou mães de filhos de até 12 anos, não fazem nenhuma exigência quanto à uma prova especial da imprescindibilidade dos cuidados pela mãe. A norma a exigiu, no entanto, na hipótese do inciso III, no caso de criança menor do que 6 anos ou com deficiência. Tal fato impõe concluir que nas hipóteses em que a lei considerou indispensável a prova da imprescindibilidade do cuidado das mães, ela o disse expressamente, caso do inciso III.

Necessário referir, ainda, que o inciso III, cuja circunstância autorizadora da substituição da pena é a imprescindibilidade do agente aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 anos de idade ou com deficiência, foi introduzido no Código de Processo Penal no ano de 2011, antes portanto, do Estatuto da Primeira Infância, Lei 13.257/16. Neste caso, é o inciso III que eventualmente pode vir a ser interpretado à luz da nova legislação que deixou de exigir a "imprescindibilidade dos cuidados", mas jamais o contrário.

O que se conclui é que a norma introduzida pela Lei 13.257/16 presume, desde logo, e dispensando considerações dos juízes a esse respeito, que toda a mãe ou pai é indispensável ao cuidado dos seus filhos, assumindo, desde logo, a importância da presença materna e/ou paterna no desenvolvimento saudável dos seus filhos, o que a fez dispensar a mulher da prova daquilo que é correntemente assumido, inclusive pelas normas internacionais sobre tratamento adequado a mães e gestantes.

Não é, portanto, requisito legal que as mães tenham que comprovar serem indispensáveis a seus filhos. A lei presume sua presença como essencial ao desenvolvimento infantil.

Eventualmente, caso a interpretação da norma pretendesse questionar tal presunção a partir da alegação de que se trata de presunção relativa, ainda assim, caberia ao Ministério Público comprovar que a mãe age de modo abusivo, ou que não tem condições psicológicas para o cuidado das crianças. Tal alegação, no entanto, dependeria de prova robusta, mediante laudos psicológicos e sociais, os mesmos utilizados pelos

juízos de família, para apreciação sobre a manutenção/destituição da guarda pelos genitores.

O que ocorre aqui, porém, é que o poder judiciário considerou que as mães que cometem crimes não comungam do mesmo *status* de "sujeito de direito", como qualquer outra mulher, pelo simples fato de terem sido acusadas de algum crime. Acusadas, repito, e não condenadas, afinal, no âmbito da aplicação do art. 318/CPP, as mulheres são presas provisórias, sem condenação.

Porque presumem-se criminosas e porque são mulheres, e em sua maioria, pobres e negras, os julgamentos passam a se orientar pela pré-compreensão de que, ao contrário das demais mães, cuja maternidade é santificada, devem ser subtraídas do mesmo patamar de proteção legal que são conferidos aos demais sujeitos de direitos.

Necessário referir, ademais, que embora a decisão no *Habeas Corpus* 143.641/SP tenha feito diversas considerações a respeito da presunção de que toda mãe é indispensável ao cuidado dos seus filhos, mediante a invocação de estudos científicos que comprovam essa afirmação, ainda assim foram proferidas decisões judiciais posteriores à ordem, com o argumento de que a mãe não comprovou ser indispensável ao cuidado dos filhos:

A respeito, transcrevo trecho de decisão proferida em 20/03/2018, após a ordem do Supremo Tribunal Federal:

(...) cumpre assentar que, embora a nova redação do inciso IV, do artigo 318, do Código de Processo Penal, exija tão somente a comprovação de gestação, a adoção de tal providência constitui faculdade que confere ao magistrado, diante da gravidez da paciente, comprovação da absoluta incompatibilidade da situação desta com sua permanência no cárcere. Passo que, verifica-se que a acusada não trouxe aos autos, qualquer evidencia que comprove ser necessária/imprescindível, a sua colocação em prisão domiciliar. (autos nº 0000779-73.2018.8.16.0172 da comarca de Ubiratã).

Há ainda decisões que entendem que a mãe é dispensável ao cuidado dos filhos, porque houve abrigamento familiar da criança em período no qual a mãe esteve presa:

(...) resta evidente que a petição deste writ está desacompanhada de qualquer outro meio comprobatório das informações que consubstanciam o pedido de revogação da prisão preventiva e a conversão em prisão domiciliar, em especial a indispensabilidade da acusada para os cuidados das crianças, tanto é que, de acordo com a decisão em que foi decretada a prisão preventiva da paciente, as infantes estão aos cuidados da avó materna." (*habeas corpus* nº 0022393-68.2018.8.16.0000).

O argumento, no entanto, é teratológico. É evidente que, com a prisão da mãe, a

criança deverá ser acolhida, seja por familiar, ou por abrigo estatal. Assim, o abrigo familiar ou estatal após a prisão da mãe não pode ser considerado circunstância suficiente a comprovar que a criança não dependa dos cuidados da mãe. Ele é *decorrência* da prisão da mãe, de modo que não pode vir a ser considerado como *causa* para a sua decretação. Não se pode cogitar que o art. 318/CPP tenha pretendido oferecer o benefício da prisão domiciliar somente para mães cujos filhos tenham ficado nas ruas, ou sozinhos em suas casas, desacompanhados de um adulto. Imaginar esse cenário faria supor que a lei teria sido editada para suprir eventual déficit estatal na proteção dos menores, o que não faz nenhum sentido.

A respeito, ainda, do estereótipo ancorado no inconsciente que atribui às mulheres presas um patamar inferior de direitos, transcrevo trecho de decisão judicial que pressupõe o desinteresse da mãe no exercício do cuidado do seu filho, sustentado na ausência de formulação de pedido de revogação da prisão preventiva, como se o exercício do direito de defesa da mãe fosse um ônus, e não um direito:

Em que pese possuir filhos menores, não há prova nos autos da imprescindibilidade de sua presença no cuidado com os filhos, inclusive pelo fato de ter se passado quase quatro meses de sua prisão e a requerente não ter demonstrado interesse no cuidado deles, não tendo havido pedido de revogação de sua prisão anteriormente. (autos nº 0005305-38.2017.8.16.0069 da comarca de Cianorte).

Sobre os julgamentos morais a que são submetidas as mães presas, é emblemática a seguinte transcrição, sobretudo porque faz questionamentos quanto ao acerto da decisão proferida pela Suprema Corte, e sobre os propósitos da norma do art. 318/CPP. A decisão foi proferida em 16/08/2018:

Não há que se falar, portanto, em liberdade provisória ou substituição da prisão preventiva por medidas cautelares, sendo certo, ainda, que o fato de ser gestante e ter filhos não é motivo suficiente para justificar a necessidade da prisão domiciliar. No caso, não há comprovação de que a prisão domiciliar é imprescindível aos cuidados especiais dos filhos. (...) Se assim não o fosse, a gravidez serviria de subterfúgio para as diversas mulheres inseridas no sistema prisional, dando ensejo à impunidade e até mesmo colocando em risco à ordem pública. (autos nº 0015242-91.2018.8.16.0019 da comarca de Ponta Grossa).

A decisão acima reformou julgado anterior que havia concedido prisão domiciliar à ré, acusada pelo crime de tráfico de drogas ao ser flagrada de posse de 37 gramas de crack. Em nova decisão, datada de 03/09/18, o juízo insistiu no argumento:

Observe-se que, conforme bem explanou o órgão Ministerial, o simples fato

de possuir filhos menores e/ou ser gestante não é argumento hábil para justificar a necessidade da prisão domiciliar, haja vista que, apesar da decisão do STF, o CPP é expresso no sentido de que deve estar demonstrada a imprescindibilidade da mãe aos cuidados da criança, o que não restou comprovado neste caso. (autos nº 0025608-92.2018.8.16.0019 da comarca de Ponta Grossa).

A literalidade da norma, conforme já exposto, não exige, ao contrário do afirmado na decisão, a prova da imprescindibilidade da mãe aos cuidados da criança.

4.2.2 Ausência de prova da inadequação do espaço

Na mesma linha das decisões apreciadas acima, encontram-se uma série de outras que deixam de conceder a prisão domiciliar sob o argumento de que não há prova da inadequação da unidade prisional para atender à gestante, ou aos filhos que se encontram presos com suas mães:

Saliento que a simples demonstração de que tem filho menor de doze anos, não confere a investigada o direito de ter sua segregação cautelar substituída por prisão domiciliar. Outrossim, em que pese a defesa afirme que a denunciada está grávida, verifica-se pelos autos de execução de pena que a mesma já foi transferida à Penitenciária Feminina do Paraná, local adequado para fornecer os cuidados especiais à denunciada.” (autos nº 0002927-49.2017.8.16.0089 da comarca de Ibaíti).

E ainda:

Outrossim, nem mesmo o fato de ser gestante enseja a possibilidade da substituição da prisão pela domiciliar. Isso porque a requerente está sendo devidamente atendida por médico, fazendo o pré-natal regularmente, consoante carteira de gestante encartada nos autos bem como o exame juntado pela defesa (mov. 13.2) demonstra uma gestação normal, que possibilita o acompanhamento do local em que se encontra. (autos nº 0005305-38.2017.8.16.0069 da comarca de Cianorte).

O argumento é utilizado não só em relação às gestantes, mas também no que toca aos bebês, no caso, em relação aos bebês cujas mães tiveram seus pedidos indeferidos nas decisões acima:

O fato da ré ter dado à luz à uma criança com problemas de saúde, por si só, não tem condão de revogar a medida cautelar (...) No caso dos autos, a ré já se encontra em local adequado para amamentar sua filha. (autos nº 0001532-22.2017.8.16.0089 da comarca de Ibaíti).

Em relação ao bebê recém nascido, não há notícias nos autos de falta de atendimento médico adequado à ré e à criança. (autos nº 0000347-72.2018.8.16.0069 da comarca de Cianorte).

Há decisões que foram proferidas inclusive após a ordem no *Habeas Corpus* 143.641/SP, em 22/06/18 e em 16/08/18, por juízos de segundo e primeiro graus,

respectivamente, em relação a uma mesma presa:

Sendo a paciente mãe e gestante, havendo informação de que os filhos menores estão amparados por familiar, no caso, a avó materna, não há ilegalidade na negativa de substituição da preventiva por prisão domiciliar quando não comprovada a inadequação do estabelecimento prisional à condição de gestante ou lactante da acusada. (habeas corpus nº 0022393-68.2018.8.16.0000).

Com relação ao fato da requerente estar gestante, constata-se, inclusive pelos documentos juntados ao presente pedido, que a investigada está recebendo tratamento adequado durante todo o curso da gravidez, realizando exames e tendo tratamento médico no estabelecimento penal adequado a sua situação pessoal. (autos nº 0004027-64.2018.8.16.0037 da comarca de Campina Grande do Sul).

Há, ainda, julgados nos quais o juízo exige prova da presença da gestação de alto risco para o deferimento da substituição da prisão, o que faz parecer que o juízo desconhece que a circunstância do alto risco da gravidez já não figura mais como requisito para o deferimento do benefício:

Assim, não vislumbrei eventual situação que implicasse no deferimento da prisão domiciliar, que não depende apenas da prova da gravidez, estando atrelada à uma comprovação do alto risco de gravidez ou de seu estágio avançado, conforme entendimento do Professor Guilherme de Souza Nucci, acima exposto. (autos nº 0000623-85.2018.8.16.0172 da comarca de Ubatã).

Decisão em segundo grau manteve o resultado do julgado anterior. Ambas foram proferidas após a decisão do Supremo Tribunal Federal, em 03/07/18 e 02/08/18, respectivamente:

Assim, não havendo comprovação de elementos que demonstrem a efetiva necessidade a priori de prisão domiciliar da paciente em virtude de sua gravidez, não há constrangimento ilegal evidente a justificar a concessão liminar. Aparentemente, a decisão que manteve a prisão preventiva do paciente ostenta suficientes fundamentos, estando embasada em elementos concretos, suficientes, no presente momento, para manter a segregação cautelar, ante a presença dos requisitos previstos no artigo 312, do Código de Processo Penal. (habeas corpus nº 0027124-10.2018.8.16.0000).

As decisões judiciais acima citadas acabam por criar uma nova condição, não prevista em lei, para concessão do benefício: a prova da inadequação do local do aprisionamento para a saúde das mães grávidas e seus bebês, e/ou a presença de gestação de alto risco, quando, em verdade, a presunção legal é em sentido contrário.

Conforme já referido, o art. 318/CPP elenca a gravidez ou a presença de filho de até 12 anos incompletos, sem fazer nenhuma referência à prova da necessidade de

cuidados especiais, e sem exigir nenhuma comprovação de que o local é inadequado para o abrigo da gestante ou do menor.

A referência à prova da condição de gravidez de alto risco foi revogada pela Lei 13.257/16.

A lei presume, desde logo, que as prisões são lugares inapropriados para a saúde das mulheres grávidas e seus filhos, sem deixar espaço ao juiz para realizar juízos quanto a tal circunstância. Caso se pretendesse sustentar que a presunção é relativa, a prova da adequação das condições seria do órgão acusador, mas jamais da mulher presa.

Não bastassem os termos claros da norma, o próprio Supremo Tribunal Federal, ao conceder a ordem no habeas corpus 143.641/SP, analisou a questão ao promover uma apreciação sobre as condições do sistema carcerário nacional, de modo especial, aquele (mal) configurado para abrigar mulheres grávidas e seus filhos. A Corte descortinou a realidade prisional feminina, quanto à inadequação das instalações, bem como quanto à ausência de escolta para acompanhamento das mulheres nos atendimentos médicos. Invocou pesquisas acadêmicas sobre as condições do parto em unidades prisionais, bem como a respeito dos danos ao desenvolvimento da criança no período em que permanece em privação de liberdade, já que acaba sendo privada também das experiências, a partir das quais formará a sua representação de mundo. Sustentou a ocorrência de um "descumprimento sistemático de regras constitucionais, convencionais e legais referentes aos direitos das presas e de seus filhos."

No presente trabalho foram descritas as condições desumanas a que são submetidas mulheres grávidas e seus filhos, seja pela discricionariedade dos agentes do estado no atendimento da mulher durante o trabalho de parto, seja em razão dos efeitos que a 'institucionalização' causa no desenvolvimento das crianças privadas de liberdade.

A insistência do sistema de justiça em promover institucionalmente a submissão e humilhação do corpo feminino, e de seus filhos, apesar das normas constitucionais, convencionais e legais precursoras de uma política de desencarceramento, desafiando uma ordem da Corte Superior, não está ancorada na razão.

Ancora-se em presunções e representações sobre a mulher e sobre a culpa que carrega seu corpo, que marca inclusive sua prole. Essas presunções e representações nem sempre são voluntárias ou conscientes. Derivam de "injuções tácitas"²⁷⁰ e não necessitam de justificação para a sua mobilização, como se fossem derivadas da "ordem

²⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 34.

das coisas".²⁷¹

Pierre Bourdieu analisa a posição ocupada pela mulher sob a perspectiva da dominação masculina, à qual ele atribui um sentido de *dóxa*: aquilo que é apreendido em determinado momento histórico como verdade óbvia ou evidência natural. Para o autor, "a experiência apreende o mundo social e suas arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação".²⁷²

É a diferença biológica entre os sexos, justificativa para a hierarquização entre os corpos, que sustenta a eleição do abuso institucionalizado do corpo da mulher para infligir-lhe pena e a seus filhos. Para Pierre Bourdieu²⁷³, "o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante"; assim, a diferença biológica entre os sexos é apreendida como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros. Desse modo, para o antropólogo, "inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas"²⁷⁴, para reservar às mulheres os lugares inferiores, a submissão.

Pierre Bourdieu afirma que a dominação masculina e a "cosmologia androcêntrica", derivada de antigas compreensões, "sobrevivem em estado parcial e como se estivessem fragmentadas, em nossas estruturas cognitivas e em nossas estruturas sociais."²⁷⁵

Assim, prossegue: "a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção; a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la"²⁷⁶. Não é preciso razão para justificar, portanto, os pilares que sustentam a dominação masculina.

É atributo da *dominação masculina*, no sentido proposto pelo autor, portanto, a *naturalização* da construção simbólica da divisão entre os sexos que aloca a mulher em posição de inferioridade. Ele retrata na obra a dificuldade, para não dizer, incapacidade de todos, homens e mulheres, de colocarem em questão o *locus* ocupado historicamente

²⁷¹ "A divisão entre os sexos parece estar 'na ordem das coisas', como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável." (BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 17).

²⁷² BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 17

²⁷³ Idem, p. 18.

²⁷⁴ Idem, p. 34.

²⁷⁵ Idem, p. 14.

²⁷⁶ Idem, p. 18

pela mulher, resultado de um processo de *des-historicização* da história²⁷⁷ que atua de modo circular²⁷⁸, do qual não se vê saída.

A dominação masculina está de tal forma ancorada em nosso inconsciente²⁷⁹, que é a partir dela que criamos nossas percepções e expectativas²⁸⁰, a partir das quais interpretamos o mundo²⁸¹.

Percebe-se, a partir da compreensão de Pierre Bourdieu, que os *discursos* de que se serve o sistema de justiça para sustentar a não aplicação da lei, os quais partem da premissa de que a ousadia da mulher criminosa, que trai a sua destinação cultural de permanecer no âmbito doméstico, do recato, da decência e do cuidado, e que invade inadvertidamente o universo (presumidamente masculino) do crime, reservam a ela patamar inferior do exercício dos direitos, especialmente o de exercer a maternidade, incomparável ao status de *santidade* que se atribui às demais mulheres.

Como a antítese de Maria, as mulheres presas representam Eva, aquela a quem Deus condenou a dar à luz com dor, como punição pelo pecado da traição.

4.2.3 Vinculação automática entre crime e negligência materna

Nos itens objeto de apreciação acima, as decisões judiciais, a partir de

²⁷⁷ Idem, p. 10.

²⁷⁸ "Dado o fato de que é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas." (BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 20).

²⁷⁹ A naturalização e o caráter dóxico da dominação masculina constitui tão profundamente as "estruturas sociais" que influencia intimamente os "esquemas cognitivos", a ponto de Pierre Bourdieu aludir constantemente à dominação como pertencente à ordem das coisas, "como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável." (BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, p. 17).

²⁸⁰ "A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais do que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem essa relação ser vista como natural." (BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, p. 47).

²⁸¹ Essa noção de que as diferenças sexuais "organizam todo o cosmos" remete à ideia invocada por Antonio Manuel Hespanha na obra *Imbecillitas*. Segundo o autor português, a ordem das coisas fundamenta as hierarquias sociais no Antigo Regime e, em sendo um fato dado e não construído histórica e socialmente, é indiscutível e imutável. Ou seja, no Antigo Regime, a cada ser humano cabia um lugar na ordem das coisas, lugar este a partir do qual se media ou determinava o status das pessoas, seus direitos e deveres. (HESPAÑHA, António Manuel. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010, p. 48).

interpretações heterodoxas do direito e informadas pelos paradigmas da *dominação masculina*, invertem as presunções legais do art. 318/CPP para impor às mulheres o ônus de comprovar que são indispensáveis ao cuidado dos filhos, e de que as unidades prisionais não são lugar adequado para o abrigamento de gestantes e bebês, com o propósito de indeferir o pedido de conversão do pedido de prisão preventiva em prisão domiciliar.

No presente item, passa-se a apreciar novas presunções judiciais, as quais, no entanto, não derivam da interpretação de nenhum texto legal. Partem de *juízos morais* a respeito do comportamento das mulheres para atribuir uma reprovabilidade maior à sua conduta, e justificar o indeferimento do benefício.

O primeiro trecho invoca a circunstância do crime ter sido cometido à noite, horário em que o juiz considerou que era dever da vítima que estivesse em casa cuidando dos filhos:

Insta observar que na data do crime a ré já possuía filhos pequenos, os quais muito possivelmente não dependiam de seus cuidados nem de seu convivente, pai das crianças, uma vez que conforme indícios nos autos, os mesmos participaram do terrível crime de latrocínio em questão, o qual teria acontecido no período noturno. Desta situação desume-se que ou as crianças estavam deixadas sozinhas sem cuidados pelos pais ou estavam a cuidados de outrem que não a ré e seu convivente, que também foi preso pelo crime.(...) Outrossim, o fato de ser mãe recentemente bem como de possuir outros filhos menores não enseja a possibilidade da substituição da prisão pela domiciliar. Isso porque, quanto aos demais filhos, a ré já os tinha quando do crime e presume-se que não dependiam de seus cuidados, posto que estava na rua, com seu convivente, praticando crime desta gravidade. (autos nº 0000347-72.2018.8.16.0069 da comarca de Cianorte).

A respeito do trecho acima citado, necessário ressaltar que, em se tratando de crime de latrocínio, o caso estaria subsumido à categoria de crime cometido com violência, invocada pelo Supremo Tribunal Federal como uma das causas que poderiam ser utilizadas pelo juiz para indeferir a substituição da prisão.

Mas, como já referido em item anterior, não se trata de analisar o acerto ou desacerto da decisão que negou o benefício. O propósito desta discussão é evidenciar os *discursos* reiteradamente utilizados pelo poder judiciário como fundamento para suas decisões e revelar como neles submerge uma percepção estereotipada e preenchida por juízos morais a respeito das expectativas em relação ao comportamento das mulheres.

Como, na hipótese, se tratava de crime cometido com violência, tal circunstância seria suficiente ao juízo para negar o pedido de substituição da prisão. Por que, então, valer-se de desnecessário julgamento moral sobre o comportamento da presa, senão

para insistir no propósito de, como referiu Rose Marie Muraro, garantir a manutenção de um "*status* à mulher e (...) de mantê-la (...) em seu devido lugar"? ²⁸²

No julgamento em questão, que relevância há, no que diz respeito à capacidade de uma mulher de cuidar dos seus filhos, o fato de ela não estar em casa à noite? Quantas mulheres, mães de filhos pequenos, não estão todos os dias nos restaurantes, shopping centers e salões de beleza no horário noturno? Por que sobre essas mulheres não recaem as mesmas expectativas em relação ao cuidado dos filhos que se impõe à mulher acusada de um crime? Porque essas mulheres não compartilham do mesmo patamar de direitos, à luz da perspectiva do sistema de justiça.

As mesmas pré-compreensões a respeito do comportamento das mulheres informaram a decisão seguinte, na qual presumiu-se que a mulher, porque usuária de drogas, não teria preparo para o cuidado da criança. No caso, a alegação foi feita genericamente, sem nenhuma evidência, tal como a elaboração de um laudo psicológico ou social, por exemplo, que pudesse fundamentar sua afirmação no caso concreto:

Por fim, em relação à menor impúbere, é possível vislumbrar que a mesma não seria adequadamente tratada caso fosse concedida a prisão domiciliar à ré, tendo em vista que a referida acusada é usuária de drogas e não indicou em nenhum momento um endereço residencial ou circunstâncias que demonstrem o preparo para a criação de uma criança nesta idade. (autos nº 0000609-64.2016.8.16.0013 da comarca de Curitiba).

É a acusação da prática do crime em tese que, de modo genérico, sustenta a afirmação, sem nenhum suporte em evidência concreta. Neste caso, qual o sentido que o julgado atribui à norma do art. 318/CPP? A norma legal reconhece a conveniência de permitir a prisão domiciliar no caso em que a presa é mãe, presumindo desde logo, portanto, que ela foi acusada da prática de algum crime. Disso se conclui que a prática do crime, por si só, não pode impedir a concessão do benefício, porque é, na verdade, um dos seus pressupostos. Apenas considerações pessoais de ordem concreta, e suficientemente provadas, poderiam fundamentar tal julgamento.

Ainda, na decisão que se segue, enquanto o art. 318/CPP prevê a gestação como requisito para a concessão do pedido de substituição da prisão provisória pela prisão domiciliar, o juízo considerou a circunstância da presença da gravidez como causa para o seu indeferimento:

Veja-se que mesmo gestante, a acusada foi presa em flagrante, de modo que a situação que se encontra atualmente é em decorrência de seus

²⁸² MURARO, Rose Marie. Introdução. KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras**. Tradução de Paulo Fróes; Rose Marie Muraro; Varlos Byingotn. 3. ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2016, p. 16.

próprios atos, de modo que não é possível neste momento ser utilizada esta situação para revogação da prisão. Finalmente, a acusada já deu a luz ao seu filho, estando ele ao seu lado em local apropriado até que se finalize o período de amamentação, estando atendidos os requisitos previstos em lei para esta peculiaridade.(...)Salienta-se, ainda, que na data dos fatos a denunciada já se encontrava grávida, possuía residência fixa e trabalhava já há quatro anos com registro em carteira, fato este que não a inibiu de realizar os crimes imputados, inclusive na companhia de adolescente. Assim, com o retorno da denunciada ao lar, poderia facilitar a retomada ao comércio ilícito de entorpecentes, haja vista que há nos autos informações de que é reincidente na prática do delito de tráfico de drogas. (autos nº 0000714-50.2017.8.16.0128 da comarca de Paranacity).

Na próxima decisão, o juízo não apenas se limitou a considerar que a gravidez impedia a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, como declarou que o ambiente do presídio seria melhor que o da residência para o abrigo do bebê. Saliento, ademais, que a decisão foi proferida em 07/03/2018, após a ordem proferida no *Habeas Corpus* 143.641/SP:

Inicialmente, é de extrema importância ressaltar que a ré já estava grávida quando da suposta prática do crime que aqui se apura e, certamente, tinha pleno conhecimento da ilicitude do fato e da severa punição que lhe é cabível (reclusão de 05 a 15 anos).(...)Ao se reconhecer a almejada conversão da prisão cautelar em domiciliar, há fortes indicativos de que a ré retome suas atividades ilícitas, independentemente do seu estado puerperal, vez que já o fazia em estado gestacional, colocando em risco toda a sociedade, já que o tráfico de drogas desencadeia uma série de crimes igualmente graves. Ademais, assim como a prisão não é o local mais adequado para a manutenção de uma mulher puérpera e de um recém-nascido, um ambiente/residência cercado de práticas criminosas também não o é, de modo que a manutenção da prisão da ré no presente caso se mostra a medida mais acertada, especialmente porque a ré e seu filho encontram-se em local específico para este fim dentro da penitenciária feminina do Paraná, buscando, na medida do possível, inibir os reflexos do encarceramento à criança. (autos nº 0003960-32.2017.8.16.0103 da comarca de Lapa).

Por fim, nas duas decisões que se seguem os juízos avançaram no argumento para reconhecer a gestação como agravante do crime, ambas proferidas sob a vigência da ordem do Supremo Tribunal Federal, em 10/06/18 e 12/06/18 (esta última proveniente da segunda instância):

Com efeito, a ingênua afirmação de mesmo após a aprovação da Lei do Ventre Livre, muitos brasileiros ainda continuam nascendo na prisão não se mostra, a meu ver, adequada à realidade da criminalidade que o país está enfrentando. Gravidez e crime não são problema social, se assim fosse todos os menos favorecidos seriam criminosos e não teríamos políticos corruptos. A realidade é que diariamente milhões de mães deixam seus filhos em suas residências, creches e escolas para exercerem trabalho honesto e prover o sustento da família. Gravidez e crime são, especialmente no caso de (nome da presa) que tem opção Ensino Fundamental completo e acesso a informação. A maternidade e a gravidez, neste caso, são agravantes do crime e permitem questionar se a detida

está apta a exercer o poder familiar porque mantinha o tráfico na presença de três filhos menores. (autos nº 0003330-43.2018.8.16.0037 da comarca de Campina Grande do Sul).

(...) aliás, como bem afirmado na decisão de origem, 'a maternidade e a gravidez, neste caso, são agravantes do crime e permitem questionar se a detida está apta a exercer o poder familiar porque mantinha o tráfico na presença de três filhos menores. (*habeas corpus* nº 0022393-68.2018.8.16.0000).

Tratam-se de decisões judiciais informadas, portanto, não pela razão decorrente da aplicação da lei ou da jurisprudência, mas por os estereótipos a respeito do que socialmente é considerada uma "boa mãe", que embora não encontre respaldo na realidade concreta das mulheres em geral, foram utilizados para restringir o exercício de direitos pelas presas.

4.2.4 Tráfico praticado na residência: presunção de negligência materna

Quando da análise dos julgamentos, chamou a atenção ainda a reiteração de afirmações no sentido de que o tráfico de drogas realizado na residência da acusada seria motivo de impedimento para a prisão domiciliar, porque representaria risco para a criança.

Novamente o sistema de justiça criminal utiliza-se de argumentos de ordem genérica para deixar de aplicar o entendimento do Supremo Tribunal Federal, proferido no *Habeas Corpus* 143.641/SP. A norma do art. 318/CCP não traz tal circunstância como impeditiva da concessão do benefício, e a Corte Suprema definiu expressamente as hipóteses nas quais as gestantes e mães de filhos de até 12 anos estariam impedidas de usufruí-lo: crime praticado com violência ou grave ameaça, contra descendentes e em hipóteses *excepcionalíssimas*, entre as quais não se pode considerar, genericamente, o crime de tráfico praticado em domicílio.

Vejamos as decisões:

Contudo, diante das informações de que a ré estaria praticando o crime de tráfico de drogas em sua residência, associada a pessoas vinculadas ao PCC, verifica-se que a criança estava em situação de risco, causada pela própria genitora. (autos nº 0001532-22.2017.8.16.0089 da comarca de Ibaiti).

No caso sub análise, em que pese a denunciada ter uma filha enferma, verifica-se que a conduta, em tese, praticada pela ré, envolvendo-se com diversas pessoas ligadas para a prática do crime de tráfico de drogas, também colocaria a criança em situação de risco. Veja-se que há fortes indícios de que a acusada praticava o tráfico de drogas em sua própria residência.(...) Informo ainda, que este Juízo não se opõe ao encaminhamento da filha da ré à esta Comarca, a fim de aplicar as medidas de proteções cabíveis, enquanto a prisão da genitora perdurar.

(autos nº 0001532-22.2017.8.16.0089 da comarca de Ibaity).

Do excerto em exame, proferido após a ordem do *Habeas Corpus* 143.641/SP, vê-se que o juízo deu preferência à aplicação de medidas protetivas à menor, a conceder o benefício à mãe.

A decisão seguinte, proferida em 31/08/18, após a ordem do *Habeas Corpus*, portanto, revogou decisão anterior que havia concedido o benefício da prisão domiciliar:

a fundamentação é extremamente genérica e não indica de forma pontual os motivos que justificam a concessão de prisão domiciliar à sentenciada, até porque esta permaneceu reclusa nesta condição de grávida e, posteriormente, de genitora durante todo o feito e não há motivos neste momento para alteração desta situação (até porque o cenário fático não restou alterado)(...)A prisão domiciliar, portanto, se apresenta incompatível com o teor da sentença e do regime impostos, até porque os delitos pelos quais foi condenada foram praticados no ambiente de sua residência, utilizando do local para armazenar a droga.(...) Finalmente, não há qualquer indício de que seu filho pequeno não está em boas condições e, portanto, que a soltura da requerente é imprescindível aos cuidados do filho, pois este está em sua companhia na PFP, a qual possui maternidade, creche e escola para os filhos das custodiadas. Há de se destacar que desde a prisão da requerente não houve notícia alguma de que o infante está em situação de risco, seja através da rede de proteção (Conselho tutelar, CRAS, etc), nem por meio de qualquer outro órgão (autos nº 0002587-51.2018.8.16.0128 da comarca de Paranaity).

Perceba-se que neste caso, além de ter revogado decisão anterior, transformando a concessão do benefício em exceção, quando, sob a égide da ordem emanada do Supremo Tribunal Federal deveria ser considerada a regra, o juízo entendeu que o fato de o filho estar em companhia da mãe na unidade prisional seria benéfica à criança, porque no local há creche, maternidade e escola. O juízo atribuiu uma imagem romantizada ao sistema penitenciário, em relação ao qual a Corte Superior já reconheceu um "estado de coisas inconstitucional" (ADPF 347 MC/DF), e sobre o qual longamente se decidiu no *Habeas Corpus* 143.6141/SP, apontando os efeitos deletérios à saúde da mãe e das crianças, induzindo-as a atrasos de desenvolvimento e expondo-as ao processo de "institucionalização".

A leitura dos termos do julgado fazem parecer que o juízo desconhece a realidade prisional, ou que prefere voluntariamente ignorá-la.

Ainda, sobre o fato de que as mulheres foram acusadas de praticar crimes relacionados ao tráfico de drogas em sua residência, é importante lembrar o quanto já foi referido neste trabalho sobre a vinculação histórica e cultural da mulher ao espaço doméstico.

Porque historicamente as mulheres sempre estiveram seus papéis reconhecidos

como vinculados ao cuidado da casa, dos filhos e do marido (Capítulo 1), acabou-se por naturalizar a atribuição desses papéis a elas, mesmo nas últimas décadas em que se viu aumentar o tempo de trabalho feminino remunerado, já que o tempo de trabalho doméstico não se reduziu nas mesmas proporções (Capítulo 2). As mulheres continuam a serem as principais responsáveis pelos cuidados dos filhos e pelo trabalho doméstico realizado no âmbito privado e não remunerado.

Ainda, já se demonstrou no presente trabalho que o envolvimento das presas nos crimes relacionados ao tráfico de drogas reproduz a lógica da posição ocupada social e economicamente pelas mulheres, haja vista que desempenham as funções de menor relevância na cadeia do crime, não auferem grandes lucros na atividade e não apresentam alta periculosidade.

Ainda, porque compõem a camada mais baixa do crime organizado são exatamente as mesmas que auferem menores lucros, dispõem de menor proteção, estão mais expostas aos riscos de apreensão e são facilmente substituídas.

O envolvimento das mulheres com o tráfico está, portanto, estreitamente ligado às amarras da construção social do gênero, uma vez que a sua atuação no interior das organizações criminosas reproduz os padrões naturalizados da divisão sexual do trabalho.

Partindo dessa realidade, não há surpresa no fato de o crime de tráfico de drogas ter sido cometido pelas presas no ambiente doméstico, haja vista que esse é o lugar que elas ocupam histórica e socialmente. É o lugar a partir do qual, inclusive, que elas cuidam de seus filhos, haja vista a baixa disponibilidade de creches a esse grupo social, marcado pela vulnerabilidade econômica.

Em sendo assim, porque derivado das atribuições socialmente atribuídas às mulheres, o fato de o crime ser cometido em residência não poderia ser reconhecido como motivo para negar a elas o direito à concessão do benefício.

Mas o direito não tem olhos para essa realidade. O direito foi construído, reproduzido e interpretado a partir da lógica masculina. O especial pertencimento das mulheres à esfera privada constituiu um distanciamento do cotidiano feminino daquilo que é importante politicamente, o que acontece no espaço público.

O direito, por sua vez, sempre se ocupou das questões circunscritas à esfera pública, às relações de comércio, de propriedade, relativa às esferas de participação política, da construção dos consensos e da resolução de disputas.

A esfera privada, a seu turno, sempre se manteve historicamente preservada da influência do direito. Ao direito não cabia influenciar o âmbito doméstico, no qual vigorava

o poder de decisão e comando do homem, e que, por dizer respeito à relações afetivas, deveria permanecer protegido contra as ingerências do Estado.

Essa noção do espaço privado como um lugar sagrado de ingerências estatais tem sido desafiada na contemporaneidade. O afeto ganhou centralidade, e os estudos sobre gênero passaram a desafiar a noção de sacralidade do espaço privado, uma vez que ele mesmo pode vir a ser um *locus* de reprodução de opressão.²⁸³

Ocorre, no entanto, que o direito, como fruto das relações construídas historicamente, permanece vinculado à perspectiva patriarcal, obscurecendo as singularidades proporcionadas pelas vivências das mulheres, que experenciam o mundo a partir de outros lugares, e para quem, os efeitos do sistema de justiça proporciona impacto distinto.

A mulher constitui-se no "Outro", a antítese do padrão a partir do qual se medem todas as coisas: o homem.

Simone de Beauvoir publicou que a "mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela"²⁸⁴; afirma que um "homem não teria jamais a ideia de escrever um livro sobre a situação singular que ocupam os machos na humanidade", e que "um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem, é evidente"²⁸⁵. A mulher, de outro lado, se quiser se definir, dirá: sou uma mulher.

É da natureza das coisas que seja o *Outro*. O masculino é o *absoluto*, o *reto*, e o feminino o *relativo*, o *desviante*.

"O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o *Outro*."²⁸⁶

Sobre a alteridade, a filósofa francesa esclarece ainda que as coletividades se definem como Uma, a partir da alocação do Outro diante de si. Descreve que para os habitantes de uma aldeia, todas as outras pessoas que não pertencem ao mesmo lugarejo são 'outros' suspeitos'.²⁸⁷ Nessa alegoria, o homem ocupa a posição central, o ponto a partir do qual se observa e se constrói toda a realidade. É a visão androcêntrica da realidade que constrói a mulher. Ela é definida, portanto, a partir do olhar do homem e,

²⁸³ Sobre a temática, conferir: OKIN, Susan Moller. Gender, the Public and the Private. In PHILLIPS, Anne. **Feminism and Politics**. New York: Oxford University Press, 1998, p. 116-141.

²⁸⁴ ²⁸⁴ BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: Fatos Mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 17.

²⁸⁵ BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: Fatos Mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 15.

²⁸⁶ Idem, p. 17.

²⁸⁷ Idem, p. 17.

não sendo igual a ele, é desviante.²⁸⁸

A visão androcêntrica invisibiliza as experiências vividas a partir do lugar construído histórica e culturalmente para a mulher. A mulher não *cabe na medida* do sistema de justiça e do sistema criado para o seu confinamento. O Estado, enquanto agente da prestação jurisdicional, neste caso, viola direitos, ao contrário de protegê-los.

4.2.5 Gravidade genérica do delito e necessidade da garantia da ordem pública

Necessário referir, ainda, que várias decisões judiciais indeferem o benefício da substituição da prisão provisória pela prisão domiciliar sob o argumento genérico da gravidade do crime e da necessidade da garantia da ordem pública, sem nenhuma apreciação quando à presença dos requisitos do art. 318 do Código de Processo Penal, mesmo depois de a circunstância da maternidade e da gravidez ter sido informada nos autos.

A respeito, necessário referir que, mesmo partindo da premissa de que o benefício do art. 318/CPP é uma faculdade, não há no texto legal restrição à concessão do benefício em caso de garantia da ordem pública.

E nem poderia.

A garantia da ordem pública é um dos requisitos legais para o deferimento da prisão cautelar. A previsão da concessão de prisão domiciliar do art. 318/CPP, a seu turno, se dá exatamente num contexto de prisão cautelar, ou seja, presumindo a presença da necessidade da garantia da ordem pública. Caso ela não existisse, a mulher não estaria em privação de liberdade. O art. 318/CCP, exatamente porque prevê a substituição da prisão cautelar pela prisão domiciliar, pressupõe logicamente que estivessem presentes os requisitos da prisão preventiva, entre eles, a garantia da ordem pública.

Não há possibilidade de aplicação do art. 318/CPP se ausentes os requisitos da preventiva. Assim a presença dos requisitos para a prisão preventiva não pode impedir a aplicação do benefício do art. 318/CPP, porque, em termos lógicos, aqueles são pressuposto deste. Utilizar tal argumento é subverter a lógica que informou a previsão do art. 318/CPP.

De outro lado, o Supremo Tribunal Federal, quando da decisão no *Habeas*

²⁸⁸ “Assim como para os antigos havia uma vertical absoluta em relação à qual se definia a oblíqua, há um tipo humano absoluto que é o tipo masculino.” (BEAUVOIR, 2009, p.16).

Corpus 143.641/SP, expressamente ressalvou as hipóteses nas quais o benefício do art. 318/CPP não seria aplicado, e entre elas não se encontrava a garantia da ordem pública. Assim, caso as decisões judiciais pretendessem usar tal argumento, deveriam se desincumbir do ônus argumentativo qualificado que justificasse a circunscrição do caso às chamadas situações *excepcionálíssimas*.

Quanto ao fundamento da gravidade do crime, poder-se-ia argumentar que estaria incurso na exceção prevista pela decisão no *Habeas Corpus* que tratava das *situações excepcionálíssimas*. Para tanto, a gravidade do crime deveria ser apontada de forma concreta, e não genericamente.

Eis, no entanto, exemplos de decisões proferidas com fundamento na gravidade genérica do delito:

Como bem exposto pelo Ministério Público, a prisão da acusada, no caso, mostra-se necessária para se garantir a segurança e tranquilidade do meio social, evitando-se que prossiga na mesma seara criminosa. Quaisquer outras medidas cautelares elencadas no artigo 319 do Código de Processo Penal, mesmo que aplicadas cumulativamente, neste caso específico, revelam-se inadequadas ou insuficientes para garantir a ordem pública. (autos nº 0000609-64.2016.8.16.0013 da comarca de Curitiba).

Com efeito, a quantidade e variedade de droga apreendida (4 gramas de cocaína e 14 gramas de crack) e a sua qualidade (crack/cocaína) extremamente nociva à saúde humana faz indicar a gravidade em concreto da conduta praticada e, desta circunstância, a periculosidade social do(s) flagrado(s), circunstância que recomenda a sua custódia cautelar para fins de acautelamento da ordem pública. (autos nº 0015048-12.2018.8.16.0013 da comarca da Região Metropolitana de Curitiba).

Por fim, cabe referir ainda a existência de outros motivos, os quais foram reiteradamente invocados para indeferir o pedido de prisão domiciliar, tais como: reincidência; a inaplicabilidade automática do benefício do art. 318/CPP; o descumprimento pela acusada das restrições impostas por decisão anterior que deferiu o benefício, mais frequentemente vinculada ao uso da tornozeleira eletrônica ou ao horário de permanecer em domicílio; o fato de as circunstâncias do crime se subsumirem às hipóteses firmadas pelo Supremo Tribunal Federal no *Habeas Corpus 143.641/SP*: crime cometido com violência ou grave ameaça, ou contra descendentes, ou em situações excepcionálíssimas.

O que parece poder se extrair da análise dos *discursos* utilizados pelo sistema de justiça, conforme os itens acima, é que são mobilizadas presunções, pré-compreensões e expectativas sobre a mulher e sobre o lugar reservado a ela social histórica e culturalmente, informados pela lógica da *dominação masculina*, as quais nitidamente atravessam o *olhar* a partir do qual o Estado *mede* a mulher e interfere nas dinâmicas de

reconhecimento de direitos.

Tais presunções acabam por interferir no resultado geral da prestação jurisdicional, orientada profundamente por prescrições intuitivas que podem vir a mitigar a influência da racionalidade dos argumentos jurídicos, derivados da aplicação da lei e da jurisprudência.

4.3. MULHERES PRESAS: O OLHAR DO SISTEMA DE JUSTIÇA

Com o propósito de colaborar com a avaliação sobre o impacto dos *discursos* nas dinâmicas do sistema de justiça criminal, bem como de procurar problematizar eventual correlação entre eles e a aplicação do art. 318/CPP, passa-se à análise quantitativa das decisões.

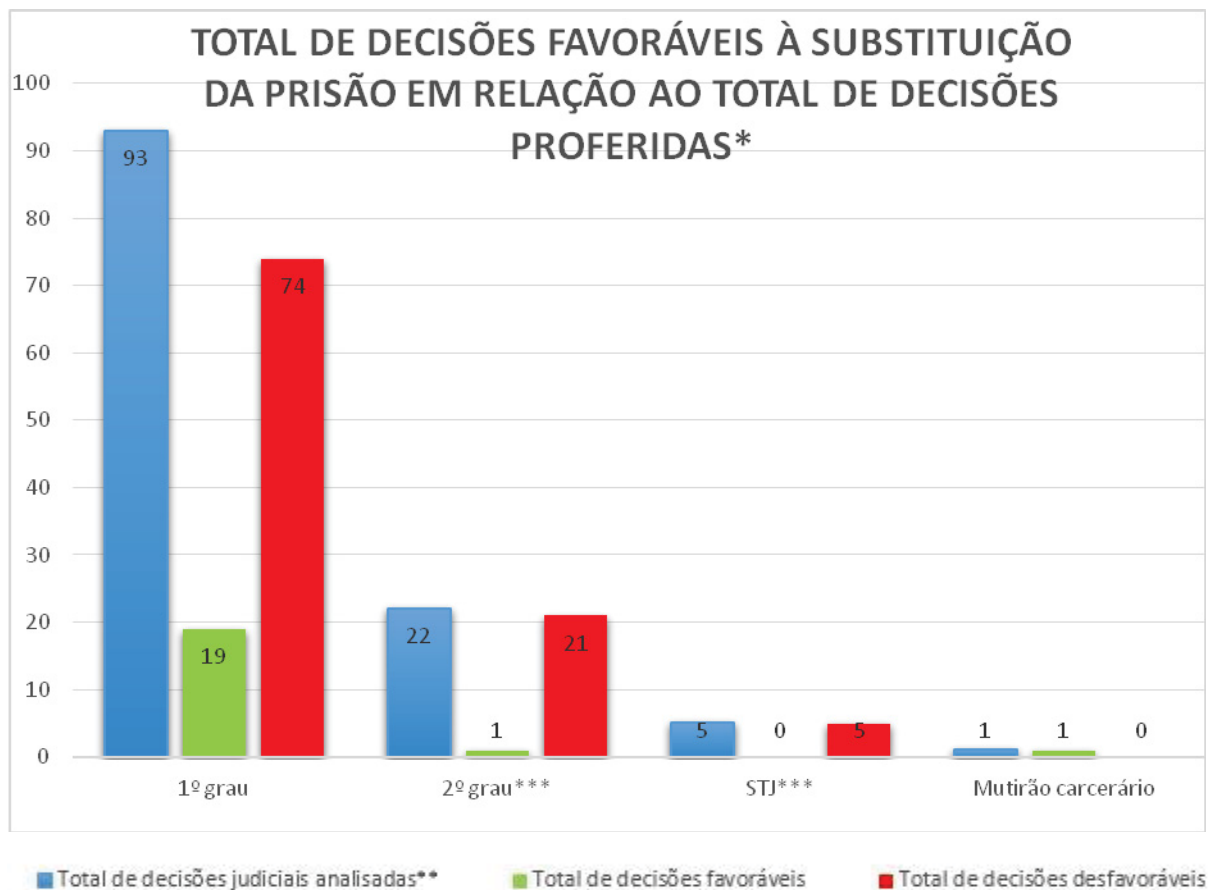
Nesta parte do trabalho, serão analisadas as decisões judiciais quantitativamente, a partir dos seguintes critérios: a) comparação entre o total de decisões proferidas e o total de decisões de deferimento; c) comparação entre o total de pedidos²⁸⁹ de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar e o total de decisões de deferimento; e d) comparação entre o total de peças processuais e o total de peças processuais que mobilizaram o fato de a mulher estar grávida ou se mãe.

4.3.1 Comparação entre o total de decisões proferidas e o total de decisões de deferimento

Conforme se observa da tabela e do quadro a seguir, do total de 121 decisões judiciais proferidas, apenas 21 foram favoráveis à substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, representando menos de 18% do total de julgamentos.

Tabela 1 – Total de decisões favoráveis à substituição da prisão em relação ao total de decisões proferidas

²⁸⁹ Aqui incluídos os ofícios expedidos pela Penitenciária Feminina do Paraná informando a situação de gravidez e/ou maternidade.



*Foram contabilizadas todas as decisões, ainda que não vinculadas a algum pedido da defesa/informação da Penitenciária.

**As decisões que não apreciaram o mérito da custódia cautelar (por motivos de perda de objeto, omissão do juízo, falta de conhecimento do *habeas corpus*, etc) não foram apreciadas no total de decisões analisadas.

*** Para contabilização das decisões em sede de *habeas corpus*, a liminar e o mérito foram considerados separadamente.

Fonte: Elaborada pela autora (2019), com base em leitura de decisões judiciais.

Quadro 1 – Porcentagem de decisões favoráveis à substituição da prisão em relação ao total de decisões proferidas

PORCENTAGEM DE DECISÕES FAVORÁVEIS À SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DECISÕES PROFERIDAS*			
Origem da decisão	Total de decisões judiciais analisadas**	Total de decisões favoráveis	Total de decisões desfavoráveis
1º grau	93	19	74
2º grau***	22	1	21
STJ***	5	0	5
Mutirão carcerário	1	1	0
	100%	17,36%	82,64%

*Foram contabilizadas todas as decisões, ainda que não vinculadas a algum pedido da defesa/informação da Penitenciária.

**As decisões que não apreciaram o mérito da custódia cautelar (por motivos de perda de objeto, omissão do juízo, falta de conhecimento do *habeas corpus*, etc) não foram apreciadas no total de decisões analisadas.

*** Para contabilização das decisões em sede de *habeas corpus*, a liminar e o mérito foram considerados separadamente.

Fonte: Elaborado pela autora (2019), com base em leitura de decisões judiciais.

Percebe-se que o maior número de decisões foram proferidas no primeiro grau, sendo nesta etapa processual também, na qual houve a maior porcentagem de deferimentos, pouco mais de 20%.

O tribunal de segunda instância se mostrou mais refratário às concessões. Com 22 decisões, apenas em 1 delas houve deferimento, representando 4,5% de julgamentos favoráveis à substituição. O Superior Tribunal de Justiça, apesar da pequena amostragem, apenas 5 decisões, aparece com a menor margem de decisões favoráveis à presa, já que em nenhum deles houve a concessão do benefício.

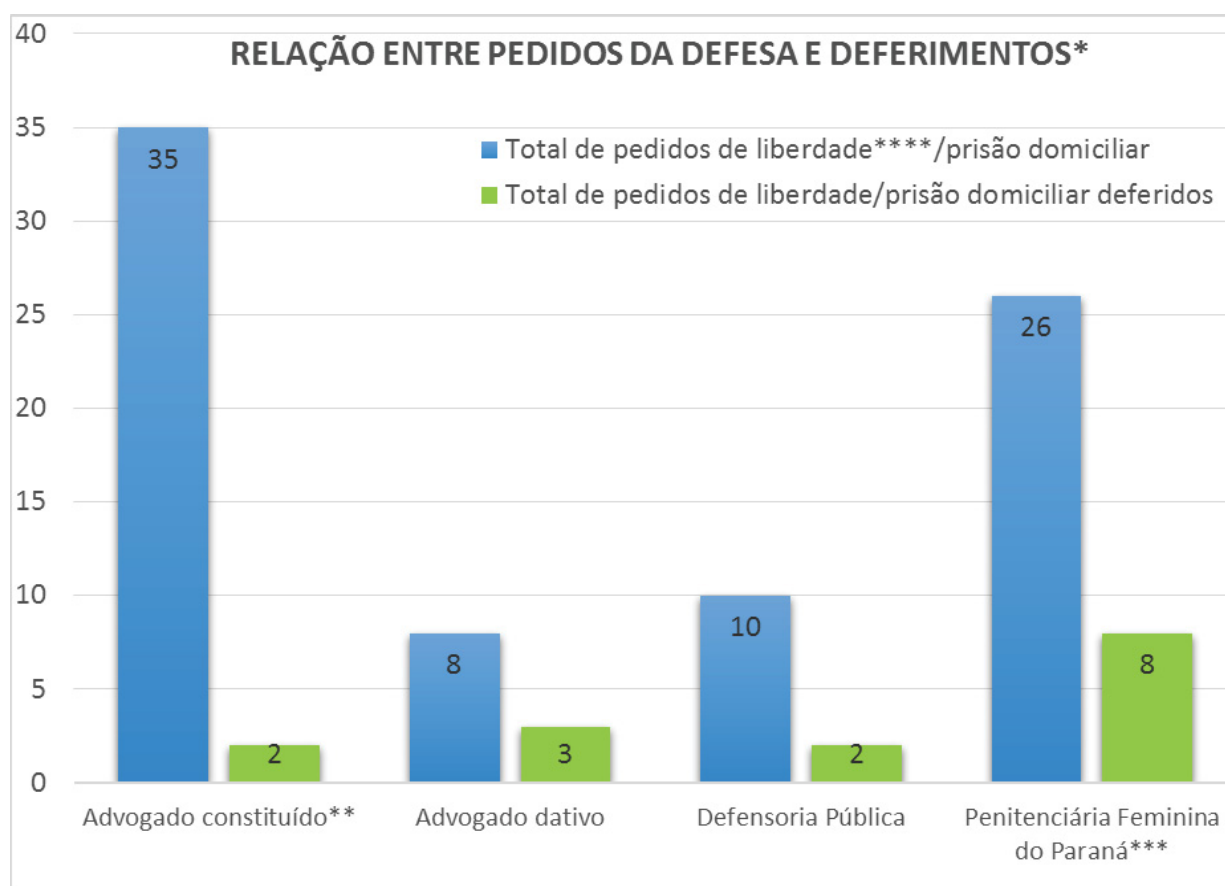
Por fim, a baixa amostragem relacionada ao mutirão carcerário, uma única decisão, inviabiliza apreciações mais conclusivas sobre a concessão ou não do benefício.

A comparação entre o total de decisões proferidas e o total de decisões de deferimento, abaixo do índice de 18%, corrobora as amostragens obtidas no item 3.3.2 supra, as quais representam o número de mulheres presas em fevereiro de 2018 que foram beneficiadas com a substituição da prisão em cumprimento à ordem do *habeas corpus*, qual seja, 16,6%.

4.3.2 Comparação entre o total de pedidos de substituição da prisão e o total de decisões de deferimento

Na tabela e quadro a seguir, procurou-se deslocar o foco para a correlação entre o número de pedidos de liberdade ou substituição da prisão, e as respectivas decisões judiciais.

Na contabilização do total de pedidos, foram incluídos os ofícios enviados pela Penitenciária Feminina do Paraná. É evidente que tais ofícios não constituem, em termos técnicos, verdadeiros pedidos, dado que a administração penitenciária não dispõe de capacidade postulatória. Optou-se, no entanto, por incluí-los na contagem, porque constituem um importante mecanismo institucional que, à falta de adequada defesa processual ou mesmo enquanto ferramenta complementar, dá ciência ao juízo da presença das circunstâncias que admitem a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, quais sejam, a gravidez e a maternidade, abrindo a oportunidade para a análise dessas condições pelo juízo.

Tabela 2 – Relação entre pedidos da defesa e deferimentos

* Para a contabilização, foram considerados apenas os pedidos peticionados em data igual/posterior ao primeiro registro nos autos da presença de gravidez e/ou filho.

** Um dos pedidos contabilizados foi formulado pela própria presa, através de carta ao Juízo.

*** Neste caso, considerou-se os ofícios apresentados nos autos pela Penitenciária que informaram a presença de gestante ou mãe acompanhada de filho na unidade prisional.

**** Considerou-se como pedidos de liberdade: liberdade provisória com/sem fiança; revogação ou relaxamento da prisão preventiva/temporária; liberdade provisória com monitoramento eletrônico; *habeas corpus*; e recurso em *habeas corpus*.

Fonte: Elaborada pela autora (2019), com base em leitura de decisões judiciais.

Quadro 2 – Relação entre pedidos da defesa e deferimentos

RELAÇÃO ENTRE PEDIDOS DA DEFESA E DEFERIMENTOS*		
Origem do pedido	Total de pedidos de liberdade****/prisão domiciliar	Total de pedidos de liberdade/prisão domiciliar deferidos
Advogado constituído**	35	2
Advogado dativo	8	3
Defensoria Pública	10	2
Penitenciária Feminina do Paraná***	26	8
	100%	18,99%

* Para a contabilização, foram considerados apenas os pedidos peticionados em data igual/posterior ao primeiro registro nos autos da presença de gravidez e/ou filho.

** Um dos pedidos contabilizados foi formulado pela própria presa, através de carta ao Juízo.

*** Neste caso, considerou-se os ofícios apresentados nos autos pela Penitenciária que informaram a presença de gestante ou mãe acompanhada de filho na unidade prisional.

**** Considerou-se como pedidos de liberdade: liberdade provisória com/sem fiança; revogação ou relaxamento da prisão preventiva/temporária; liberdade provisória com monitoramento eletrônico; *habeas corpus*; e recurso em *habeas corpus*.

Fonte: Elaborada pela autora (2019), com base em leitura de decisões judiciais.

Os números obtidos através dessa perspectiva amostral corroboram as conclusões anteriores. Do total de pedidos de liberdade ou de substituição da prisão formulados, apenas 18,99% foram deferidos.

O maior número de pedidos foram deduzidos por advogados constituídos, 35 peças, mas a proporção de deferimentos neste caso foram baixas, apenas 5,7%.

Os pedidos deduzidos pela Defensoria Pública foram da ordem de 20%. As petições apresentadas por advogados dativos foram as que mais apresentaram deferimento, 37,5%. A baixa amostragem de pedidos deduzidos pela Defensoria Pública e por advogados dativos, 10 e 8 pedidos respectivamente, e das decisões de deferimento correspondentes, 3 e 2, não permitem, no entanto, traçar um paralelo seguro entre eles.

Interessante notar, no entanto, o considerável número de ofícios encaminhados pela Penitenciária Feminina do Paraná, 26 ofícios, especialmente se considerarmos o universo total da amostragem, relacionado a 21 mulheres. Relevante apontar ainda, a taxa de deferimentos decorrentes da iniciativa da administração penitenciária, da ordem de 30%, abaixo apenas das porcentagens de deferimento dos advogados dativos, em relação aos quais, no entanto, conforme apontado, a amostragem é pequena, o que pode revelar distorções.

Neste caso, percebe-se que a iniciativa tomada pela administração penitenciária resultou em um impacto considerável. A soma das decisões de deferimento derivadas dos ofícios, num total de 8, superam o número total dos demais deferimentos decorrentes das iniciativas dos demais atores, Defensoria Pública, advocacia constituída e dativa, que somam 7 deferimentos.

Esse fato agrega relevância às considerações feitas neste trabalho sobre a ausência de uma política institucional oficial de tratamento de dados sobre o número de mulheres presas, de modo especial, quanto à importância das políticas institucionais relacionada ao cadastro dos filhos das mães presas que não as acompanham na prisão.

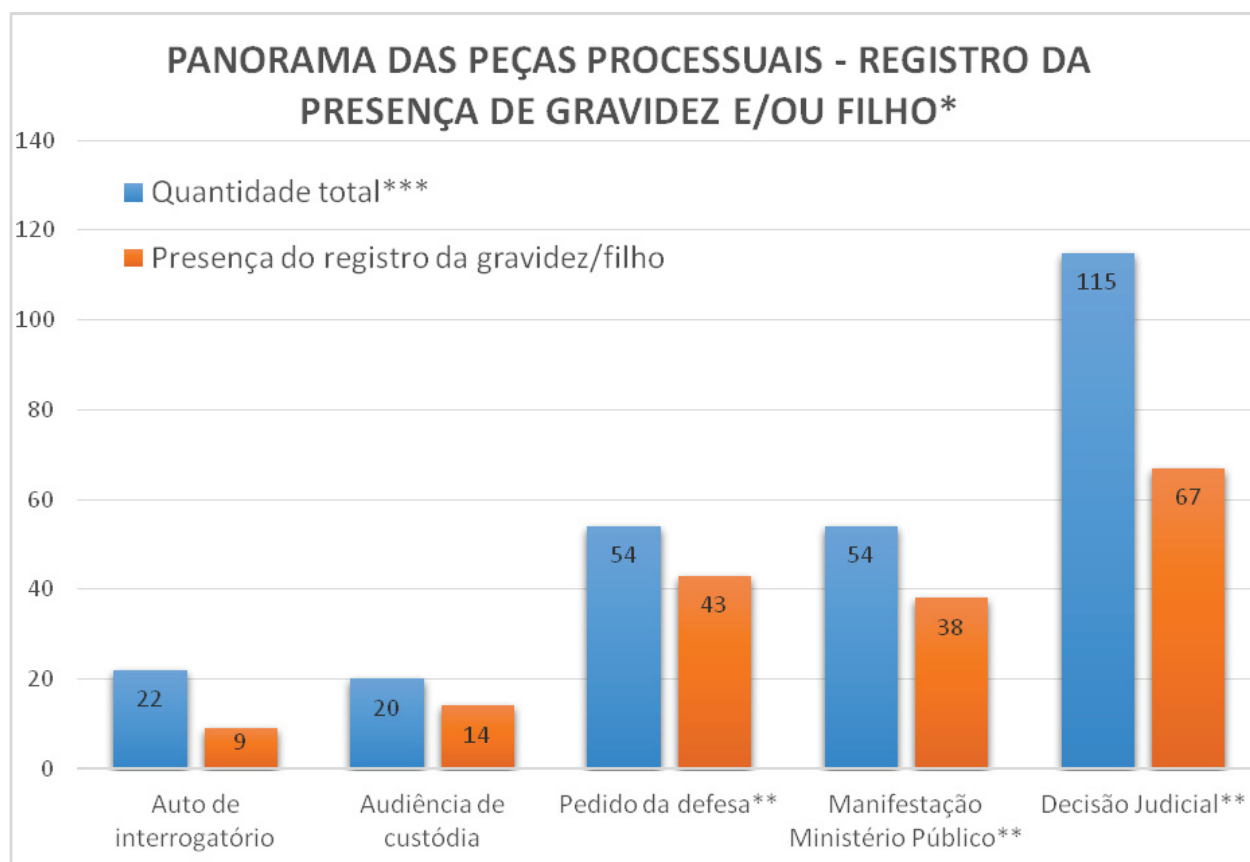
Torna relevante, ademais, o argumento de que há um déficit na defesa processual constituída das presas, o que agrega importância às medidas institucionais de promoção de direitos.

4.3.3 Análise das peças processuais quanto à mobilização da presença da gravidez e da maternidade

Nesta parte do trabalho, pretende-se avaliar se os atores do sistema de justiça estão mobilizando adequadamente as questões relacionadas à maternidade e gravidez. Vale dizer, se, nos processos em que a acusada é gestante ou mãe de filho de até 12 anos, essa circunstância é adequadamente tratada, ou se acaba sendo obscurecida pela utilização de outros argumentos processuais, não relacionados à sua condição de gênero.

Pretende-se avaliar aqui, portanto, a relação entre o total de peças processuais e o número daquelas que mobilizaram o fato de a mulher estar grávida ou se mãe.

Tabela 3 – Panorama das peças processuais



* Para fins dessa análise não foram considerados os ofícios da Penitenciária.

** Considerou-se registro da presença da gravidez/filho quando essas circunstâncias foram objeto de mobilização na peça processual.

*** Para contabilização das decisões em sede de *habeas corpus*, a liminar e o mérito foram considerados separadamente.

Fonte: Elaborada pela autora (2019), com base em leitura de decisões judiciais.

Quadro 3 – Panorama das peças processuais

PANORAMA DAS PEÇAS PROCESSUAIS - REGISTRO DA PRESENÇA DE GRAVIDEZ E/OU FILHO*		
Documento processual	Quantidade total***	Presença do registro da gravidez/filho
Auto de interrogatório	22	9
Audiência de custódia	20	14
Pedido da defesa**	54	43
Manifestação Ministério Público**	54	38
Decisão Judicial**	115	67
	100%	64,53%

* Para fins dessa análise não foram considerados os ofícios da Penitenciária.

** Considerou-se registro da presença da gravidez/filho quando essas circunstâncias foram objeto de mobilização na peça processual.

*** Para contabilização das decisões em sede de *habeas corpus*, a liminar e o mérito foram considerados separadamente.

Fonte: Elaborado pela autora (2019), com base em leitura de decisões judiciais.

Da análise da tabela acima, considerando que todos os processos pesquisados dizem respeito a gestantes ou mães, acompanhadas de filhos na prisão, pode-se dizer que houve uma baixa mobilização da circunstância que autoriza o deferimento do pedido, da ordem de 64,53%. Mesmo entre os pedidos deduzidos pela defesa, a parte interessada no deferimento do requerimento, a utilização do argumento não chegou a 80% das peças processuais.

Percebe-se, ademais, a importância que a audiência de custódia desempenha neste caso, dado que em 70% delas houve a mobilização da condição autorizadora da substituição.

Entre as decisões judiciais proferidas, 58% delas analisaram as circunstâncias que autorizam a substituição.

De todo o exposto, é possível concluir o alcance limitado do benefício do art. 318 do Código de Processo Penal, mesmo após a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no *Habeas Corpus* 143.614/SP, o que pode eventualmente ser explicado pelas percepções já delineadas acima, relacionadas às pré-compreensões sobre o papel da mulher, que acabam por interferir no resultado geral da prestação jurisdicional, e que podem vir a mitigar a influência da racionalidade dos argumentos jurídicos, derivados da aplicação da lei e da jurisprudência.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou desvelar em que medida gênero importa para o sistema de justiça no que diz respeito especificamente ao caminho da mulher até o cárcere, e nas dinâmicas que constituem o seu aprisionamento.

Nesse sentido, percebeu-se uma conexão sutil entre os símbolos construídos pelos mitos e as práticas estatais, os quais assustadoramente resistem ao tempo e geram impactos nas escolhas do sistema de justiça relacionadas ao encarceramento feminino, sobretudo derivadas da necessidade de vigilância e controle do corpo da mulher, o qual representa a materialidade da culpa que culturalmente carrega.

A descrição dos mitos e as pré-compreensões derivadas de suas representações servem há milênios ao propósito de constituir historicamente um *lugar* para a mulher, lugar da inferioridade e menor dignidade, o qual, com o poder do que é justificado pela *ordem das coisas*, influenciou a construção jurídica do feminino e que insiste em atravessar o sistema que determina o caminho da mulher até o cárcere.

Esse *status* atribuído ao feminino se constitui nas amarras do espaço privado, do qual deriva a sua destinação cultural como principal responsável pelo espaço doméstico, pelo trabalho reprodutivo e pelo cuidado, papel que determina sua *invisibilidade*.

O apagamento ao qual foi histórica e culturalmente submetida a mulher acompanha a sua existência na prisão, o que se comprova pelas ausências e lacunas que pairam sobre os dados a respeito do encarceramento feminino, que são decisivas para obscurecer as singularidades que marcam sua experiência em privação da liberdade.

Nesse lugar, entrelaça-se o corpo feminino, marcado pela gravidez e pela maternidade, e o espaço prisional, no qual se produzem e se renovam ferramentas de controle, as quais remetem a antigas práticas de domínio patriarcal.

A atribuição social e cultural de papéis marcados para as mulheres, relacionados à maternidade e ao cuidado, assim como a divisão sexual do trabalho, entrelaçados às questões de raça, conferem um caráter particular à *vulnerabilidade* que marca as mulheres e pavimentam o seu caminho até a prisão. A divisão sexual do trabalho configura o feminino e tem impactos muito profundos nas vivências de homens e mulheres, no espaço privado e no espaço público, assim como na experiência do cárcere.

A racialização dos corpos constitui um ingrediente decisivo que alimenta o encarceramento em massa da população negra, a partir da mobilização do chamado racismo institucional, prática que se renova para reproduzir os mesmos mecanismos de

opressão vigentes durante a escravidão.

A intersecção entre gênero e raça permite descortinar um ponto de vista próprio das mulheres negras, derivado do lugar em que vivenciam a dinâmica cruzada do racismo e do sexismo e gera impacto no sistema de encarceramento feminino, sobretudo no que diz respeito às ferramentas de controle desenvolvidas para o combate ao crime de tráfico de drogas.

A ausência de critério legal a respeito da quantidade de droga a ser considerada como sendo para uso pessoal bem como os conceitos legais indeterminados de “local da ação, circunstâncias sociais e pessoais, e conduta do agente” atuam para transformar mulheres primárias, que portavam pequenas quantidades de drogas e que praticaram crimes sem violência ou grave ameaça, em criminosas perigosas, tudo sustentado pela lógica da gravidade abstrata do crime de tráfico.

A aplicação de penalidades extensas, de regime de cumprimento da pena mais gravoso decorrente de sua caracterização como crime hediondo, bem como a utilização em grande escala das prisões preventivas nos casos de crimes relacionados às drogas têm imposto às mulheres no Brasil uma punição desproporcional, com repercussões de gênero.

Enquanto a destinação cultural atribuída às mulheres relacionadas ao trabalho reprodutivo sustenta o cenário de vulnerabilidade que caracteriza o crime do pequeno tráfico, ao mesmo tempo faz delas as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos.

Ciente do entrelaçamento entre maternidade e prisão, o art. 318 do Código de Processo Penal, em consonância com as prescrições das Regras de Bangkok, prevê a circunstância da gravidez e/ou da maternidade como autorizadoras da substituição da prisão preventiva em prisão domiciliar, presumindo a importância da presença da mãe para o desenvolvimento saudável da criança, bem como os efeitos danosos ao feto, das condições de privação de liberdade da gestante. A norma elegeu como preferenciais as penas não privativas de liberdade para mulheres gestantes e mulheres com filhos, reconhecendo-as como precursoras de uma política de não discriminação.

Com o propósito de dar cumprimento ao conteúdo normativo do art. 318 do Código de Processo Penal, o Supremo Tribunal Federal concedeu ordem de natureza coletiva no *Habeas Corpus* 143.641, para substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar em favor de todas as mulheres presas, gestantes, puerpérias ou mães de crianças e deficientes, desde que não estivessem sendo processadas por crimes cometidos com violência ou grave ameaça, ou contra seus descendentes.

A análise empírica dos processos judiciais das gestantes e/ou mães,

acompanhadas de seus filhos, custodiadas na Penitenciária Feminina do Paraná, acompanhada de uma entrevista realizada junto à Direção da unidade prisional, descortinou, no entanto, um panorama que indica o baixo impacto da norma legal no desencarceramento de gestantes e mães de filhos de até 12 anos de idade.

Um dos motivos encontrados no longo caminho da mulher até a liberdade é a ausência de uma política institucional oficial de tratamento dos dados sobre o número de mulheres presas, mediante um sistema informatizado que seja capaz de apresentar dados em determinado corte temporal, ou que dê adequado tratamento às informações a respeito de gravidez e presença de filhos de até 12 anos.

O aferimento dos dados sobre mulheres na prisão encontra-se na dependência de providências artesanais e dos *bons propósitos* do gestor que ocasionalmente se encontre nessa posição.

Um levantamento de dados revelou que, em novembro de 2018, aproximadamente nove meses após a decisão do Supremo Tribunal Federal, havia algo em torno de 100 mulheres na Penitenciária Feminina do Paraná, presas provisórias, mães de filhos com idades até 12 anos, que teoricamente poderiam ter sido beneficiadas pela ordem de *habeas corpus*.

Percebeu-se que, mesmo depois de o legislador reconhecer a necessidade de tratamento adequado à condição das mulheres no cárcere, de modo particular a partir da compreensão de que são elas as principais responsáveis pelos seus filhos, mediante a elaboração de lei que prevê uma hipótese de conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar, a neutralidade do tratamento adotado no sistema institucional impede o exercício pleno dos seus direitos.

No caminho do adequado tratamento penal às mulheres grávidas e mães de filhos de até 12 anos, há muitos obstáculos, que parecem se renovar a cada passo que se dê na direção do cumprimento das Regras de Bangkok, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e dos princípios que informam o adequado tratamento das presas previstos constitucionalmente.

No que diz respeito ao conteúdo das decisões judiciais que indeferiram pedidos de prisão domiciliar, quando a condição de gestantes ou mães é informada nos autos, desafiando a invisibilidade imposta institucionalmente pelo sistema, o poder judiciário passa a apreciar esse estado a partir de pré-compreensões reduzidas por estereótipos. Estereótipos informados pela lógica patriarcal que determina quem é uma boa mãe ou uma mulher “decente”, as únicas a merecer proteção estatal. Às demais, reserva-se a condição de “não sujeito.”

Nestes casos, são utilizados argumentos que desafiam a racionalidade jurídica da norma do art. 318 do Código de Processo Penal, bem como são manejados para descumprir deliberadamente a ordem do *Habeas Corpus* 143.641/SP, tais como: a) ausência de prova da imprescindibilidade dos cuidados da mãe; b) ausência de prova da inadequação do espaço prisional; c) vinculação automática e desprovida de elementos concretos entre crime e negligência materna, inclusive para considerar a gravidez como agravante; d) presunção de que o tráfico de drogas praticado na residência constitui negligência materna; e) gravidade genérica do delito e necessidade da garantia da ordem pública.

O que se extrai da análise dos *discursos* utilizados pelo sistema de justiça é que são mobilizadas presunções, pré-compreensões e expectativas sobre a mulher e sobre o lugar reservado a ela social, histórica e culturalmente, informados pela lógica da *dominação masculina*, as quais nitidamente atravessam o *olhar* a partir do qual o Estado *mede* a mulher e interfere nas dinâmicas de reconhecimento de direitos.

Os dados levantados na comparação entre o total de decisões proferidas e o número de julgamentos que autorizaram a substituição da prisão, assim como entre a quantidade de pedidos deduzidos e os respectivos deferimentos, confirmam a hipótese de que os estereótipos, orientados profundamente por prescrições intuitivas que mitigam a influência da racionalidade dos argumentos jurídicos, acabam por interferir no resultado geral da prestação jurisdicional para deixar de conceder a substituição da prisão em favor de gestantes e mães de filhos de até 12 anos.

Conclui-se, assim, que a aparente neutralidade do direito, constituída a partir da hegemonia do masculino, abre espaço para a atuação de pré-compreensões construídas histórica e culturalmente a respeito do feminino, as quais *naturalizam* a posição de inferioridade e submissão imposta às mulheres, e, sutil e inconscientemente, determinam violações de direitos sob uma perspectiva de gênero a partir do silenciamento de suas singularidades.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de Trabalho Remunerado e Não Remunerado na América Latina. *In*: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. Tradução: Carol de Paula. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação**: racismo e encarceramento em massa. Tradução: Pedro Davoglio. Revisão técnica e notas Silvio Luiz de Almeida. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução: Roberto Raposo. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- ARGUELLO, Katie; MURARO, Mariel. **Las mujeres encarceladas por tráfico de drogas en Brasil**: las muchas caras de la violencia contra las mujeres. Onati Socio - Legal Series , v. 5(2), 2015.
- ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho doméstico remunerado. *In*: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. Tradução: Carol de Paula. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- BARBOSA, Heloisa Helena. Vulnerabilidade e Cuidado: aspectos jurídicos. *In*: PEREIRA, Tânia da Silva; OLIVEIRA, Guilherme de (org.). **Cuidado e vulnerabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.
- BAIRROS, Luiza. Nossos Femininos Revisitados. *In*: RIBEIRO, Matilde (org.). Dossiê Mulheres Negras. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis/SC, CFH/CCE/UFSC, v.3 n. 3, 1995, p.461. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>. Acesso em 06/02/2019.
- BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. Os efeitos (in)visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional. *In*: **Revista Psicologia**, 2014, Vol. 28 (2).
- BAUMANN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: Fatos Mitos, trans. Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologias Feministas: três possibilidades para a configuração de um campo de estudo**, www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c112115f1c81e4f4. Acesso em 06/02/2019.

CANEIRO, Aparecida Sueli. Ideologia Tortuosa. **Revista Caros Amigos**. Julho de 2002 – edição 64, disponível em: http://www.sinprosp.org.br/reportagens_entrevistas.asp?especial=16&materia=71. Acesso em 06/02/2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação. São Paulo, 2005, disponível em: <https://docplayer.com.br/48065729-Aparecida-sueli-carneiro-a-construcao-do-outro-como-nao-ser-como-fundamento-do-ser.html>. Acesso em 06/02/2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a *outsider within***: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Soc. estado. (online). 2016, vol 31, n.1, pp99-127. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>. Acesso em 06/02/2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução 251 de 04/09/2018**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3545>. Acesso em 06/02/2019.

_____. **Banco Nacional de Monitoramento de Prisões. Cadastro Nacional de Presos**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/08/987409aa856db291197e81ed314499fb.pdf>. Acesso em 06/02/2019.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

FERRAJOLI, Luigi. Prólogo. In: PITCH, Tamar. **Um derecho para dos**. La construção jurídica de gênero, sexo y sexualidad. Trad. Cristina Garcia Macual, Madrid: Editorial Trotta, 2003.

FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara; BARAJAS, Maria de la Paz López (et. al). (org.). **Uso do tempo gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170904_uso_do_tempo_e_genero.pdf. Acesso em 06/02/2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Banco de dados sobre o trabalho das mulheres**. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie5.php?area=series>. Acesso em 06/02/2019.

GASPARIN, Tatiana Theodoro. O tráfico das mulheres: Construção social da "mula" como vítima do tráfico de pessoas. *In*: GOMES, Mariângela Gama de Magalhães; FALAVIGNO, Chiavelli Facenda; MATA, Jessica da (org). **Questões de gênero: uma abordagem sob a ótica das ciências criminais**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

GOFFMAN, Ervin. **Manicômio, prisões e conventos**. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva. 1996.

HESPLANHA, António Manuel. **Imbecillitas**. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

HOLLAND, Jack. **A Brief history of misogyny**, the world's oldest prejudice. Robinson: London, 2006.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada). **A Face Feminina da Pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**, http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf. Acesso em 25 de janeiro de 2017.

_____. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: 20 anos**, disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_apresentacao_retrato.pdf. Acesso em 06/02/2019.

ITTC (Instituto Terra Trabalho e Cidadania). **Relatório Mulheres sem prisão**. Disponível em http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio_final_online.pdf. Acesso em 06/02/2019.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feitiçeras**. Tradução Paulo Fróes; Rose Marie Muraro; Varlos Byingotn. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bestbolso, 2016.

LANGNER, Ana Lúcia. **A Construção Social do Crime: o caso da penitenciária feminina do Paraná**. Palestra proferida no XX Congresso Internacional de Sociólogos de Língua Francesa. Montreal: Université du Québec à Montreal, julho 2016.

LANGNER, Ana Lúcia. **A visita da família na penitenciária feminina do Estado do Paraná: relação com o contexto prisional, escolaridade e condição social**. Páginas? Dissertação (Mestrado em Educação) — Setor?, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, , 2016, p. 76).

LAVINAS, Lena; CORDILHA, Ana Carolina; CRUZ, Gabriela Freitas. Assimetrias de Gênero no Mercado de Trabalho do Brasil. *In*: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Tradução: Carol de Paula. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEAL, Maria do Carmo *et al.* Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. *In*: **Ciênc. saúde coletiva** [online], 2016, vol.21, n.7, 2061-2070. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>>. Acesso em 06/02/2019.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MARUANI, Margaret; MERON, Monique. Como contar o trabalho das mulheres? *In*: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). **Gênero**

e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. Tradução: Carol de Paula. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista:** novos paradigmas. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Dar à luz na sombra:** condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-longe-de-sua-mae201d-diz-pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf>. Acesso em 06/02/2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** Infopen Mulheres, 2017. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Último acesso em ? agosto/2018.

MOREIRA, Anny Clarissa de Andrade; GOMES, Thais Candido Stutz. Quem são as mulheres presas? Que crimes cometeram? *In*: SÁ, Priscilla Placha (org. e coord.). **Diário de uma Intervenção:** sobre o cotidiano de mulheres no cárcere. Florianópolis: EMais, 2018.

NAUMANN, Rita de Cássia Rodrigues Costa. **Rebelião e Direitos Humanos na Prisão Feminina.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2018.

OKIN, Susan Moller. Gender, the Public and the Private. *In* PHILLIPS, Anne. **Feminism and Politics.** New York: Oxford University Press, 1998.

OLIVEIRA, Maruza Bastos de. **Cárcere de Mulheres.** Rio de Janeiro: Diadorim Editora, ano, p. 68.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Mujeres, políticas de drogas y encarcelamiento.** Una guía para la reforma de las políticas en América Latina y el Caribe, <https://www.oas.org/es/cim/docs/WomenDrugsIncarceration-ES.pdf>. Acesso em 06/02/2019.

PAIXÃO, Marcelo et. al. **Relatório Anual das desigualdades raciais no Brasil:** 2009-2010. Rio de Janeiro: Garamond; Laeser; IUPERJ, 2011. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/desigualdades_raciais_2009-2010.pdf. Acesso em 06/02/2019.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** Tradução Angela M. S Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIOS, Roger Raupp. **Direito da antidiscriminação:** discriminação direta, indireta e ações afirmativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

RITA, Rosângela Peixoto Santa. **Mães e crianças atrás das grades:** em questão o princípio da dignidade da pessoa humana. Dissertação de mestrado apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SÁ, Priscilla Placha. Eles não são recicláveis. **Revista da Faculdade de Direito**. Curitiba, n. 53, p. 0-000, 2011.

SILVA, Rodrigo da. **Discriminação múltipla como discriminação interseccional: as conquistas do feminismo negro e o direito da antidiscriminação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

SIMÕES, Heloisa Vieira. BARTOLOMEU, Priscila Conti. O que leva (m) mulheres grávidas à prisão?, *In*: SÁ, Priscilla Placha (coord. e org.). **Diário de uma Intervenção: sobre o cotidiano de mulheres no cárcere**. Florianópolis: EMais, 2018

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Habeas Corpus nº 118533/MS**. Relatora Min. Carmén Lúcia, Tribunal Pleno, julgamento 23/06/2016. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11677998>.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Habeas Corpus nº 143.641/SP**. Decisão monocrática. Ministro Ricardo Lewandowski. Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC143641final3pdfVoto.pdf>

PINHEIRO SIMÕES, Luana *et. al.* **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014**. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nota técnica n. 24, 2016.

TRUTH, Sojourner. **Eu não sou uma mulher?** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>. Acesso em 06/02/2019.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. Tradução Ivania Pocinho Motta. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

WURSTER, Tani Maria; COSTA, Camille Vieira da. Revista vexatória e o controle dos corpos das mulheres: porque no princípio Eva comeu a maçã, *In*: BOITEUX, Luciana; MAGNO, Patricia Carlos; BENEVIDES (Orgs). **Gênero, Feminismos e sistema de Justiça: discussões interseccionais de gênero, raça e classe**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

ANEXOS

ANEXO 1

SISDEPEN

<https://sisdepen.nj.gov/sisdepen/infopen-web/infopen/imprimir/56...>

Relatório de Informações Penitenciárias JUL-DEZ/2017

Formulário Iniciado

Estabelecimento

UF	Município	Estabelecimento Penitenciário e de Tratamento
PR	Piraquara	PENITENCIÁRIA FEMININA DO PARANÁ - PFP

Ciclo

Período de Referência	Período de Preenchimento
01/07/2017 à 31/12/2017	22/05/2018 à 15/08/2018
Período de Finalização	Período de Validação
22/05/2018 à 15/08/2018	22/05/2018 à 15/08/2018

Eventos

1. DADOS DO ESTABELECIMENTO

1.1 - Estabelecimento originalmente destinado a pessoa privadas de liberdade do sexo (marcar apenas uma opção)
Feminino

1.2 - Tipo de estabelecimento - originalmente destinado (marcar apenas uma opção)
Estabelecimento destinado ao cumprimento de pena em regime fechado

1.3 - Capacidade do estabelecimento

Vagas	Masculino	Feminino
Presos provisórios	-	-
Regime fechado	-	370
Regime semiaberto	-	-
Regime aberto	-	-
Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	-	-
Medidas de segurança de internação	-	-

	Celas não aptas	Vagas desativadas - Masculino	Vagas desativadas - Feminino
Celas interditadas/ desativadas e respectivas vagas	0	0	0

1.4 - Gestão do estabelecimento (marcar apenas uma opção)
Pública

1.5 - Quais serviços são terceirizados? (marcar mais de uma resposta, se aplicável)
✓ Alimentação

1.6 - Data de inauguração do estabelecimento
13/05/1970

1.7 - O estabelecimento foi concebido como estabelecimento penal ou foi construído para outra utilização e foi adaptado?
Concebido como estabelecimento penal

1.8 - Possui regimento interno?
Sim

1.9 - O regimento interno é específico para este estabelecimento ou se aplica aos demais estabelecimentos do Estado?

Sim

2.8 - Há local específico para visita íntima? (marcar apenas uma opção)

Sim

2.9 - Há sala de atendimento para serviço social? (marcar apenas uma opção)

Sim, exclusiva.

2.10 - Há sala de atendimento para psicologia? (marcar apenas uma opção)

Sim, exclusiva.

2.11 - Há local destinado ao atendimento jurídico gratuito no estabelecimento? (marcar apenas uma opção)

Sim, sala exclusiva.

2.12 - Possui sala de videoconferência? (marcar apenas uma opção)

Não

2.13 - Há "cela(s)-seguro"? (marcar apenas uma opção)

Sim

2.14 - Há ala ou cela destinadas exclusivamente às pessoas privadas de liberdade que se declarem lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)? (marcar apenas uma opção)

Não

2.15 - Há ala ou cela destinada exclusivamente para idosos? (marcar apenas uma opção)

Não

2.16 - Há ala ou cela destinada exclusivamente para indígenas? (marcar apenas uma opção)

Não

2.17 - Há ala ou cela destinada exclusivamente para pessoas estrangeiras? (marcar apenas uma opção)

Não

2.18 - Há acessibilidade para pessoas com deficiência? (marcar apenas uma opção)

Não

2.19 - Há terreno/ espaço disponível para construção de novos módulos? (marcar apenas uma opção)

Sim

2.20 - De quais equipamentos para revista o estabelecimento dispõe? (múltipla resposta)

	Quantidade em utilização		Quantidade danificada ou em manutenção	
✓ Raio X		1		0
✓ Portal detector de metal		5		0
✓ Raquete		10		0
✓ Banqueta/ banco detector de metal		3		0

2.21 - Possui equipamentos próprios voltados ao bloqueios de sinal de telefonia celular?

Não possui

3. ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - EQUIPE

3.1 - Quantidade de Servidores que atuam no Sistema Prisional

	Efetivo		Comissionado		Terceirizado		Temporário		Órgão de Lotação Originária (para efetivos e comissionados)
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Cargos administrativos	5	4	-	-	-	-	-	-	Secretaria de Administração Pública ou Similar

	Efetivo		Comissionado		Terceirizado		Temporário		Órgão de Lotação Originária (para efetivos e comissionados)
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Servidor voltado à atividade de custódia	8	59	-	-	-	-	3	13	Secretaria de Administração Pública ou Similar
Enfermeiros	-	1	-	-	-	-	-	-	Secretaria de Administração Pública ou Similar
Auxiliar e técnico de enfermagem	-	2	-	-	-	-	-	-	Secretaria de Administração Pública ou Similar
Psicólogos	-	1	-	-	-	-	-	-	Secretaria de Administração Pública ou Similar
Dentistas	-	1	-	-	-	-	-	-	Secretaria de Administração Pública ou Similar
Técnico/ auxiliar odontológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assistentes sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Advogados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Médicos - clínicos gerais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Médicos - ginecologistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Médicos - psiquiatras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Médicos - outras especialidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedagogos	-	1	-	-	-	-	-	-	Secretaria de Administração Pública ou Similar
Professores	2	6	-	-	-	-	-	-	Secretaria de Administração Pública ou Similar
Terapeuta/ terapeuta ocupacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Policial Civil em atividade exclusiva no estabelecimento prisional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Policial Militar em atividade exclusiva no estabelecimento prisional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros. Especificar:	-	-	-	-	-	-	-	-	-

3.2 - Há equipe própria para atendimento no berçário e/ou creche? (apenas para estabelecimentos com mulheres) (múltipla resposta)

☒ Sim, outro(s). Especificar: O ATENDIMENTO E TRATAMENTO É REALIZADO POR INTERMÉDIO DO GRUPO MARISTA

3.3 - Há prestação sistemática de assistência jurídica gratuita às pessoas privadas de liberdade neste estabelecimento? (marcar mais de uma resposta, se aplicável)

☒ Sim, por meio da Defensoria Pública

☒ Sim, outro. Qual? POR AGENTE PENITENCIÁRIO FORMADO EM DIREITO

4. POPULAÇÃO PRIS

4.1 - População prisional

	Justiça Estadual		Justiça Federal		Outros (Just. Trab. cível)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Presos provisórios (sem condenação)	-	120	-	6	-	-
Presos sentenciados - regime fechado	-	216	-	13	-	-
Presos sentenciados - regime semiaberto	-	-	-	-	-	-
Presos sentenciados - regime aberto	-	-	-	-	-	-
Medida de segurança - internação	-	-	-	-	-	-
Medida de segurança - tratamento ambulatorial	-	-	-	-	-	-

Quantas pessoas privadas de liberdade estão em Regime Disciplinar Diferenciado? -

4.2 - O estabelecimento tem controle da informação sobre quantos presos provisórios têm mais de 90 dias de prisão?

	Masculino	Feminino
Sim. Quantos	-	-
Sim. Quantos	63	-

4.3 - O estabelecimento tem controle da informação sobre quantos presos sentenciados no regime fechado já foram beneficiados por decisão judicial com o regime semiaberto e aguardam vaga para transferência?

	Masculino	Feminino
Sim. Quantos	-	-
Sim. Quantos	0	-

4.4 - O estabelecimento recebe o atestado de pena a cumprir? (marcar apenas uma opção)

Sim, recebe regularmente

	Masculino	Feminino
Quantas pessoas privadas de liberdade sentenciadas que estão no estabelecimento possuem o atestado de pena atualizado arquivado no prontuário?	-	170

4.5 - Movimentação no Sistema Prisional (total do período de referência)

Entradas	Masculino	Feminino
Número de inclusões originárias	-	326
Saídas	Masculino	Feminino
Alvarás de soltura	-	126
Fugas	-	-
Abandonos	-	-
Total de óbitos	-	-
Transferências/remoções	Masculino	Feminino
Número de inclusões por transferências ou remoções	-	29
Transferências/ remoções - deste para outro estabelecimento.	-	12
Autorizações de saída	Masculino	Feminino
Permissão de saída	-	-
Saída temporária	-	-

5. PERFIL

5.1 - Quantidade de pessoas privadas de liberdade por faixa etária

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade

Em caso positivo, total ou parcial, preencha as informações abaixo:	Masculino	Feminino
18 a 24 anos	-	102
25 a 29 anos	-	83
30 a 34 anos	-	53
35 a 45 anos	-	73
46 a 60 anos	-	37
61 a 70 anos	-	6
Mais de 70 anos	-	1
Não informado	-	-

5.2 - Quantidade de pessoas privadas de liberdade por cor de pele/raça/etnia

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:	Masculino	Feminino
Branca	-	217
Preta	-	51
Parda	-	86
Amarela	-	-
Indígena	-	1
Não informado	-	-

5.3 - Quantidade de pessoas privadas de liberdade por procedência

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:	Masculino	Feminino
Área Urbana - Municípios do Interior	-	103
Área Urbana - Municípios em Regiões Metropolitanas	-	180

Em caso positivo, total ou parcial, preencha as informações abaixo:	Masculino	Feminino
Zona Rural	-	72

5.4 - Estado civil

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade

Em caso positivo, total ou parcial, preencha as informações abaixo:	Masculino	Feminino
Solteiro/a	-	159
União estável/amasiado	-	106
Casado/a	-	51
Separado/a judicialmente	-	9
Divorciado/a	-	16
Viúvo/a	-	14
Não informado	-	-

5.5 - Pessoas com deficiência

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade

Em caso positivo, total ou parcial, preencha as informações abaixo:	Masculino	Feminino
Total de pessoas privadas de liberdade com deficiência	-	0
Natureza da deficiência:	Masculino	Feminino
Pessoas com deficiência intelectual	-	-
Pessoas com deficiência física	-	-
Quantas pessoas, dentre as informadas acima, são cadeirantes?	-	-
Pessoas com deficiência auditiva	-	-
Pessoas com deficiência visual	-	-
Pessoas com deficiências múltiplas	-	-

5.6 - Quantidade de pessoas privadas de liberdade por grau de instrução

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade

Em caso positivo, total ou parcial, preencha as informações abaixo:	Masculino	Feminino
Analfabeto	-	3
Alfabetizado (sem cursos regulares)	-	36
Ensino Fundamental Incompleto	-	216

Em caso positivo, total ou parcial, preencha as informações abaixo:	Masculino	Feminino
Ensino Fundamental Completo	-	25
Ensino Médio Incompleto	-	47
Ensino Médio Completo	-	19
Ensino Superior Incompleto	-	4
Ensino Superior Completo	-	4
Ensino acima de Superior Completo	-	1
Não Informado	-	-

5.7 - Número de pessoas privadas de liberdade com documentos pessoais

O estabelecimento possui a documentação física das pessoas privadas de liberdade?

Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade

Caso o estabelecimento possua documentação física de pessoas privadas de liberdade, é possível identificar as informações abaixo por tipo de documento?

Sim

Em caso positivo preencha as informações abaixo:	Masculino	Feminino
Certidão de Nascimento	-	87
R.G.	-	59
C.P.F.	-	7
Título de eleitor	-	1
Certificado de reservista	-	-
CTPS (Carteira de Trabalho)	-	2
Cartão SUS	-	-
RNE (presos estrangeiros)	-	-
Passaporte (presos estrangeiros)	-	-
Número de pessoas com algum dos documentos acima	-	-
Número de pessoas sem documentos	-	-

5.8 - Quantidade de pessoas privadas de liberdade por nacionalidade

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade

Em caso positivo, total ou parcial, preencha as informações abaixo:

Nacionalidade	Masculino	Feminino
Brasileiro nato	-	352
Brasileiro naturalizado	-	-
Estrangeiros - total	-	3
Sem informação sobre a nacionalidade	-	-

Detalhamento de estrangeiros

Nacionalidade	Masculino	Feminino
---------------	-----------	----------

Nacionalidade	Masculino	Feminino
África	0	0
África do Sul	-	-
Angola	-	-
Argélia	-	-
Cabo Verde	-	-
Camarões	-	-
República do Congo	-	-
Costa do Marfim	-	-
Egito	-	-
Etiópia	-	-
Gana	-	-
Guiné	-	-
Guiné Bissau	-	-
Líbia	-	-
Madagascar	-	-
Marrocos	-	-
Moçambique	-	-
Nigéria	-	-
Quênia	-	-
Ruanda	-	-
Senegal	-	-
Serra Leoa	-	-
Somália	-	-
Tunísia	-	-
Outros países do continente africano	-	-
América	0	3
Argentina	-	-
Bolívia	-	-
Canadá	-	-
Chile	-	-
Colômbia	-	-
Costa Rica	-	-
Cuba	-	-
El Salvador	-	-
Equador	-	-
Estados Unidos da América	-	-
Guatemala	-	-
Guiana	-	-
Guiana Francesa	-	-
Haiti	-	-
Honduras	-	-
Ilhas Cayman	-	-
Jamaica	-	-
México	-	-
Nicarágua	-	-
Panamá	-	-

Nacionalidade	Masculino	Feminino
Paraguai	-	3
Peru	-	-
Porto Rico	-	-
República Dominicana	-	-
Suriname	-	-
Trindade e Tobago	-	-
Uruguai	-	-
Venezuela	-	-
Outros países do continente americano	-	-
Ásia	0	0
Afeganistão	-	-
Arábia Saudita	-	-
Catar	-	-
Cazaquistão	-	-
China	-	-
Coreia do Norte	-	-
Coreia do Sul	-	-
Emirados Árabes Unidos	-	-
Filipinas	-	-
Índia	-	-
Indonésia	-	-
Irã	-	-
Iraque	-	-
Israel	-	-
Japão	-	-
Jordânia	-	-
Kuwait	-	-
Líbano	-	-
Macau	-	-
Malásia	-	-
Paquistão	-	-
Síria	-	-
Sri Lanka	-	-
Tailândia	-	-
Taiwan	-	-
Turquia	-	-
Timor Leste	-	-
Vietnã	-	-
Outros países do continente asiático	-	-
Europa	0	0
Alemanha	-	-
Áustria	-	-
Bélgica	-	-
Bulgária	-	-
Croácia	-	-
Dinamarca	-	-

Nacionalidade	Masculino	Feminino
Escócia	-	-
Espanha	-	-
França	-	-
Grécia	-	-
Holanda	-	-
Hungria	-	-
Inglaterra	-	-
Irlanda	-	-
Itália	-	-
Noruega	-	-
País de Gales	-	-
Polónia	-	-
Portugal	-	-
Reino Unido	-	-
República Tcheca	-	-
Romênia	-	-
Rússia	-	-
Sérvia	-	-
Suécia	-	-
Suíça	-	-
Outros países do continente europeu	-	-
Oceania	0	0
Austrália	-	-
Nova Zelândia	-	-
Outros países do continente Oceania	-	-

5.9 - Faixa etária dos filhos que estão no estabelecimento (aplicável apenas para estabelecimentos com mulheres)

Faixa etária dos filhos/as que estão no estabelecimento prisional

0 a 6 meses	10
mais de 6 meses a 1 ano	2
mais de 1 ano a 2 anos	-
mais de 2 a 3 anos	-
mais de 3 anos	-

Quantidade de gestantes/parturientes

11

Quantidade de lactantes

12

5.10 - Número de filhos/as

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

Não

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:

Pessoas privadas de liberdade por número de filhos	Masculino	Feminino
Sem filhos	-	-
1	-	-
2	-	-
3	-	-
4	-	-

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:

Pessoas privadas de liberdade por número de filhos	Masculino	Feminino
5	-	-
6	-	-
7	-	-
8	-	-
9	-	-
10	-	-
11 ou mais	-	-
Sem informação	-	-

5.11 - Número de pessoas privadas de liberdade que possuem visitantes cadastrados

	Masculino	Feminino
Pessoas com visitantes cadastrados	-	149

5.12 - Quantidade de pessoas privadas de liberdade por tempo total de penas (presos/as condenados/as e)

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade

Como é registrada essa informação?

Na inclusão do preso, atualizando-se com o atestado de pena a cumprir

Em caso positivo, total ou parcial, preencha as informações abaixo:

	Masculino	Feminino
Até 6 meses (inclusive)	-	0
Mais de 6 meses até 1 ano (inclusive)	-	0
Mais de 1 ano até 2 anos (inclusive)	-	2
Mais de 2 até 4 anos (inclusive)	-	12
Mais de 4 até 8 anos (inclusive)	-	62
Mais de 8 até 15 anos (inclusive)	-	76
Mais de 15 até 20 anos (inclusive)	-	38
Mais de 20 até 30 anos (inclusive)	-	26
Mais de 30 até 50 anos (inclusive)	-	9
Mais de 50 até 100 anos (inclusive)	-	2
Mais de 100 anos	-	2
Número de pessoas sem informação	-	0

5.13 - Quantidade de pessoas privadas de liberdade por tempo de pena remanescente (presos/as condenados/as e)

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

Não

Em caso positivo, total ou parcial, preencha as informações abaixo:

	Masculino	Feminino
Até 6 meses (inclusive)	-	-
Mais de 6 meses até 1 ano (inclusive)	-	-
Mais de 1 ano até 2 anos (inclusive)	-	-
Mais de 2 até 4 anos (inclusive)	-	-
Mais de 4 até 8 anos (inclusive)	-	-

Em caso positivo, total ou parcial, preencha as informações abaixo:	Masculino	Feminino
Mais de 8 até 15 anos (inclusive)	-	-
Mais de 15 até 20 anos (inclusive)	-	-
Mais de 20 até 30 anos (inclusive)	-	-
Mais de 30 até 50 anos (inclusive)	-	-
Mais de 50 até 100 anos (inclusive)	-	-
Mais de 100 anos	-	-
Número de pessoas sem informação	-	-

5.14 - Quantidade de incidências por tipo penal

O estabelecimento detém alguma forma de registro que permite a obtenção desta informação?

Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade

Como é registrada essa informação?

Na inclusão do preso, atualizando-se com as informações de outros mandados de prisão ou de intimação de sentença/acórdão recebidos posteriormente

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:	Masculino	Feminino
Total	0	891
GRUPO: CÓDIGO PENAL	0	609
Grupo: Crimes contra a pessoa	0	69
Homicídio simples (Art. 121, caput)	-	02
Homicídio culposo (Art. 121, § 3º)	-	-
Homicídio qualificado (Art. 121, § 2º)	-	58
Aborto (Art. 124, 125, 126 e 127)	-	-
Lesão corporal (Art. 129, caput e § 1º, 2º, 3º e 6º)	-	6
Violência doméstica (Art. 129, § 9º)	-	-
Sequestro e cárcere privado (Art. 148)	-	3
Outros - não listados acima entre os artigos 122 e 154-A	-	-
Grupo: Crimes contra o patrimônio	0	282
Furto simples (Art. 155)	-	13
Furto qualificado (Art. 155, § 4º e 5º)	-	85
Roubo simples (Art. 157)	-	19
Roubo qualificado (Art. 157, § 2º)	-	96
Latrocínio (Art. 157, § 3º)	-	21
Extorsão (Art. 158)	-	5
Extorsão mediante sequestro (Art. 159)	-	4
Apropriação indébita (Art. 168)	-	-
Apropriação indébita previdenciária (Art. 168-A)	-	-
Estelionato (Art. 171)	-	11
Receptação (Art. 180)	-	26
Receptação qualificada (Art. 180, § 1º)	-	2

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:	Masculino	Feminino
Outros - não listados acima entre os artigos 156 e 179	-	-
Grupo: Crimes contra a dignidade sexual	0	22
Estupro (Art. 213)	-	1
Atentado violento ao pudor (Art. 214)	-	-
Estupro de vulnerável (Art. 217-A)	-	19
Corrupção de menores (Art. 218)	-	2
Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual (Art. 231)	-	-
Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual (Art. 231-A)	-	-
Outros (Artigos 215, 216-A, 218-A, 218-B, 227, 228, 229, 230)	-	-
Grupo: Crimes contra a paz pública	0	6
Quadrilha ou bando (Art. 288)	-	6
Grupo: Crimes contra a fé pública	0	9
Moeda falsa (Art. 289)	-	-
Falsificação de papéis, selos, sinal e documentos públicos (Art. 293 a 297)	-	1
Falsidade ideológica (Art. 299)	-	-
Uso de documento falso (Art. 304)	-	8
Grupo: Crimes contra a Administração Pública	0	219
Peculato (Art. 312 e 313)	-	3
Concussão e excesso de exação (Art. 316)	-	216
Corrupção passiva (Art. 317)	-	-
Grupo: Crimes praticados por particular contra a Administração Pública	0	2
Corrupção ativa (Art. 333)	-	2
Contrabando ou descaminho (Art. 334)	-	-
GRUPO: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	0	282
Grupo: Drogas (Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06)	0	232
Tráfico de drogas (Art. 12 da Lei 6.368/76 e Art. 33 da Lei 11.343/06)	-	181
Associação para o tráfico (Art. 14 da Lei 6.368/76 e Art. 35 da Lei 11.343/06)	-	51
Tráfico internacional de drogas (Art. 18 da Lei 6.368/76 e Art. 33 e 40, inciso I da Lei 11.343/06)	-	-
Grupo: Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 22/12/2003)	0	18
Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (Art. 14)	-	5
Disparo de arma de fogo (Art. 15)	-	-
Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (Art. 16)	-	12
Comércio ilegal de arma de fogo (Art. 17)	-	-
Tráfico internacional de arma de fogo (Art. 18)	-	1
Grupo: Crimes de Trânsito (Lei 9.503, de 23/09/1997)	0	1
Homicídio culposo na condução de veículo automotor (Art. 302)	-	-
Outros (Art. 303 a 312)	-	1
Grupo: Legislação específica - outros	0	31
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13/01/1990)	-	29
Genocídio (Lei 2.889, de 01/10/1956)	-	-
Crimes de tortura (Lei 9.455, de 07/04/1997)	-	2
Crimes contra o Meio Ambiente (Lei 9.605, de 12/02/1998)	-	-
Número de pessoas privadas de liberdade com informação sobre tipificação criminal	-	355
Número de pessoas privadas de liberdade sem informação sobre tipificação criminal	-	-

6. AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL / ASSISTÊNCIAS

6.1 - Quantidade de pessoas privadas de liberdade em programas de laboroterapia

Existem pessoas privadas de liberdade neste estabelecimento em atividades laboroterápicas?

Sim

Quantidade de pessoas em vagas obtidas por meios próprios e/ou sem intervenção do sistema prisional	Trabalho Externo		Trabalho Interno	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Setor primário - rural, agrícola e artesanato	-	-	-	-
Setor secundário - industrial e construção civil	-	-	-	-
Setor terciário - serviços	-	-	-	-

	Trabalho Interno	
	Masculino	Feminino
Quantidade de pessoas em vagas disponibilizadas pela administração prisional como apoio ao próprio estabelecimento	-	36

Quantidade de pessoas em vagas disponibilizadas pela administração prisional em parceria com a iniciativa privada	Trabalho Externo		Trabalho Interno	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Setor primário - rural, agrícola e artesanato	-	-	-	-
Setor secundário - industrial e construção civil	-	-	-	13
Setor terciário - serviços	-	-	-	15

Quantidade de pessoas em vagas disponibilizadas pela administração prisional em parceria com outros órgãos públicos	Trabalho Externo		Trabalho Interno	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Setor primário - rural, agrícola e artesanato	-	-	-	-
Setor secundário - industrial e construção civil	-	-	-	17
Setor terciário - serviços	-	-	-	-

Quantidade de pessoas em vagas disponibilizadas pela administração prisional em parceria com entidade ou organizações não governamentais sem fins lucrativos	Trabalho Externo		Trabalho Interno	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Setor primário - rural, agrícola e artesanato	-	-	-	12
Setor secundário - industrial e construção civil	-	-	-	-
Setor terciário - serviços	-	-	-	-

6.2 - Quantidade de pessoas privadas de liberdade por remuneração

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade

Em caso positivo, total ou parcial, preencha as informações abaixo:	Masculino	Feminino
Não recebe	-	-
Menos do que 3/4 do salário mínimo mensal	-	-
Entre 3/4 e 1 salário mínimo mensal	-	83
Entre 1 e 2 salários mínimos mensais	-	-
Mais que 2 salários mínimos mensais	-	-
Sem informação	-	-

6.3 - Quantidade de pessoas privadas de liberdade em atividade educacional

Existem pessoas privadas de liberdade neste estabelecimento em atividades educacionais?

Sim

	Presencial		Ensino à Distância		Certificação / Conclusão no Período		
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Total de pessoas em atividade educacional	0	91	0	0	0	0	91
Alfabetização	-	19	-	-	-	-	
Ensino Fundamental	-	53	-	-	-	-	
Ensino Médio	-	18	-	-	-	-	
Ensino Superior	-	1	-	-	-	-	
Curso Técnico (acima de 800 horas de aula)	-	-	-	-	-	-	
Curso de Formação Inicial e Continuada (Capacitação Profissional, acima de 160 horas de aula)	-	-	-	-	-	-	
Pessoas matriculadas em programa de remição pelo estudo através da leitura	-	-					
Pessoas matriculadas em programa de remição pelo estudo através do esporte	-	-					
Pessoas envolvidas em atividades educacionais complementares (videoteca, atividades de lazer, cultura)	-	-					

6.4 - Quantidade de pessoas trabalhando e estudando, simultaneamente

	Masculino	Feminino
Pessoas que trabalham e estudam	-	2

6.5 - Quantidade de famílias que recebem auxílio-reclusão

O estabelecimento detém alguma forma de registro que permite a obtenção desta informação?

Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade

	Masculino	Feminino
Número de pessoas privadas de liberdade cujas famílias recebem auxílio-reclusão	-	49

6.6 - Informações da área de saúde - total do período

	Masculino	Feminino
Consultas médicas realizadas externamente	-	-
Consultas médicas realizadas no estabelecimento	-	158
Consultas psicológicas	-	87
Consultas odontológicas	-	102
Quantidade de exames e testagem	-	67
Quantidade de intervenções cirúrgicas	-	-
Quantidade de vacinas	-	29
Quantidade de outros procedimentos, como sutura e curativo	-	47

6.7 - Quantidade de pessoas com agravos transmissíveis na data de fim do período de referência

	Masculino	Feminino
HIV	-	16
Sífilis	-	62
Hepatite	-	1
Tuberculose	-	-
Outros	-	-

6.8 - Mortalidade no Sistema Prisional (total do período)

	Masculino	Feminino
Óbitos naturais/ óbitos por motivos de saúde	-	-
Óbitos criminais	-	-
Óbitos suicídios	-	-
Óbitos acidentais	-	-
Óbitos com causa desconhecida	-	-

7. OUTROS

7.1 - Quantidade de pessoas privadas de liberdade envolvidas em procedimentos administrativos (instaurados no período de referência)

	Pessoas processadas por faltas leves e médias		Pessoas processadas por faltas graves	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Presos/as provisórios/as	-	-	-	-
Regime fechado	-	244	-	73
Regime semiaberto	-	-	-	-
Regime aberto	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

7.2 - Quantidade de motins, rebeliões ou outras formas de distúrbio no período de referência

Quantidade de eventos	-
-----------------------	---

7.2.1 - Quantidade de pessoas privadas de liberdade envolvidas em motins, rebeliões ou outras formas de distúrbio no período de referência

	Pessoas envolvidas em motins, rebeliões ou outras formas de distúrbio	
	Masculino	Feminino
Presos/as provisórios/as	-	-
Regime fechado	-	-
Regime semiaberto	-	-
Regime aberto	-	-
Outros	-	-

7.3 - Quantidade de visitas registradas no período de referência

O estabelecimento detém alguma forma de registro que permite a obtenção desta informação?

Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade

Quantidade de visitas registradas no período de referência	1498
--	------

	Masculino	Feminino
Quantidade de presos que receberam visita no período de referência	-	137

7.4 - Total de apreensões no período de referência

	Masculino	Feminino
Número de apreensões de armas brancas	-	-
Número de apreensões de armas de fogo	-	-
Número de apreensões de drogas	-	17
Número de apreensões de aparelhos de telefone celular	-	29
Número de apreensões de componentes/ acessórios de aparelho de telefone celular	-	22

7.5 - Foi realizada visita(s) de inspeção no período de referência?

Sim

Em caso positivo, por qual(is) órgão(s)?

☒ Conselho da Comunidade☒ Defensoria Pública☒ Judiciário☒ Ministério Público

Aplica-se a todos os estabelecimentos do Estado

2. SEÇÕES INTERNAS

2.1 - Há cela adequada/ dormitório para gestantes? (apenas para estabelecimentos com vagas para mulheres)
Sim

2.2 - Possui berçário e/ou centro de referência materno-infantil? (apenas para estabelecimentos com vagas para mulheres)
Sim. Capacidade de bebês: 24

2.3 - Possui creche? (apenas para estabelecimentos com vagas para mulheres)
Sim. Capacidade de crianças: 24

2.4 - Módulo de saúde (marcar todos os itens disponíveis no estabelecimento)

Espaços mínimos	Quantidade	O espaço também é destinado a outras finalidades?
✓ Consultório médico	1	Sim
✓ Consultório odontológico	1	Não
✓ Sala de curativos, suturas, vacinas e posto de enfermagem	1	Sim
✓ Sanitários para equipe de saúde	1	Não
✓ Farmácia ou sala de estoque/ dispensação de medicamentos	1	Não

2.5 - Módulo de educação (marcar todos os itens disponíveis no estabelecimento)

	Quantidade de salas	Capacidade para quantas pessoas
✓ Sala de aula	3	120
✓ Sala de informática	1	6
✓ Biblioteca	1	10
✓ Sala de professores	1	4

2.5.1 - Há local específico para biblioteca?
Sim

2.5.2 - Há acervo de obras na biblioteca?
Sim. Quantidade de obras: 3500

2.5.3 - A origem do acervo da biblioteca?
Misto

2.5.4 - Há controle do acervo bibliotecário do estabelecimento?
Sim

2.5.5 - Há manutenção permanente do acervo bibliotecário do estabelecimento?
Sim

Caso o estabelecimento possua manutenção permanente do acervo bibliotecário, qual a periodicidade de manutenção do acervo? A manutenção somente é realizada sob demanda, sem periodicidade definida

2.6 - Módulo de oficinas (marcar todos os itens disponíveis no estabelecimento)

✓ Sala de produção

Qual(is) módulo de oficina existe(m) no estabelecimento?	Capacidade para quantas pessoas?
✓ Padaria e panificação	15
✓ Corte e costura industrial	62
✓ Artesanato	126

2.7 - Há local específico para visitação? (marcar apenas uma opção)

ANEXO 2**QUESTIONÁRIO PENITENCIÁRIA FEMININA NO PARANÁ**

- 1) Quais são as unidades prisionais no Paraná que recebem presas grávidas ou presas com seus filhos?

No Paraná somente a Penitenciária Feminina do Paraná (PFP), localizada em Piraquara, possui uma área destinada a mulheres grávidas e lactantes.

- 2) Quantas presas grávidas ou acompanhadas dos seus filhos havia nesta unidade em fevereiro de 2016 (data anterior à publicação do estatuto da primeira infância)?

Não há registros oficiais na PFP acerca da quantidade de gestantes ou mulheres com crianças naquela data. Como a unidade penal fornece há alguns anos dados a respeito das mulheres recolhidas à PFP, é possível que tal informação seja encontrada em registros do INFOPEN-MJ.

- 3) Quantas presas mães, com filhos fora da prisão, havia nesta unidade em fevereiro de 2016 (data anterior à publicação do estatuto da primeira infância)?

Assim como na resposta ao quesito nº 2, não há registros oficiais na PFP acerca desse dado. Encontrei, em arquivo pessoal, um relatório mensal enviado ao CNJ, relativo a dados da PFP em fevereiro de 2016, no qual consta que havia 7 presas com crianças na PFP e 7 presas gestantes.

- 4) Quantas presas grávidas ou acompanhadas dos seus filhos havia nesta unidade em setembro de 2016 (seis meses após a publicação do estatuto da primeira infância)?

Assim como na resposta ao quesito nº 2, não há registros oficiais na PFP acerca desse dado. Em arquivo pessoal encontrei o registro de 7 presas com crianças e 7 gestantes na PFP em setembro de 2016.

- 5) Quantas presas mães, com filhos fora da prisão, havia nesta unidade em setembro de 2016 (seis meses após a publicação do estatuto da primeira infância)?

Não há registros oficiais na PFP acerca desse dado. É possível que tal informação possa ser obtida mediante análise de relatório enviado pela unidade à época para o INFOPEN- MJ.

- 6) Caso haja alguma dificuldade que impeça o levantamento dos dados solicitados acima, solicito informar qual a sua natureza, e os motivos.

A Penitenciária Feminina do Paraná, assim como todas as unidades prisionais do Estado do Paraná, possuem apenas um sistema de Registro de Informações Penitenciárias (SPR), o qual opera em sistema DOS. Nesse programa, não há campo para registro relativo a crianças ou mulheres gestantes. Periodicamente a PFP envia relatórios para órgãos como o CNJ e o Ministério Público, contudo, não há arquivos na unidade desses relatórios.

- 7) Quantas presas grávidas ou acompanhadas dos seus filhos havia nesta unidade em fevereiro de 2018 (data anterior à decisão do HC n. 143641)?

Em Fevereiro de 2018 havia 07 (sete) presas lactantes e 19 (dezenove) gestantes.

- 8) Quantas presas mães, com filhos fora da prisão, havia nesta unidade em fevereiro de 2018 (data anterior à decisão do HC n. 143641)?

Não há registros oficiais na PFP acerca desse dado.

- 9) Quantas presas grávidas ou acompanhadas dos seus filhos havia nesta unidade em agosto de 2018 (seis meses após a decisão do HC n. 143641)?

Havia 7 (sete) presas lactantes (com crianças) e 18 (dezoito) gestantes em agosto de 2018.

- 10) Quantas presas mães, com filhos fora da prisão, havia nesta unidade em agosto de 2018 (seis meses após a decisão do HC n. 143641)?

Não há registros oficiais na PFP acerca desse dado.

- 11) Em sendo possível o levantamento dos dados, solicito a gentileza de encaminhar o número dos autos dos processos judiciais relativos às mulheres elencadas nas perguntas 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10.

Não há registros oficiais na PFP acerca desse dado.

- 12) Caso haja alguma dificuldade que impeça o levantamento dos dados solicitados acima, solicito informar qual a sua natureza, e os motivos.

Assim como respondido na pergunta nº 6, a Penitenciária Feminina do Paraná, assim como todas as unidades prisionais do Estado do Paraná, possuem apenas um sistema de Registro de Informações Penitenciárias (SPR), o qual opera em sistema DOS. Nesse programa, não há campo para registro relativo a crianças ou mulheres gestantes. Além desse problema, a PFP encontra-se sem Assistente Social há mais de um ano, o que prejudica a coleta de dados dessa natureza (principalmente relativos a filhos que se encontram fora da unidade).

- 13) Quais os procedimentos que foram adotados por esta unidade para dar cumprimento à decisão do HC 143641? Houve outras iniciativas para dar cumprimento à decisão, que não tenham partido da direção da unidade, tais como, ordem judicial de ofício ou a pedido da parte, pedidos da defensoria pública, mutirões judiciais?

Mesmo antes do HC 143641, a direção da PFP, por meio de sua assessoria jurídica, buscava oficiar aos juízos a entrada de presas gestantes ou com crianças nascidas durante a prisão da genitora. Tal medida visava informar aos juízes a peculiaridade da situação da presa, uma vez que foi verificado que o estado gestacional nem sempre era conhecido pelo juízo. Muitas vezes, com tal informação, era concedido relaxamento de prisão ou prisão domiciliar. Com o HC, a direção da PFP passou a oficiar em todos os processos de presas gestantes ou lactantes. Tal procedimento passou a ser também adotado em relação a presas que possuíam crianças fora da unidade penal, sendo que para tanto é necessária a comprovação documental de maternidade, geralmente fornecida pelos familiares.

Ao receber a ordem de soltura, a unidade penal realiza apenas o registro do documento (Alvará, mandado de monitoração ou fiscalização), no Sistema de Informações Penitenciárias (SPR). Não há registros acerca do motivo que justificou a concessão do benefício que culminou com a soltura da presa, razão pela qual não temos como informar quantas presas foram beneficiadas pelo HC.

O TJPR vem realizando mutirões carcerários periodicamente, o que contribui

substancialmente com o desencarceramento feminino, especialmente às presas gestantes e lactantes, contudo, tais mutirões só abrangem presas já condenadas e com processos de execução penal devidamente instaurados na VEP. Em relação às presas provisórias, resta o requerimento da defesa constituída nos autos ou a notícia propiciada pela unidade penal, como mencionado.

14) Esclareça que procedimentos foram esses? Foram capazes de fazer cumprir a decisão para todas as mulheres na situação descrita pelo HC?

Os procedimentos estão descritos na resposta ao anterior. Muitas mulheres foram beneficiadas pelo HC, contudo, muitas outras deixaram de ser, seja pela ausência documental, que impediu que a unidade penal oficiasse ao juízo, seja pelo não requerimento por parte da defesa constituída, ou ainda pelo entendimento do juízo responsável pelo processo de que, apesar da condição especial de gestante ou lactante, a mulher deveria permanecer presa.

15) A unidade dispõe de informações sobre a existência de filhos das presas, caso eles não as acompanhem na prisão? Em caso negativo, como se deu o cumprimento da decisão no HC n. 143641 em relação às mães cujos filhos não as acompanham na prisão. Recentemente a unidade penal realizou um censo visando o levantamento da informação de quais seriam as mulheres mães de filhos menores de 12 anos de idade ou deficientes. Tal levantamento foi encaminhado ao Depen-PR para posterior transmissão à Diretoria de Políticas Penitenciárias do Ministério da Justiça. (Segue a mesma em anexo).